

Agostinho de Campos

Educação e Ensino

**Edição de
Joanna Fernandes
Patrícia Lopes
Renata Vilas
Susana Martins**

Coordenação de Ângela Correia

**BIBLIOTRÓNICA
PORTUGUESA**

Lisboa

2016

1

ÍNDICE

Nota editorial

Prefácio

Analfabetismo e Educação

A Nação e a Escola

Administração do ensino Secundário

Pedagogia Burocrática

Edifícios e Material Escolar

Trabalhos Manuaes Educativos

Lyceus e Collegios

Post-Scriptum

Brincar

Mandamentos do bom educador

Nota editorial

Agostinho de Campos nasceu a 14 de fevereiro de 1870, no Porto, e faleceu a 24 de janeiro de 1944, em Lisboa. Apesar de se ter formado em Direito, preferiu exercer a docência como professor de alemão e inglês em várias instituições de ensino, tais como a Faculdade de Letras de Coimbra e de Lisboa. Ao mesmo tempo, dedicou-se à escrita e à publicação de artigos e livros sobre literatura, política, pedagogia e linguística, entre os quais se destacam: *Casa de Pais, Escola de Filhos* (1916), *Educar na Família, na Escola e na Vida* (1918),

Ler e Tresler (1924), *Língua e Má Língua* (1944).¹

A obra *Educação e Ensino* relata a evolução do ensino em Portugal, passando pela comparação entre ensino público e privado e pela crítica aos gastos feitos pelo País no ensino em geral.

Considerámos que a reedição desta obra seria importante por se tratar nela do tema da educação, em que os jovens têm especial interesse, pelo lado da evolução no nosso país, de que nem sempre se tem consciência. Pareceu-nos também uma oportunidade de dar a conhecer um autor mais esquecido do que mereceria,

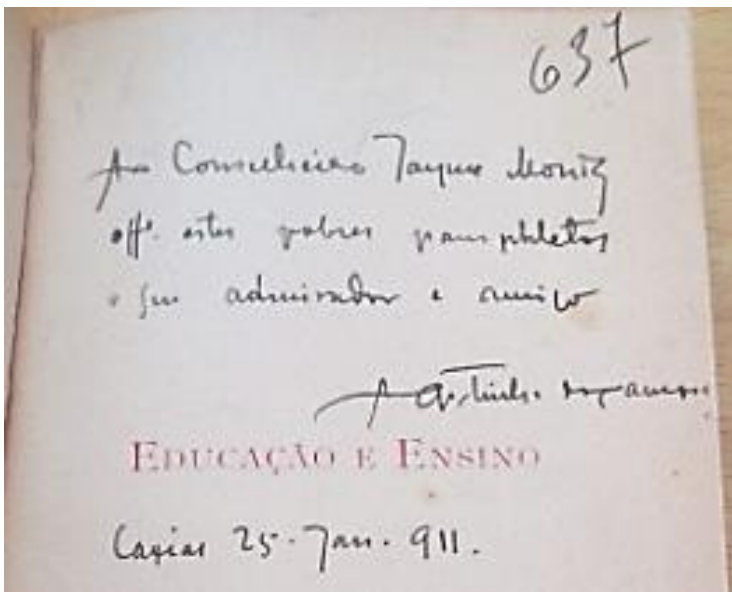
¹ Maria Leonor Buescu, «Agostinho de Campos», *Enciclopédia Verbo*, vol. 5, Lisboa, Rio de Janeiro: Editorial Verbo, 1998, col. 1020.

esperando que este título desperte a curiosidade pelos restantes.

O livro-fonte

De acesso bastante restrito, indisponível em formato digital, apenas conseguimos consultar este livro requisitando o exemplar que existe no depósito da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. As restrições ao acesso a este exemplar justificam-se pelo estado bastante debilitado: páginas amareladas e manchadas, algumas coladas e outras bastante vincadas.

Na folha de guarda, onde foi impresso o título, o autor deixou uma dedicatória manuscrita, no dia 25 de janeiro de 1911.



Impresso no Porto pela *Magalhães & Moniz, Limitada*, em 1911, o livro tem um tamanho intermédio entre o A4 e o A5, capa dura de cor verde-escuro, 304 páginas no total. Não foram usadas nenhuma ilustrações, nem na capa nem no interior do livro. Apenas ocorre um pequeno símbolo para conclusão de algumas partes e três

asteriscos dispostos em triângulo para separação de partes.

Normas de transcrição

Mantivemos todas as palavras que encontramos em itálico no livro-fonte. Mas não reproduzimos nada do que não envolvesse o texto: páginas em branco, símbolos marginais, números de páginas etc.

Não conservámos também algumas informações constantes da capa:

- a identificação do autor como «Antigo director-geral da Instrução Pública»;
- destaques temáticos, que se seguem ao número «I»: «Analfabetismo e Educação. A Nação e a Escola. Administração do Ensino Secundario.

Pedagogia Burocratica. Edificios e material escolar. Trabalhos manuais educativos. Lyceus e colégios. Brincar. Mandamentos do bom educador».

Prefácio

O Presente volume, constituido em parte por trabalhos antigos, escriptos em diversas epochas, mas que não perderam na essencia a sua actualidade, deverá ser considerado como introducção ou prefácio de outros que se lhe seguirão com breves intervallos, e nos quaes o autor procurará continuar, na restricta medida das suas aptidões, a campanha educativa a que tem dedicado toda a sua vida e de que nenhuma outra actividade o distrahiu até hoje.

Apesar da sua apparente independencia, os artigos que adiante se publicam estão no emtanto

intimamente ligados por um fio logico, que não é difficil seguir por entre todos elles: o problema nacional é sobretudo, quando não exclusivamente, um problema pedagogico, talvez insolúvel no ponto de vista pratico, mas que theoreticamente se apresenta ao nosso espirito delimitado e concretizado com toda a simplicidade e clareza, na urgencia de reformar por completo a educação das classes medias ou dirigentes de Portugal.

Podem os sabios perder-se em nebulosas congeminções philosophicas que tudo querem abranger e a nada conduzem; podem os políticos mudar trinta mil vezes o nome á nossa forma de desgoverno; póde a turba damninha de semi-analphabetos encyclopedicos, que são tantos e tantos portuguezes que discursam, escrevem e governam, carpir e clamar sobre o

analfabetismo do povo como causa maxima das desgraças patrias: a verdadeira razão de taes desgraças está no conjunto e na alliança d'esses pseudo-sabios, d'esses políticos e d'esses semi-analfabetos, e na falta de uma classe de criadores de riqueza e sciencia, de patrões de trabalho material e intellectual, que se defronte com aquelles e os contenha e detenha no seu maldito affan de parasitas, de visionários ou de corruptores.

O Povo é são e é apto: os dirigentes não sabem dirigir. Tal era, em 1903, a summula da nossa these sobre o problema politico portuguez. Sete annos rodaram. Falhou, justamente por falta de uma solida classe media que o apoiasse, o unico esforço consciente e honesto da Monarchia para se salvar. Um Rei foi morto; outro deposto. O Estado mudou de nome, a bandeira mudou de

côr, os ministros mudaram de classe – nos comboyos. A velha these está de pé: o Povo é bom; os dirigentes não sabem, nem podem dirigir. Eduquemos a familia burgueza para o trabalho; eduquemos as localidades para a descentralização; eduquemo-las sem o Estado, ou apesar do Estado, se preciso fôr. E d'este exijamos apenas, mas com energia e persistencia, que distribua menos logares ao parasitismo e dê, legiferando e regulamentando o menos possivel, a verdadeira liberdade aos que trabalham. Que seja, em summa, menos paternal para os vadios, que não merecem ter pae, e para os trabalhdores, que passam bem sem papá.

Agostinho de Campos.

I

Analphabetismo e Educação

Para se combater com exito um grande mal, a primeira condição é definil-o; e eu não creio que o grande mal do analphabetismo portuguez tenha sido até hoje concretamente definido e estudado, até as suas profundas raizes moraes. E' claro que me não proponho encontrar essa definição: falta-me para isso o requisito primordial de uma competencia, que certamente não dá a simples vontade de acertar e de ser util.- O meu fim,

modesto e discreto, é chamar a atenção d'este illustrado auditorio para um certo numero de factos que são do dominio commum de todos nós, mas que nem todos teremos talvez ordenado no nosso espirito, de modo a formar com elles um systema de causas, de cuja convergência resulta de certo em grande parte o mal que todos lamentam – e uns querem e outros fingem combater.

A primeira observação que se impõe é a multiplicidade das leis de ensino primario, que no nosso paiz teem sido promulgadas, desde Pombal até hoje, e que nos ultimos annos se contam já pelo numero de governos – Isto mostra, em primeiro logar, que não é só com leis que o problema se resolve, e em segundo logar que o 'espirito de continuidade, indispensavel á tarefa

educativa, tem sido substituído entre nós pela mais desnordeada e estéril flutuação. – Mas ha peor do que isto: é que as leis promulgam-se, revogam-se e succedem-se, sem se cumprir. E muitas vezes, como tem succedido a cada passo no consulado do actual governo, o legislador é, sem hesitações nem cerimoniaes, o primeiro transgressor dos seus proprios preceitos.

As causas d'esta falta de cumprimento das leis de ensino primario revelam-se por um triplo caracter: financeiro, politico e pedagogico.

Financeiramente, é-nos impossivel ter uma boa instrucção primaria, pela razão obvia de que não temos dinheiro para a pagar. – Examinemos a este respeito alguns numeros, cuja eloquencia é fulminante. A França gastou em 1896–1897, com o seu ensino primario, 214 milhões de francos, ou cerca de 39 mil contos, ao par; á Inglaterra

custaram em 1895 as suas escolas elementares a somma de 26.298:239 libras, ou mais de 118 mil contos. Estes algarismos causam vertigens; mas tambem é certo que se referem a paizes de população muito mais numerosa que a nossa. Sommando o que gastam annualmente, com o ensino primario, quatro nações europeias comparaveis á nossa, – a Suissa, a Belgica, a Hollanda e a Suecia – encontro, baseado em uma das ultimas e mais autorizadas estatisticas, (Sunbarg, *Revue Statistique*) a somma de 139 milhões de francos. Portugal deveria gastar, para lhes ser equiparado, cerca de 7 mil contos annuaes. Ora o orçamento da nossa instrucção primaria reduz-se approximadamente – e irrisoriamente – ao sexto d’esta quantia.

Por isso não ha mestres que cheguem para as necessidades da população, nem casas onde

ensinem os que ha, nem dinheiro para lhes pagar razoavelmente, nem material de ensino, nem assistencia escolar, nem escolas normaes bem dotadas, onde, possam formar-se bons mestres. Assim se revela, descripto a traços larguissimos, o escolho financeiro, onde vern quebrar-se irremediavelmente o preceito primordial, imprescindivel, da obrigatoriedade do ensino.

Politica e administrativamente, a nossa instrucção primaria enferma do mesmo mal que corróe todo o nosso organismo nacional: falta de vida local e, como consequencia d'isto, absorpção completa e funesta de todos os serviços publicos por um poder central cujos orgãos legislativos e executivos cahiram já no ultimo descredito. Se ha ramo de administração publica que, nos proprios paizes centralistas, careça mais do influxo vivificante da localidade,

e d'ella receba, em incitamento, carinhos e vigilancia, o alento indispensavel á sua conservação e ao seu progresso - esse é certamente a educação do povo. Só a inspecção directa, o interesse local intelligente, a observação proxima das necessidades de cada região, o amor das tradições e do futuro da propria terra, só esse complexo conjuncto de forças de acção immediata, continua e incorruptivel, póde garantir a uma instituição, entre todas melindrosa, o cuidado incessante que a mãe dispensa ao filho, e sem o qual o fructo precioso cahirá da arvore, antes de attingir o amadurecimento. Ora em Portugal as localidades foram successivamente abdicando, nas mãos do Estado, de todos os seus direitos e deveres, e a esta abdição não escapou, nem podia escapar, o direito, sagrado entre todos, e o dever, entre

todos arduo, de colaborar na organização e na direcção do ensino primario.

Quando isto acontece, os resultados da absorvente tutela central hão de ser por força mesquinhos, ainda que a exercel-a estivesse um Estado idealmente perfeito e quasi infallivel. A simples logica diz porém – (e a nossa triste experiencia ahi está para o confirmar) – que o Estado é a emanação e a essencia de todas as forças nacionaes. E quando a incapacidade d'estas arvora o Estado em Providencia, não faz, no fundo, senão delegar n'uma minoria que é o seu producto, os vicios, os dessoramentos e a apathia, que produziram a abdicação. O Estado é, portanto, constitucionalmente incapaz de produzir em materia de educação obra perfeita; e essa incapacidade inicial vae aggravar-se com todos os maus fermentos da politica.

Os serviços da instrucção, annexos ao ministerio do reino, estão escravizados aos estreitos interesses partidarios; falta-lhes em absoluto uma direcção technica superior, intelligente e livre; facilmente caem na alçada dos aventureiros da politica profissional, e o resultado de tudo isto é a desorganização e a anarchia nos serviços de ensino. As reformas fazem-se, na melhor das hypotheses, pelo simples prurido de reformar, sem sciencia e sem sinceridade. Quasi sempre reforma-se para criar logares e empregar protegidos. A's nomeações preside o favoritismo; os abusos, os próprios crimes, não são castigados; o esforço e o merito desconhecem-se, quando se não hostilizam declaradamente. E assim o paiz que, por pobreza financeira, tem poucas escolas, está fatalmente

destinado, por viciosa e corrompida organização politica, a ter maus mestres.

Maus mestres, porque a selecção não se faz segundo os dictames do merito e da justiça; maus mestres, porque, independentemente d'isso, nas actuaes condições do ensino em Portugal, a obra de todas as nossas escolas, em todos os graus, converge para a impossibilidade absoluta de os produzirmos bons.

As tendencias da nossa raça, mais dada ao encyclopedismo superficial do que á sincera e profunda especialização; a acção dos maus governos, que em vez de combaterem essa má tendencia, a aggravam pelo incitamento ao parasitismo; a desmoralização dos costumes politicos, que já conseguiu levar os menos interesseiros e os mais ingenuos á triste, mas infelizmente justa convicção de que em Portugal

não vale a pena estudar e trabalhar, – tudo isto junto veio a transformar pouco a pouco o nosso ensino n'um mecanismo que, incapaz de produzir o oiro sonante da sciencia, deu em emissor de uma vasta circulação fiduciaria de graus scientificos... inconvertiveis. A tristissima, a amarga verdade, é que na nossa terra, salvo honrosas excepções, não se faz sciencia. E sem sciencia não póde haver professores dignos d'este nome. Por isso a nossa instrucção primaria é, como aqui indicou o sr. conselheiro João Franco e mais tarde accentuou o sr. dr. Rodrigues - um pallido e mesquinho arremedo do que devia ser.

Ora todas estas causas - financeiras, politicas, moraes e pedagogicas - não se podem combater apenas com novas leis de ensino primario. Estas podem continuar a modificar-se até á

consummação dos seculos, que o mal ficará de pé, teimoso e impassivel; e, pelo contrario com qualquer das leis que temos tido obteriamos fructos excellentes, se fossemos atacar o mal na sua origem, que é *pessima educação das classes medias*.

As classes medias

São as classes medias, ou dirigentes, quem fornece ao paiz os maus governos; são ellas quem, em vez de criar riqueza, deixa abandonadas as respectivas fontes e arruina o thesouro pela permanente caçada ao emprego publico.

Incapazes tambem de comprehender o valor da verdadeira sciencia, as clases medias carecem assim da preparação intellectual e do impulso de

sinceridade educativa, necesarios para o cumprimento do dever sagrado, que lhes assiste, de educarem o povo. – Falta de riqueza, falta de vida local, falta de sciencia, de civismo e de sinceridade educativa - todos estes males, que são os inimigos mortaes da instrucção primaria, residem nas classes medias e só podem combater-se por uma reforma geral, systematica e persistente da sua educação.

Mas, se assim é, porque se não vê e se não confessa o que aliás apparece illuminado com a mais flagrante evidencia? Porque se enche a bocca, e se arregalam os olhos, e se erguem com desespero os braços, perante o grande mal do analphabetismo do povo, fazendo-o consistir apenas na falta de frequencia de escolas que não existem, e na falta de procura de um ensino primario que não presta? ...

Pela razão simples de que a parte pensante do paiz é quem formula o problema; e a parte pensante do paiz – politicos, jornalistas, pharmaceuticos da provincia, – é uma emanção d'essas mesmas classes medias, sollicitas na denuncia do argueiro que impede o povo de ver bem, mas incapazes de dar pela existencia da trave, que lhes atravanca inteiramente os proprios olhos.

O ultimo defeito que o homem reconhece em si proprio é a má educação. Isto nota-se bem no dominio das boas maneiras: o grosseirão incorrigivel passa triumphante, sem reparar nos pés que deixa pisados, ao passo que o homem polido immediatamente cae em si, arrependido e vexado, de qualquer infracção da urbanidade, em que por excepção tenha incorrido.

Transporte-se ao dominio nacional esta observação feita nos individuos e ver-se-hão as nações mais prosperas e mais cultas – *onde o analphabetismo já não existe*, reclamarem mais instrucção e mais cultura; ao passo que as suas irmãs semi-barbaras, victimas da falta de ensino, ou da imperfeita educação das classes dirigentes, não sonham em attribuir a isto a origem dos seus males.

Ver-se-ha a Inglaterra, criadora, pela intelligencia e pelo esforço dos seus filhos, do maior imperio colonial de todos os tempos, reclamar o aperfeiçoamento do ensino, pela palavra ou pela acção dos seus grandes politicos contemporaneos – Chamberlain, Rosebery, Cecil Rhodes. Ver-se-ha a triumphante Allemanha, onde a instrucção publica é um dos mais perfeitos organismos sociaes que se conhecem,

criar cada anno dezenas de novas escolas especiaes e technicas, e consagrar os melhoramentos do ensino, pela bocca do seu imperador, como a melhor arma de lucha economica. Ver-se-ha como nos Estados-Unidos, que a Allemanha e a Inglaterra consideram já como mestre e rival em materia de educação, surgem cada dia, a golpes de milhares de dollars da munificencia particular, novas e riquissimas universidades. Ver-se-ha na Suissa, modelo de educadora entre nações, um alto funcionario de instrucção e sabio pedagogo (o sr. François Guex) proclamar que o seu paiz tem de fazer *serios esforços*, para manter em materia de ensino publico o logar *que occupou outr'ora e que da propria Suissa depende conservar ou perder.*

E ao passo que as nações mais illuminadas não cessam de pedir, como Goethe moribundo, luz e mais luz, a pobre península parece alheada de tudo isto, e continua a comprazer-se na aridez da sua tenebrosa ignorancia, ou no ledó engano da sua illusoria cultura. E' por isso que o illustre politico Silvela e um outro grande estadista monarchico da Hespanha, dictando ha tempos a dois jornalistas as suas encyclicas politicas, de tudo fallaram, entremeando o hymno sacro ás formulas vazias com a marcha guerreira das novas conquistas territoriaes, – mas não tiveram uma palavra para lamentar a falta de educação e de instrucção das classes dirigentes do seu paiz, para lhe attribuir a origem das desventuras nacionaes e para tentar, pela reforma do ensino, a unica possibilidade séria de redempção.

E' certo que a parte pensante do nosso paiz descobriu já que o problema nacional é um problema de educação e de ensino; mas como o ultimo defeito que o homem reconhece em si proprio é a má educação, desde logo ficou decretado, em artigos de fundo, discursos de comicio e conversas de botica, que o grande mal que afflige a patria e a impede de cumprir os seus amplos destinos é o analphabetismo do povo. Ora o mal maior, causa d'esse e de todos os outros, é a pessima educação dos letrados que dirigem e não a bruteza natural e primitiva dos dirigidos. O povo analphabeto é, em todo o Portugal, quem melhor cumpre os seus deveres para comsigo e com a patria, sendo physicamente forte, pagando os seus pesados impostos, trabalhando de sol a sol, respeitando docilmente a ordem, e emigrando, para manter ao longe a

supremacia da nossa lingua e da nossa raça. *O povo... o povo está são*, disse Garrett; *os corruptos somos nós, os que cuidamos saber e ignoramos tudo*. E se o grande escriptor tivesse vivido o bastante para ver e aprender o que todos hoje podemos ver, mas nem todos temos aprendido, elle acrescentaria decerto que até sob o ponto de vista politico, o povo simples, rude e illetrado tem sabido cumprir o seu dever melhor do que nós, os filhos corruptos de uma educação viciada e monstruosa. O povo tem dado o seu voto aos caciques locais e assim tem contribuido realmente para prolongar a sua lamentavel miseria. Mas em quem havia elle de votar senão n'aquelles que conhece, ou nos que são conhecidos d'esses, e por elles recommendados? O povo cumpriu o seu dever, confiando; os outros, os lettrados, enganaram-no e trahiram-no.

E o mal não está em quem praticou a confiança, que é um aspecto da fé, e, portanto, uma virtude, não só cardeal, mas social e politica: o mal está nos que, pervertidos por uma falsa educação, abusaram d'aquella confiança, em proveito dos seus sordidos interesses ou das suas vaidades imbecis.

E' certo que, se o não tivessem mantido na absoluta ignorancia, o povo não se teria deixado enganar tão facilmente. Mas a instrucção primaria que temos – e as actuaes classes medias são, politicamente, financeiramente, e pedagogicamente, incapazes de a fornecer melhor – com a instrucção primaria que temos não se poderão abrir os olhos ás massas profundas da nação. Se amanhã, por um milagre de Deus, a multidão do povo analphabeto apparecesse distincta no misero exame do I.º

grau, a situação intellectual, moral, economica e politica do povo, miseravel como é agora, não seria modificada em coisa nenhuma. E isto por duas razões igualmente fortes e comprovadas pelos factos:

PRIMEIRO, porque as classes medias e dirigentes, pervertidas e desmoralizadas, saberiam facilmente impedir o povo de efectivar o seu direito de voto, que ellas proprias não sabem ou não querem exercer, – como mostram ha annos as eleições municipaes de Lisboa, onde deve suppôr-se concentrada, sob o ponto de vista da instrucção, a fina flôr do eleitorado portuguez. A fraude eleitoral suffocaria sem escrupulos a iniciativa consciente do povo, e este, pelo facto de saber ler, escrever e contar, não deixaria de ser governado pela burguezia letrada, d’onde

teem sahido os parlamentos e os governos fautores da ruina do paiz.

SEGUNDO, porque a instrucção primaria que temos é tão mesquinha, tão incompleta, tão insignificante, que o milagre da sua propagação por todo o povo não lhe traria uma arma de defeza nova, mas apenas uma nova sobrecarga de impostos, com que elle teria de pagar, por boa lebre educativa, o gato de uma instrucção falsificada.

Uma transcripção da erudita conferencia do sr. dr. Rodrigues bastará, para se ver como estamos longe da verdadeira instrucção primaria:

« Já lá vae o tempo, e não mais voltará, em que se entendia que a funcção da escola primaria se cifrava em ensinar a ler, escrever e contar. A sua missão é mais vasta, mais completa; entra na sua alçada a educação physica, a educação

intellectual e a educação moral. Auxiliando e completando, sob varios aspectos, a acção da familia, a educação primaria, diz o dr. Paul Hanas, professor de pedagogia em uma das mais notaveis Universidades da America (Harvard), a educação primaria deve providenciar para que o alumno viva n'um meio que nada deixe a desejar em quanto á salubridade; deve promover-lhe o desenvolvimento physico normal, por meio de exercicios apropriados; deve fazer desabrochar o espirito da criança e iniciál-a no mundo, deve estimular e satisfazer a curiosidade em todos os campos em que a actividade humana se póde dignamente exercer, e aproveitar essa curiosidade para a aquisição de conhecimentos e para o desenvolvimento de um interesse permanente pelas noções adquiridas, junto ao poder de as utilizar; deve familiarizar o alumno

com os seus deveres e direitos como membro da sociedade e, em harmonia com o seu crescente desenvolvimento mental, promover a formação dos habitos de pensar e de proceder.»

Veja-se o que se contém n'este admiravel resumo, que não é de resto uma definição *á priori*, mas uma enumeração succinta do que nos paizes cultos está já organizado e conseguido; recorde-se quem tem viajado do que são os edificios escolares primarios da Allemanha, da Suissa e da America; pense-se em que, para continuar esta instrucção, ou antes, *educação* primaria, já tão completa e ministrada a todos os filhos do povo em geral durante oito annos, dos 6 aos 14, ha na America do Norte e na Europa culta uma complicada organização de cursos e aperfeiçoamento, de escolas nocturnas de

operarios, de missões ruraes de ensino, de conferencias universitarias, de serões litterarios e scientificos associativos - e avaliar-se-ha, pelo mais doloroso dos contrastes, o que é e para que póde servir, por mais que se facilite e se propague, o nosso mesquinho arremedo de educação do povo. Ora a origem da enorme differença está em que, para que o povo possa ser devidamente instruido e sobretudo *educado*, é preciso que as classes dirigentes se habilitem primeiro a fornecer, em vez de parasitas desmoralizados e desmoralizadores, homens de saber, de acção e de character, homens de trabalho especializado e de governo, capazes, por um lado, de criarem sciencia e riqueza, e por outro, de utilizarem a riqueza fecundamente e de propagarem a sciencia com sinceridade.

De resto a historia do ensino, desde as suas mais remotas origens, confirma absolutamente esta asserção. Se as classes pensantes e dirigentes tivessem consciencia de que não sabem pensar nem dirigir, veriam que aspirar a instruir o povo á força de leis de ensino primario é querer construir de baixo para cima, como quem faz casas.

E em materia de educação nacional a regra invariavel é – e tem sido sempre – começar de cima para baixo. A’ educação dos organismos não se póde aplicar a ordem crescente, pela qual se ministram ao individuo os tres graus de ensino: primario, secundario e superior. O simples senso commum deveria bastar para destruir este equivoco, porque, sendo o povo na sua rudeza nativa comparavel a uma criança, a sua educação ha de vir-lhe fatalmente de agentes

externos, superiores a elle na cultura e tendo das vantagens de educação uma consciencia que a elle lhe falta e, a par da posse da cultura genuina, a capacidade perfeita e a vontade forte de a transmitir.

O mestre deve estar prompto, quando o discipulo entra em scena; a instrucção superior e media que fórma os dirigentes e os mestres deve, portanto, preceder, como organização activa, educativa e perfeita, a instrucção primaria.

E a historia, como disse, corrobora o que o bom senso diz.

Quando se ouve dizer que foi mestre escola quem venceu em Sadowa, é necessario não tomar á lettra a phrase, comprehendendo n'ella exclusivamente a influencia directa da escola primaria allemã! Esta não existiria, com a sua admiravel organização e o seu patriotico espirito

de nacionalidade, se antes d'ella e acima d'ella não tivessem florescido e medrado os lyceus, os *Seminarien* e sobretudo as Universidades. – Retrocedendo no tempo e parando na Edade-Media, veremos que a fundação das universidades precedeu de muito tempo a das primeiras escolas inferiores, e veremos mais que estas não podiam existir sem aquellas.

D. Antonio da Costa caracteriza nos seguintes periodos, ao fazer a historia da instrucção popular em Portugal, a epocha anterior á fundação das universidades medievaes:

«Jaziam ainda envolvidos nas trevas todos os elementos que viriam a constituir-se, para se ir construindo o grande edificio da educação popular. Que importava que no seculo IX Carlos Magno, de cuja instrucção primaria ha

fundamentos para duvidar, ordenasse o estabelecimento, nos mosteiros, de escolas para crianças? Que importava que o papa Gregorio IX estatuisse que em todas as freguezias da christandade o parochos estivesse acompanhado de um clerigo que se encarregasse do ensino elementar? Os primeiro que necessitavam de ensino, em grande numero de casos, eram o proprio parochos e o proprio clerigo. A instrucção primaria não tinha sopro de vida, nem o podia ter, na presença das circumstancias sociaes que expusemos.»

Passaram dez seculos sobre as circumstancias sociaes que D. Antonio da Costa assim descreve, e no emanto falta ainda hoje á instrucção primaria em Portugal o mesmo sopro de vida que então lhe faltava em toda a Europa: falta-lhe o

impulso do verdadeiro estudo e da verdadeira sciencia, que criam os mestres e os seus auxiliares e protectores indispensaveis: os productores de sciencia e de riqueza, e os bons dirigentes do Estado.

Suppondo assim demonstrado e assente que a obra da moralização, da educação e da instrucção a valer das classes medias é urgente – perguntar-se-ha: é possivel essa grande obra?

A verdadeira educação cívica

A meu vêr é possivel e até facil, desde que realmente *se queira* realizal-a e para isso se trabalhe inadiavelmente, com um plano traçado e o imprescindivel espirito de continuidade. E o que ninguem negará é que é mais facil educar e instruir uma parte restricta da nação, do que

educar o povo inteiro, como se tem querido ou fingido querer: sem dinheiro, sem vida local, sem seriedade governativa e sem sciencia. A instrucção e educação das classes medias não tem de ser gratuita como a primaria, e o seu campo de acção é mais restricto. Estas duas circumstancias conjugam-se para a tornar muito menos dispendiosa do que aquella, e portanto immediatamente possivel e pratica, apesar do apuro das nossas condições financeiras. Além d'isso, como a sua influencia no governo do Estado é directa e rapida, os seus beneficos resultados serão, dentro de uma ou duas gerações, germens de novas e mais amplas tentativas.

De resto, uma parte importante – talvez a mais importante – da educação das classes dirigentes far-se-ha sem despeza e até, pelo contrario, com vantagem economica, só com o

exemplo e o incitamento de um governo severamente honesto.

A educação não se faz somente na escola; faz-se também, e sobretudo, na própria vida. E a vida pública tem sido em Portugal, e cada vez mais, uma escola de scepticismo, de cynismo, e de preguiça.

De que serve abrir escolas e pagar a mestres, se do alto, quotidianamente, vem o exemplo funesto do premio á ociosidade e do desprezo pelo trabalho e pelo merito? De que serve incluir nos programmas primarios a educação civica, se os compendios por onde ella se ministra são, da primeira á ultima linha, desmentidos e ridiculizados pelo que cá fora praticam os governos? De que serve aprender, se a unica coisa que verdadeiramente rende é mendigar? ...

Varrer do espirito publico, pela simples suggestão dos proprios actos governativos, as ideias dissolventes de que não vale a pena estudar, de que o empenho suppre o saber, de que o favoritismo póde mais que o trabalho – é melhorar immediatamente as escolas, sem novas leis e sem novas despesas. Ser meticulosamente justo com o pessoal docente, premiando e castigando com razão, e melhorando-lhe a difficil existencia com um pouco do que agora se esbanja á tôa e á louca – e fazer surgir uma legião de melhores mestres, sem criar ou reformar uma só escola normal. Promover a especialização honesta e sincera nas carreiras do Estado, pela abolição gradual do immoralissimo regime da accumulção das funcções mais diversas, é dar um golpe fundo no encyclopedismo superficial que caracteriza os

nossos methodos de ensino e faz com que todos aspirem a tudo, sem estarem realmente preparados para nada. Ganhar, pela nobreza e seriedade dos actos governativos, a confiança do paiz, é o primeiro passo para a moralização do regime eleitoral e para o despertar do interesse civico, que na maioria dos cidadãos se atrophiou inteiramente, como se atrophia sempre o órgão privado da funcção. E é sobretudo preparar, pela força de um precedente a que o paiz agradecido se habituará depressa, a successão indispensavel de outros governos que procurem administrar com seriedade, sob pena de serem immediatamente sentenciados pela revolta da opinião.

Um governo digno d'este nome terá fatalmente de consignar, entre os primeiros numeros do seu programma, a extirpação do

vicio nacional do parasitismo burocratico, que em geral se encara com severidade pelo seu aspecto financeiramente ruinoso, mas que é sobretudo condemnavel como anti-educativo e anti-económico.

A permanente lamentação de que não temos capitaes é digna parelha da phrase já consegrada de que *não ha melhores portuguezes*. Os governos fomentadores do parasitismo burocratico exercem ao mesmo tempo duas absorpsões igualmente esterilizadoras: a dos capitaes, e a das intelligencias e vontades, isto é, dos homens.

Por um lado a Junta do Credito Publico attrae a si, para o lançar na voragem dos *deficits* orçamentaes, todo o pé de meia nacional, seduzido por uma taxa de juro que o capital inglez se julga feliz de encontrar nos antipodas,

com todos os riscos das empresas aventureiras e longinquas. Por outro lado as escolas publicas não produzem caracteres fortes, vontades independentes, intelligencias especializadas, aptidões praticas; não preparam, emfim, homens de iniciativa e de acção, capazes de fazer girar e medrar o capital nas empresas agricolas, commerciaes, industriaes e coloniaes. De modo que os capitalistas, tendo por um lado uma aposentação commoda e com todas as apparencias de segurinha, na divida fluctuante e na inscripção – e por outro lado uma prole bacharelada, incapaz de iniciativas mais corajosas que a de receber juros e ordenados – deixam natural e faltamente á actividade dos estrangeiros a exploração das nossas mais importantes fontes de riqueza

Mas o vicio da bacharellice e da burocracia, alimentado criminosamente pelos maus governos, não se limita a absorver e a esterilizar a maxima parte das energias intellectuaes do paiz, desvirtuando assim o character das escolas publicas, arruinando o thesouro, e asphyxiando a natural expansão economica. Sob o ponto de vista restricto da educação e do ensino, esse vicio mortal é réu de dois crimes que não teem perdão: torna impossível toda a especialização conscienciosa, é abafa completamente a iniciativa particular em materia educativa.

A falta de especialização vem da tendencia meridional para a superficialidade, mas é agravada enormemente pela obra desmoralizadora dos governos. E esta não se manifesta só na sua má influencia sobre as escolas, mas ainda

na pratica nociva de pagar mal os cargos publicos, para que cheguem a todos.

Ora o *desideratum* da economia é imediatamente illudido pela criação de muitos logares inuteis, visto ser preciso, para viver, accumular; e a especialização torna-se impossivel, pois ninguem póde ser apenas aquillo que real e oficialmente é, se é que póde ser alguma coisa, sendo tantas ao mesmo tempo.

Os exemplos da accumulacão de diversos e disparatados cargos no mesmo individuo são tão numerosos e tão conhecidos, que me dispenso de produzir algum. E que a nossa raça tem, apesar de tudo, admiraveis qualidades de especialização e até não lhe falta a virtude, tão celebrada em outras, da persistencia, provam-m'o os meus sete annos de professor que nunca deixou de encontrar interesse e receptividade nos seus

alumnos, nos raros momentos em que se surpreendeu à ensinar bem; e provam-o a todos nós os casos em que, remando contra as más influencias do meio e dos costumes, o acaso ou á natureza da profissão conseguiram que a actividade intellectual se concentrasse, como é preciso, n'um assumpto determinado. Basta lembrar que temos em Portugal advogados, medicos, architectos, engenheiros constructores de caminhos de ferro, etc., como os melhores do mundo. E como exemplo do que póde dar entre nós um funcionario inteiramente absorvido nos deveres do seu cargo, citarei o nome do sr. Francisco Salles de Lencastre, meu illustre predecessor n'este logar.

Pelo que diz respeito á

Iniciativa particular

é preciso não esquecer que em todos os tempos e em todos os paizes a educação nacional é, e tem de ser fatalmente, obra da nação inteira e não encargo exclusivo dos governos. As universidades da Edade-Media, diz Savigny, sahiram da iniciativa simultanea dos papas, dos reis, dos mosteiros, das associações, das cidades, dos professores e dos estudantes. Em toda a Europa culta e em toda a America ingleza, as Universidades teem geralmente ainda hoje vida propria, e ao lado do ensino official de todos os graus florescem e com elle rivalizam as instituições particulares, educando e ensinando sem quererem saber dos programmas do Estado, e sem precisarem do mais pequeno favor material da sua parte. E a sua vida é gloriosa e

prospera, porque a ellas afflue por um lado a população escolar, desejosa de saber verdadeiro, e por outro manancial inexaurivel das doações e dos legados, por parte de antigos discipulos enriquecidos e gratos, ou de milionarios sem herdeiros, seguros de que a sua generosidade ha de fructificar e não se desviará do verdadeiro fim. Em Portugal, por muito que nos circulos politicos se declame contra a falta de iniciativa particular, existe indubitavelmente o germe precioso de tudo isso; mas como ha de elle desenvolver-se e germinar em fructos apreciaveis, se a acção desmoralizadora dos governos, exacerbando dia a dia as tendencias parasitarias da classe media, a impelle a procurar em massa a frequencia dos institutos officiaes e a deixar morrer á nascença qualquer tentativa de ensino verdadeiramente livre, independente e pratico?

O sr. professor João Diogo do Carmo tentou ha tempos fundar nas vizinhanças do Porto uma escola no genero das inglezas do Abbottsholme e Bedales, das allemãs de Ilsenburg e Haubinda, e dos collegios francezes de Normandie e des Roches. No Alemtejo, os srs. José de Mattos Braamcamp e Fernando de Brederode chegaram tambem a lançar os fundamentos de uma tentativa semelhante. Infelizmente, como era de prevêr, estas nobres e patrioticas iniciativas fracassaram de todo, logo que aquelles senhores explicaram aos capitalistas com quem contavam e aos proprios paes que deveriam ser seus clientes, os primordiaes intuitos da instituição: criar gente forte de corpo e de character, apta para a vida intensa da acção e absolutamente independente dos programmas e das carreiras officiaes. Os homens de dinheiro pensaram, e

bem, que essas escolas ficariam desertas, enquanto o Estado tiver uma fatia orçamental, delgada mas segura, a distribuir em troca, não de merecimentos e actividades, mas de empenhos e de favores politicos.

Outro exemplo curioso e muito expressivo na sua apparente insignificancia é a criação de cursos *commerciaes e coloniaes*, com programma proprio, em um ou outro collegio particular, que até aqui apenas preparava para os lyceus do Estado. Alguns d'esses cursos são, ao que oiço, animadoramente frequentados e, o que é mais, recompensados já pela preferencia dada aos rapazes assim instruidos, por parte de alguns estabelecimentos de industria e de commercio. E' um resultado indirecto da actual lei de ensino secundario, que está sendo miseravelmente executada, quando poderia ter constituido um

primeiro passo no sentido do ataque ao parasitismo e, portanto, no da educação das classes medias. Logo que se procurou imprimir seriedade a esse ensino, tirando-lhe o character de verdadeira comedia que anteriormente tinha, logo a iniciativa particular pôde concorrer, apresentando criações suas, com a mammadeira habitual dos diplomas e graus officiaes.

Outra prova eloquente de que o germe da iniciativa particular existe vivo entre nós, e está apenas suffocado pela acção absorvente do Estado, poderão dal-a as pessoas que frequentam familias estrangeiras ou judias. Umas porque soberana e justamente desprezam a nossa educação; outras porque querem que os filhos valham por si e possam prescindir do apoio de qualquer Estado, que ámanhã poderia transformar-se, como ia acontecendo ha pouco

em França, em seu perseguidor; – o certo é que umas e outras mandam educar os filhos no estrangeiro, logo que a idade d’elles o permite. Mas enquanto essa idade não chega é preciso il-os preparando, e as escolas portuguezas não satisfazem os paes e nem todos estes são sufficientemente ricos para pagarem de per si aos mestres necessarios. Unem-se e combinam-se então umas poucas de familias; em casa d’uma improvisa-se a pequena classe infantil e o resultado obtem-se, não só sem que o Estado intervenha, mas até sem que dê por isso.

E’ pouco tudo isto, como documento da existencia de um germe de iniciativa particular? Aquelles que assim pensam só se satisfariam, talvez, se eu aqui lhes trouxesse em primeira mão a noticia da fundação de uma verdadeira universidade particular. Mas a esses direi que, se

por exemplo o conde de Ferreira tivesse legado toda a sua fortuna á installação e sustento de uma grande escola superior modelo, a sua obra cahiria em ruinas por falta de um papel activo a desempenhar no nosso meio, mais depressa ainda do que se arruinaram as cem escolas primarias, construidas á custa do seu benemerito legado. N'isto, como em tudo, impera a eterna lei da offerta e da procura. E emquanto a offerta fôr de bachareis e a procura de empregos publicos, não são possiveis a offerta e a procura de escolas sãs e verdadeiramente uteis.

Familias como os Anjos, os Burnay, os Andresen, os Pinto Bastos, os d'Orey, os Pintos da Fonseca, os Kendall, onde a prole é numerosa e a bacharelise só por excepção rara terá entrado – contam-se hoje em Portugal pelos cinco dedos da mão. Estrangeiras no nome, muitas d'ellas são

já portuguezas em tudo, salvo na idolatria ingenua dos cursos e dos graus. E' a tradição do sangue impondo-se á influencia do meio e dizendo-lhes que doutores e politicos, melhor e mais rendoso é tel-os como empregados, que como filhos.

Mas o que hoje fazem essas familias excepcionaes fal-o-hão dentro em pouco a maioria dos paes portuguezes, se os governos de Portugal se decidirem a pôr uma barreira de vontade sincera e de implacavel energia ao parasitismo desmoralizador. Desde que isto se faça, o espirito de imitação cederá á realidade das coisas e as familias abrirão os olhos para a verdadeira felicidade dos seus filhos; em vez de esbanjar na criação incessante de logares inuteis, poupar-se-ha dinheiro para melhorar n'um sentido util e pratico as escolas portuguezas, de

modo a fornecer aqui mesmo o que hoje em dia só aos ricos é dado procurar no estrangeiro; e logo a corrente desvairada encontrará o seu leito normal, e da iniciativa particular hade sahir por força o bom impulso educativo, cujo embryão existe latente e suffocado.

Solução transitoria

Mas os estadistas scepticos e cynicos dirão que o paiz não lhes pede moralidade, mas empregos; e alguns philosophos accrescentarão talvez que, se as classes medias não pódem fornecer bons governos e para educar as classes medias é indispensavel um governo bom, estamos mettidos n'um circulo, não só moralmente, mas tambem logicamente *vicioso*. A coarctada dos estadistas scepticos resulta da

confusão propositada das clientelas e dos galopins com o paiz, que se não compõe sómente d'essas duas detestaveis especies; e é á sombra d'aquelle aphorismo, de que o paiz não pede moralidade mas empregos, que vão medrando e fazendo carreira os politicos que se não recommendam, nem pela elevação das ideias, nem pela pureza das intenções.

Circulos viciosos são-n'ó todos os problemas mais sociaes, e no entanto as reformas vão-se fazendo por esse mundo de Christo e bastas vezes se tem mudado o character dos povos e o influxo das sociedades, graças sómente a um impulso reformador sahido d'ellas proprias. A Inglaterra é um exemplo d'isto; a Allemanha e o Japão, outros exemplos, frisantissimos. O poderio actual d'estas nações é o fructo directo e inconfundivel de reformas educativas, cujos

pontos de partida na historia quasi se podem marcar com datas precisas e concretas. A distancia entre o que é e o que foi a sociedade allemã, ou a japoneza, é muito maior do que a que existe entre o que somos e o que precisamos vir a ser, nós portuguezes.

E se é preciso abrir n'esse pretendido circulo vicioso, com um golpe de acção e de logica, a entrada indispensavel para o romper definitivamente, o caminho está traçado por estas palavras do nosso illustre chefe: *temos de recorrer ao elemento estrangeiro e á aprendizagem no estrangeiro.*

Importar mestres e exportar alumnos é realmente a tarefa propria de um periodo transitorio, durante o qual irão preparando o caminho futuro da geração assim formada os homens sinceramente compenetrados da

necessidade de moralizar pelo exemplo, e de desviar no bom sentido util, independente e pratico, a corrente errada e nociva do parasitismo burocratico.

Nos paizes mais orgulhosos do seu adiantamento scientifico, quando se precisa de um homem capaz de professar uma determinada especialidade, pergunta-se-lhe se sabe, e nunca d'onde veiu. Os srs. drs. Alfredo Bensaude e Gama Pinto, dois distinctissimos professores portuguezes, estariam a esta hora, se o tivessem querido, professores de duas universidades allemãs. Quando a admiravel Escola Polytechnica Superior de Hannover criou a sua cadeira de construcção de tunneis, a primeira observação que fez, é que não havia na Allemanha quem a pudesse reger superiormente. E foi buscar para isso o *bulgaro* Dolezalek, que

dirigira a perfuração do St. Gothard. E ha cerca de um anno morreu, na qualidade de professor da Escola Technica Superior de Aix-la-Chapelle, o *armenio* Arzruni, que já tinha regido cadeiras identicas, nas universidades de Estrasburgo e de Berlim.

A douda Allemanha não desdenha estender a mão aos Balkans ou ao Caucaso, quando por excepção d'ahi venha prestigio e lucro real ao seu ensino. E assim faz a propria França nacionalista, e assim fazem as nações para quem a sciencia, por lhes ser sagrada, não tem patria; todas aquellas cujo ensino não degenerou n'uma burocracia *sui generis*, cujos logares se sustentam, não para criar e propagar a verdadeira sciencia, mas para constituirem renda de politicos, de parentes, de amigos, ou na *hypotheese* mais suave, mas egualmente

inadmissivel, de nacionaes. O proteccionismo em materia scientifica é a caracteristica lamentavel das nações atrasadas e barbaras. As que realmente querem progredir vão buscar a sciencia onde ella existe, e fazem como o Japão, que durante uns poucos de annos importou mestres e, sobretudo, exportou discipulos, fazendo-o com tanto exito, que em curto tempo se transformou na potencia de primeira ordem que hoje é, em todos os sentidos.

Recorrendo ao elemento estrangeiro e á aprendizagem no estrangeiro, devemos fazel-o com methodo e com persistencia. Sobretudo a segunda parte d'esse programma, que é talvez a mais practica e a mais proficua, tem de executar-se com a largueza e continuidade indispensaveis, para que os que regressem de fóra preparados com a boa educação estrangeira, não sejam

esmagados cá dentro pela resistencia do meio. Além d'isto, o plano que n'esse sentido se traçar deve a meu ver subordinar-se a dois pontos de vista principaes:

1.º – Aquisição dos bons methods de ensino, que a nossa atrazada pedagogia não conhece, ou é incapaz de praticar;

2.º – Organização a sério do ensino das sciencias da natureza, entre nós inteiramente divorciado da observação e da experiencia, e reduzido por isso ao esteril encyclopedismo livresco, incapaz de produzir especialistas, e, portanto, criadores de sciencia.

Este ultimo ponto é capital, porque constitue uma das primeiras bases da regeneração educativa. Forçado pelos estreitos limites do tempo a ser conciso e breve, limitar-me-hei a lembrar que da fraca tendencia, senão completa

negação para a investigação científica, que hoje nos caracteriza, se resente toda a nossa deprimida vida social.

Desde a errada orientação do ensino, a começar na escola primaria e a terminar nas superiores – até o atrazo da agricultura, da industria, do commercio e da colonização, desde os bancos escolares ás officinas, aos escriptorios e ás cadeiras do governo – soffremos todos d’esse divorcio nocivo entre o ensino e a natureza. A tendencia para o subjectivismo é evidentemente um modo de ser innato á nossa raça, e a poesia espontanea do povo, toda intuspectiva e lyrica, ahi está para o comprovar. Ora essa tendencia tem de ser combatida desde a escola primaria, cuja principal missão deverá consistir no desenvolvimento do espirito de

observação, sem o qual vivemos no mundo sem o vêr e, portanto, sem o saber aproveitar.

Essa lucta não a poderão, no emtanto, travar com exito os mestres actuaes, por maior que seja o seu valor e a sua boa vontade. Todos elles são victimas d'essa má orientação, e d'ahi vem a inacreditavel monstruosidade de termos (e de continuarmos a ter, por mais que se legisle o contrario), uma instrucção primaria sem physica, sem zoologia e sem botanica; d'ahi vem que nos lyceus é precisamente n'essas disciplinas, as mais accessiveis ao espirito e ao sentimento infantil, que os rapazes alcançam peores notas; d'ahi vem, emfim, que o proprio ensino scientifico superior, theorico ou applicado, degenera em explanação encyclopedica, em oratoria e em leitura, falseando por completo o seu character e os seus fins. Conheço, n'uma só

das nossas escolas superiores, tres ou quatro professores de sciencias physiconaturaes, homens de consciencia, de intelligencia e de estudo, que accumulam a regencia das suas cadeiras com o estudo apaixonado e seguido da linguistica e da philologia.

O contraste é tão profundo, tão radical e violenta a antinomia entre as sciencias que professam e os estudos a que parallelamente se entregam, por livre e espontanea predilecção, que seria inexplicavel, sem esse vicio original da nossa educação scientifica, que substituiu a especialização pelo encyclopedismo, a experiencia pelo texto e o laboratorio pela bibliotheca.

Recapitulação e conclusões

Recapitulando direi:

1.º – Que não póde haver boa educação primaria sem muito dinheiro, e que, para haver dinheiro é preciso que uma reforma da educação das classes medias as habilite a criarem riqueza e a exercerem com vantagem nacional o seu papel dirigente;

2.º – que não póde haver verdadeira educação primaria sem o amor da verdadeira sciencia, que ha de formar, de alto para baixo, os bons mestres, e criar, nas camadas superiores da sociedade, o culto do genuino saber e, d’ahi, a sinceridade educativa;

3.º – que não póde haver verdadeira educação primaria, sem a previa educação civica das

classes medias, isto é, sem uma boa politica, que seleccione e estimule os professores, rehabilite as instituições representativas, crie a vida local, accorde a iniciativa particular, valorize o estudo e o trabalho sincero, combata o parasitismo e promova a especialização;

4.º – que é indispensavel recorrer transitoriamente ao elemento scientifico estrangeiro e principalmente á aprendizagem no estrangeiro, tendo sobretudo em vista a reforma dos methodos pedagogicos, e a organização do ensino scientifico sobre bases inteiramente novas.

Ora tudo isto se fará sem o habitual apparatus das reformas escriptas, em que os nossos dirigentes teem sido fecundos, sem outro resultado que não seja o de encher muito papel, e esbanjar muitissimo dinheiro.

No capitulo das reformas propriamente ditas, citarei como exemplos tres ou quatro mais urgentes e de bom effeito immediato:

Deverá aproveitar-se a actual corrente de interesse pelos jogos corporaes, introduzindo a educação physica junto dos lyceus e principalmente das escolas superiores. Precisamos quanto antes de moralizar os ocios da mocidade escolar, e conseguil-o-hemos facilmente, com uma serie de incitamentos á pratica dos jogos e exercicios physicos bem entendidos, que teem tambem uma influencia benefica e decisiva sobre o character.

Deverão abolir-se completamente nos estabelecimentos de ensino superior os regulamentos de faltas, que transformam as universidades em lyceus para adultos, tratam os homens como crianças grandes e impossibilitam

a boa e natural selecção dos alumnos, isto é, aquella que se faz pela espontanea e sincera applicação, e não por processos de coacção artificial e niveladora.

Deverão melhorar-se as condições materiaes, scientificas e moraes do professorado, de modo a conseguir que o professor seja apenas professor. Professores distrahidos da missão de ensinar por mil outras occupações diversas, professores politicos e jornalistas, como eu, não podem ser bons professores. E a regra geral é quasi esta, principalmente nos graus secundario e superior. As coisas estão arrançadas de modo que aquelle que mais trabalha no seu logar, e mais completamente se deixa absorver por elle, dedicando-se e aperfeiçoando-se, é justamente o que menos ganha e quasi sempre nem sequer ganha o preciso para viver. E não é só a

mesquinha paga material que distrae os professores mais serios e bem intencionados da sua absorvente tarefa de estudar, de ensinar e de educar. A desmoralização das escolas pela errada direcção superior dá-lhes a triste convicção da inutilidade dos seus esforços e enche-os de desillusões, de desgosto e de revolta. E as funestas consequencias d'este modo de ser paradoxal e monstruoso fazem-se principalmente sentir no ensino superior, onde a absorpção de todas as forças intellectuaes do mestre e a applicação de todo o seu tempo á pura investigação scientifica, são condição imprescindivel para o bom desempenho da sua importante missão social.

Deverá pôr-se termo á pratica injustificavel de prover nas cathedras do ensino superior estudantes da vespera, deixando assim conquistar

de assalto e no verdor dos annos, pela simples força das classificações academicas, uma posição que só merecem o longo estudo e um nome scientifico feito á custa d'elle. Os resultados d'este costume teem sido entre nós o tedio immediato pelo logar tão facilmente obtido e a deserção para as fileiras da politiquice.

Deverá estabelecer-se uma direcção suprema do ensino publico, de que dependerão tambem os estabelecimentos de ensino profissionall e technico e a que se dê independencia, caracter technico, protecção contra as investidas a politica partidaria, subordinação a um plano geral e espirito de continuidade.

Deverão escolher-se technicos para professores das escolas profissionaes e tchnicas. O spectaculo, unico no mundo inteiro, que offerece o Instituto Industrial de Lisboa, onde,

entre vinte professores, ha sete que teem sido ministros, tres ou quatro que são ou teem sido deputados, e apenas um ou dois que não accumulam o exercicio das suas cadeiras com o de mais um, dois e até tres logares publicos diversos, e egualmente absorventes – esse espectáculo caracteristico precisa absolutamente ser evitado em futuras criações do mesmo genero. As aptidões, as occupações, a educação de um politico são a antithese das aptidões, occupações e educação d’um technico. Não ha approximação possivel entre ellas, nem possibilidade *humana* de reunir com proveito no mesmo individuo (de mais a mais com este feitio de regra quasi geral) duas funcções de character tão profundamente antimonico.

Ahi ficam esboçadas, apenas como exemplos, cinco ou seis reformas que me parecem

importantes e faceis. Outros pontos ainda poderiam indicar-se, se não fosse tempo de concluir, para não abusar da paciencia e cortezia com que tenho sido escutado. Antes de o fazer, desejo accentuar que tenho uma fé inabalavel na influencia da educação sobre os nossos futuros destinos nacionaes. Entendo que só por ella poderemos salvar-nos e foi por encontrar a mesma crença no sr. conselheiro João Franco, nosso querido e illustre chefe, que me fiz politico e jornalista, eu que nunca fôra politico e cada vez me sinto menos jornalista.

Poderá ser um ledô engano a minha fé na influencia da educação, e uma utopia a minha esperança na realização d'este sonho de renascença.

Mas não será mais cega a illusão das bem intencionadas pessoas que imaginam resolver a

crise nacional apenas com simples doses de moralidade e economia? Eu proprio deixei bem accentuada a importancia que ligo á influencia de uma politica honesta, e é evidente que, se a vida publica é uma escola, urge que ella deixe de ser uma escola de egoismo e de pilhagem. Mas não basta a politica honesta; porque é preciso não esquecer que as mesmas causas produzem sempre os mesmos effeitos, e que, endireitadas amanhã as finanças publicas, a mesma gente, formada nas mesmas escolas, as entortaria de novo fatalmente pelos mesmos processos.

Mais cego é decerto o engano dos que, descrentes de tudo e de todos, pedem a administração estrangeira. Esses não vêem que a temos já, nas finanças, nas colonias, nos transportes, nas grandes indústrias, nos mais rendosos commercios. E que justamente o unico

meio que nos resta de salvar o que ainda temos, e até de recuperar o perdido, é substituirmo-nos ao estrangeiro ou lutar com elle, usando armas eguaes. E, só a educação nos póde dar essas armas, porque não é outro o aço de que o estrangeiro fez as suas.

Muitos e bons espiritos suppõem que a solução das miserias nacionaes só se poderá encontrar n'uma mudança de fôrma de governo; mas esses mesmos hão de dizer e pensar comigo que as fôrmas não alteram a essencia, e que a primeira obra de uma republica que conseguisse estabelecer-se em Portugal (como a obra mais urgente da actual monarchia, se quizer defender-se e perdurar) teria e terá de ser a educação e moralização das classes, em cujas mãos está, e estará ainda por muito tempo, a felicidade ou a desgraça do povo inteiro.

Sinceramente, pois, me parece que não ha outra solução razoavel e completa, senão a que póde resumir-se n'estas simples palavras: *educar, de cima para baixo.*

Os que d'esta mesma descreiam, ponham as mãos nas orelhas, como os macacos; porque só lhes resta assistir ao afundamento inevitavel de uma nação e de um povo.

Os outros (e n'esse numero estão os que me escutam) farão decerto côro commigo no voto sincero e ardente para que depressa e a valer se comece o que não póde adiar-se por mais tempo: a educação das classes dirigentes do paiz, feita segundo um plano em que devem accordar-se todos os partidos, aproveitar-se todas as competencias, sem distincção de seitas politicas, e em cuja execução não podem perder-se de vista as seguintes palavras do classico Antonio Vieira,

que de proposito escolho para fechar com chave de ouro:

«Quem entra a introduzir uma lei nova, não pôde tirar de repente os abusos da velha. Ha de permittir com dissimulação para tirar com suavidade: ha de deixar crescer o trigo com sizania, para arrancar a sizania, quando não faça mal ás raízes do trigo. Todo o zelo é mal soffrido, mas o zelo portuguez mais impaciente que todos. A qualquer reliquia dos males passados, a qualquer sombra das desigualdades antigas, já tomamos o ceu com as mãos, porque não está tudo mudado, não está emendado tudo.

Assim se muda um reino? Assim se emenda uma monarchia? Tantos entendimentos assim se endireitam? Tantas vontades, tão differentes, assim se temperam?...

Pouco a pouco se fazem as cousas grandes: e não ha melhor arbitrio para as concluir com brevidade, que não as querer acabar de repente.»

Conclui finalmente e estou muito agradecido a V. Ex.^{as} pela delicada atenção que escutaram as minhas pobres, mas sinceras palavras.

II

A Nação e a Escola

Para que o povo possa ser devidamente instruído, e sobretudo educado, é necessário que as classes dirigentes se habilitem primeiro a fornecer homens de saber, de acção e de carácter – homens de trabalho especializado e de governo – capazes de produzirem sciencia e riqueza. A instrucção superior e media, que fórma os dirigentes e os mestres, deve preceder, como organização activa e perfeita, a instrucção primaria.

A educação nacional tem de ser obra da nação inteira: não é dever ou encargo exclusivo dos governos. A estes compete dirigir, executar e dar o bom exemplo, evitando, pela sua politica, que a iniciativa particular se atrophie pelo convite do Estado ao parasitismo e á superficialidade, vícios que corrompem o character da escola e asphyxiam a natural expansão economica, desviando da producção de riqueza cabeças e braços numerosos, além de capitaes valiosissimos. O Estado, deve, portanto, promover a especialização nas carreiras administrativas, pela abolição do regime de accumulção das mais heterogeneas funcções publicas, dando assim um golpe profundo no encyclopedismo superficial que caracteriza os nossos methodos de ensino, e faz com que todos

aspirem a ser tudo, sem estarem realmente preparados para nada.

Para a reorganização da educação nacional é necessario recorrer transitoriamente ao estrangeiro, tendo sobretudo em vista a reforma dos methodos pedagogicos, especialmente dos referentes ao ensino das sciencias da natureza, entre nós inteiramente divorciado da observação e da experiencia, de onde resulta qua a obra de todas as nossas escolas converge para a impossibilidade de produzirmos bons mestres.

E' necessario melhorar as condições materiaes, moraes e scientificas do professorado, por fórma que o professor seja apenas professor; e pelo que respeita ao ensino superior urge abolir a pratica de prover nas suas cathedras estudantes da vespera, deixando assim conquistar de assalto e no verdor dos annos, pela simples força das

classificações academicas, uma posição que só merecem o longo estudo e um nome scientifico feito á custa d'elle.

A estes principios, publicamente expostos pelo signatario em 23 de dezembro de 1903, é oportuno acrescentar agora os seguintes, como additamento ás condições do excellento relatorio da Liga de Educação Nacional:

Educação da familia

Educação da mãe. Propaganda no sentido da modificação dos costumes vigentes na educação das filhas-familias das classes medias, substituindo o chamado ensino de prendas, ou completando-o, pelos cursos particulares de hygiene e psychologia infantis e pedagogia.

Instituição d'esses cursos pela iniciativa particular de medicos e professores bem preparados. Collaboração das meninas da burguezia nas obras de assistencia e beneficencia infantis.

Educação da familia como collaboradora da escola. Conferencias de reitores e professores aos paes dos seus alumnos. Publicação de livros de pedagogia pratica do ensino primario e secundario.

Representação dos paes no governo e inspecção da escola.

Conveniencia de diminuir quanto possivel o valor do diploma, como chave das carreiras do Estado, substituindo em regra o concurso documental e o documento de habilitação pelo

exame eliminatório de capacidade e pelo tirocinio em concorrência.

Propaganda intensa contra a escolha das carreiras do Estado e a favor da vida activa do trabalho agrícola, commercial, industrial, colonial. Incitamento á emigração para as colonias e para o Brasil e outras republicas da America do Sul, não de rebanhos analfabetos, mas dos filhos das classes dirigentes, com uma educação media utilitaria.

Educação dos mestres

Criação urgente de *Kindergärten* ou escolas maternas, sob a direcção de professoras suissas ou belgas, coadjuvadas por normalistas portuguezas da sua escolha.

Reducção do numero actual das escolas do ensino normal primario e transformação radical d'este ensino, com o auxilio do elemento estrangeiro pelo que respeita á pedagogia das classes infantis, das sciencias physico-chimicas e historico-naturaes e do desenho. Escrupulosa educação moral e civica do professor.

Publicação regular de uma *Bibliotheca Pedagogica*, editada ou subsidiada pelo Estado, quando não possa sê-lo pela iniciativa particular, e em cujos volumes se vulgarizem os modernos trabalhos modelares, inglezes, norte-americanos e allemães, sobre educação e ensino.

Publicação gratuita pelo Estado de todos os trabalhos sobre methodos de ensino, de

professores officiaes, que um exame previo por pessoas competentes julgue digno de serem conhecidos. Bolsas de estudo para professores. Instituição de bons museus e bibliothecas pedagogicas nas tres principaes cidades, com obrigação de emprestimo de livros a professores officiaes residentes fóra d'ellas. Fundação de uma revista pedagogica scientifica.

Incompatibilidade da função magistral com o exercicio de outros cargos, administrativos ou políticos, sob pena de exoneração, ou, pelo menos, de suspensão completa de vencimentos e de paralyzação ou atrazo na carreira, emquanto dure o afastamento.

Organização da carreira do magisterio official dos tres graus, tendo-se me vista os

principios expostos anteriormente, e a necessidade de remunerar, premiar, estimular e responsabilizar os professores, de acordo com as exigencias materiaes da vida e os interesses do ensino. Systema de promoções. Isenção de quaesquer impostos sobre as mercês honorificas concedidas aos professores como taes. Gratuidade de matricula dos filhos dos professores officiaes nas escolas do Estado, subsidios de residencia, etc. Inspeção dos tres graus de ensino.

Facilidades officiaes concedidas á instituição de dois grandes internatos secundarios inglezes nos arredores de Lisboa e Porto, com professorado em parte portuguez.

Propaganda persistente do principio, já consagrado nas nossas leis, mas ainda em luta com os costumes, de que o professor primario e secundario deve ser um educador na accepção ampla do termo e não um simples transmissor de conhecimentos e verificador da sua assimilação.

Revisão urgente das leis, regulamentos e tabellas que regulam a escolha, exercicio e remuneração das direcções locaes das escolas secundarias e superiores officiaes, tornando-se o cargo de reitor ou director incompativel com outros, e remunerando-o por fórmula que o cumprimento dos respectivos deveres e responsabilidades seja rigorosamente exigivel.

Educação das classes

Fundação de associações de propaganda do ensino commercial, industrial, colonial e agricola, como o *Deutscher Verband für das kaufmännische Unterrichtswesen* (União germanica do ensino commercial), sob cujo influxo se fundaram na Allemanha em oito annos (1898–1906) nada menos de seis universidades commerciaes, todas criadas e custeadas pela iniciativa do commercio e das cidades, ás quaes o Estado nenhum subsidio dá, a não ser á primeira fundada (Leipzig) que recebe cêrca de seis contos de réis por anno.

Educação profiSSIONAL da mulher, conducente ao seu aproveitamento economico, sobretudo no commercio de retalho e em todas as outras actividades em que o homem possa ser vantajosa

ou indifferentemente substituído por ella, no tocante á aptidão, e assim melhor utilizado nos modos de vida mais proprios do seu sexo.

Reducção consideravel do numero de dias feriados do calendario religioso e civil.

Revogação do decreto de 26 de abril de 1877, que subtrahiu á preparação secundaria civil os candidatos á carreira ecclesiastica. Revogação da lei de 21 de julho de 1899 e de todas as outras disposições que tenham contribuído para despovoar a nossa faculdade de theologia. Reformas tendentes a nacionalizar o clero portuguez e a melhorar o seu nivel intellectual, tornando-o apto a exercer na educação do povo a missão fecunda que os padres christãos realizaram no norte da Europa.

Propaganda tendente a estimular e orientar a benemerencia dos ricos, por fórma que as doações e legados se desviem um pouco da assistencia publica em beneficio da educação nacional e venham expressas em condições que assegurem o seu mais pratico aproveitamento.

Opportunidade de que as associações e ligas que patrioticamente se teem dedicado ao melhoramento da educação nacional, vão saindo da exclusiva actividade expositiva e critica, em que já teem prestado optimos serviços, sobretudo na orientação da opinião publica, para o dominio concreto das criações escolares, feitas segundo os principios que pregam, e assentes no concurso da iniciativa particular, despertada por essas entidades.

Educação das localidades

Formação de associações locais com o intuito de criar nas camadas médias e superiores da população respectiva o culto pelas tradições regionais e o gosto pelo estudo dos problemas sociais e econômicos locais, combatendo a somnolência intelectual, o tédio e o desprezo pela vida provinciana, o urbanismo ou desejo de imitação das grandes cidades e de emigração para ellas – vícios e preconceitos de onde resulta a falta de interesse sincero e inteligente pela administração municipal; a subordinação dos verdadeiros interesses locais ao caciquismo político; o abandono da vida rural por parte dos proprietários territoriais e seus descendentes; o desconhecimento das normas da educação útil; a

falta de inspecção carinhosa sobre a escola primaria; a ancia dos municipios pela criação de mais lyceus, isto é, o culto dos bacharelatos; o desaproveitamento dos legados uteis em favor da instrucção profissional e pratica, etc., etc.

Assim se prepararão as localidades para a progressiva descentralização administrativa, visto que, pouco a pouco, se irá levantando deante do municipio actual, burocratico e politicante, o municipio novo, intelligentemente regionalista, que acabará por substituir aquelle.

Lisboa, 23 de maio de 1910.

O CONGRESSISTA N.º 032,
Agostinho de Campos.

III

Administração do ensino secundario

Centralização e descentralização

Um dos peccados mortaes da administração do ensino secundario é, na linguagem das conferencias e dos jornaes, a centralização exagerada.

Convém mostrar a este proposito duas verdades: a primeira é que nunca a centralização foi menos forte que nos ultimos quatro annos; a segunda, é que, *dadas as condições geraes e actuaes da administração publica em Portugal, e a concepção latina da educação e da instrucção*, difficilmente poderão descentralizar-se mais os serviços de ensino secundario. E póde juntar-se a isto uma facil prophecia, que o futuro confirmará, mais anno, menos anno: quando o modo de ser administrativo do ensino secundario venha a modificar-se sensivelmente, a modificação ha de fazer-se no sentido centralizador.

Circumstancias meramente occasionaes favoreceram n'estes quatro annos a evolução descentralizadora, e entre essas circumstancias avulta a fraqueza politica, a falta de côr

partidaria definida e a ephemera duração dos ministerios que se teem succedido no poder.

Quando se modifiquem por um largo periodo estas condições, as tendencias naturaes facilmente rehavirão o terreno perdido e veremos por força enthronizada e absorvente uma pedagogia regeneradora ou progressista, republicana ou monarchica, radical ou reaccionaria. Pedagogia nacional é que não teremos tão cedo, pela razão simples de que a Nação não existe, como uma serie de fortes agrupamentos de logar e de classe, baseados na expansão livre e energica do individuo, e, ao contrario, se desagrega e pulveriza cada vez mais, na abdicação de milhões de vontades eternamente á procura de uma vontade só, que as una, e queira por todas ellas.

O espirito de centralização póde revelar-se no ensino directamente, pela interferencia pedagogica continuada e estreita do poder central nos processos docentes, ou indirectamente, pela intervenção do Governo na escolha do professorado e dos directores locais das escolas, ou pela acção d'aquelle no modo de ser administrativo de cada lyceu.

Pelo que respeita á interferencia do Estado nos processos de ensino secundario, a primeira observação que se impõe é que o regulamento é descentralizador. Os lyceus portuguezes teem os seus programmas communs, como succede em toda a Europa continental, mais ou menos; mas o regulamento estatue sabiamente: «A extensão com que ha de ser professada, nas diversas classes, cada disciplina, regula-se pelos preceitos e disposições que lhe dizem respeito, pelas

inscrições do respectivo programma, pela atenção devida aos programmas simultaneos com elle, pelo tempo semanal concedido ao estudo, pelos livros approvados, e, enfim, pela norma typica, mais ou menos rudimentar, da instrucção secundaria. A facilidade com que toda a organização ou redacção de programmas se presta sempre á interpretação ou execução defeituosa, tem o seu correctivo principal, primeiro no saber e consciencia do professor, e depois na intelligente observancia das condições d'este artigo.» (Art. 21.º do regulamento de 14 de agosto de 1895).

Não é facil reconhecer mais numerosos coefficients de correcção ao *imperativo categorico* dos programmas, nem attribuir maior consideração e importancia á iniciativa intelligente do professorado. Mas, se é certo que

o regulamento não póde ser arguido de centralizador em materia de processos de ensino e de programmas, terá elle por ventura sido alterado ou applicado no sentido da centralização? E' facil provar que tal se não tem dado, nos ultimos annos, pelo menos. Desde agosto de 1906 até hoje teem sido publicados os seguintes diplomas de character puramente pedagogico e de ligação directa com os processos de ensino:

Circular de 25 de outubro de 1906. – Suscitou a observancia das disposições regulamentares referentes ás excursões escolares, *deixando aos reitores e professores os pormenores da execução d'esses preceitos* e exigindo apenas informação especial no fim de cada anno lectivo

sobre o modo como aquelles foram comprehendidos e executados.

Circular de 10 de dezembro de 1907. – Aconselhou que se não exigisse aos alumnos do curso complementar de sciencias, como estava fazendo um ou outro professor, conhecimentos de calculo integral, que aliás não entram no actual programma de mathematica.

Portaria de 25 de agosto de 1909. – Approvou e mandou cumprir as instrucções sobre horarios, elaboradas pela secção permanente do Conselho Superior da Instrucção Publica, com o intuito de suscitar a observancia de certas disposições regulamentares e preceitos de hygiene escolar, e de facilitar o estudo e approvação annual dos horarios.

Portaria de 5 de novembro de 1909. – Mandou adoptar nos lyceus, pelo pessoal instructor de gymnastica, o *Manual de Gymnastica* de Antonio Martins.

Portaria n.º 1 de 26 de fevereiro de 1910. – Chamou a attenção das auctoridades escolares para que os professores deem notas a todos os alumnos em todos os periodos, professando por fórma que acerca do aproveitamento de todos tenham formado o seu juizo e inspirando-se para isso nas normas pedagogicas do capitulo III do regulamento de 14 de agosto de 1895. Este diploma foi suscitado pelas duvidas expostas pelo reitor do lyceu de Passos Manuel em presença de praticas arbitrarías e injustas na classificação final dos alumnos.

Portaria de 21 de junho de 1910. – Determinou o uso de taboas de logarithmos sómente de cinco decimaes; a abstenção, no ensino da mathematica, de exercicios artificiaes onde só haja calculo mechanico esteril; e a preferencia de problemas tomados da realidade pratica.

Não poderá dizer-se, em presença de tão succinta enumeração, que as estações superiores estejam continuamente a suffocar a iniciativa docente dos professores. Seis diplomas de natureza didactica em quatro annos mostram eloquentemente que, não existindo no regulamento do ensino secundario centralização pedagogica, na applicação recente d'esse regulamento tudo se haverá revelado, menos a tendencia centalizadora.

Outra fôrma de centralizaçãõ pedagogica directa é a inspecçãõ do ensino. Tal inspecçãõ existe em todos ou quasi todos os paizes da Europa, á excepçãõ do nosso, como organizaçãõ permanente e especial. Entre nós compete essa inspecçãõ de fôrma normal aos reitores (art. 129.º, n.ºs 2.º e 4.º do regulamento de 14 de agosto de 1895) e accidentalmente aos presidentes dos jurys de exames de sahida dos cursos lyceaes avançados (art. 22.º do decreto de 29 de agosto de 1905). Para se avaliar da absoluta inefficacia e, para o caso actual, innocencia d'estas fôrmas de inspecçãõ, basta ponderar os seguintes factos: desde que, ha quatro annos, começou a actual gerencia na direcçãõ geral dos serviçõs de ensino secundario, *nunca* entrou na respectiva secretaria qualquer espontanea communicaçãõ ou queixa das

reitorias por não haverem sido cumpridas ou o terem sido mal, pelos directores de classe ou pelos professores, as disposições pedagogicas do regulamento de 14 de agosto de 1895; *nunca* houve noticia de qualquer discordancia entre professores, directores de classe ou reitores sobre materia de methodos de ensino e applicação ou não applicação de programmas; *nunca* um unico reitor apresentou qualquer relatorio especial e confidencial sobre a actividade escolar dos professores seus subordinados, recommendando uns ao reconhecimento do Estado, pelos seus esforços e meritos, outros á severidade d'este, pela sua incompetencia ou desleixo. E os relatorios dos presidentes de jurys de exames, que, pelo que respeita aos dois ultimos annos escolares, estão todos integralmente publicados ou em via de integral publicação, não constituem,

como inspecção local de ensino, informação muito mais abundante do que o silencio das reitorias: em regra rompem com a homenagem ao illustrado corpo docente, para logo cahirem a fundo sobre a criminalidade nata dos programmas e sobre a falta de edificios e de material. Quer dizer: por intermedio das presidencias dos jurys o Estado não logra inspeccionar o ensino local; consegue apenas inspeccionar-se a si proprio, o que é, além de comico, inutil, pois melhor do que ninguem sabe elle proprio que não tem casas, que não nada em dinheiro e que os programmas teem costas largas para carregarem com as culpas de todos e de tudo.

Não ha, pois, fiscalização do ensino, visto que nem sequer ha informação sufficiente sobre o modo como elle é feito. A verdade é que cada

um tem ensinado, ensina e ensinará por muitos annos ainda, como entende e como quer. O proprio autor d'estas linhas foi professor durante dez annos, na vigencia das mesmas disposições regulamentares e da mesma absoluta falta de fiscalização central dos processos de ensino que hoje impera, e ensinou sempre como entendeu e como quiz. Se ensinou mal a culpa não foi da centralização pedagogica do Governo, porque nunca a sentiu; e o que a tal respeito tem existido e existe em Portugal é mais do que descentralização: é dissolução e anarchia. A primeira victima d'este estado de cousas é, naturalmente, o proprio ensino; as victimas immediatas, na ordem da sympathia que devem merecer-nos, são os alumnos e os bons professores. Uns, porque o Estado se desinteressa assim por completo, dos seus direitos sagrados á

protecção official; outros, porque, além de não serem animados nem premiados, nem sequer são conhecidos nas estações officiaes, onde pouco mais consta ácerca de cada professor do que o nome que usa, a data em que nasceu e aquella em que foi nomeado.

Compara-se esta *centralização* portugueza com o que succede por exemplo em França, com o ensino das linguas: «En ce qui concerne l'application de la méthode directe, les français sont décidément en avance sur nous. (*Fala um professor allemão*). Cela s'explique surtout par ce fait que la dite méthode est prescrite par les programmes officiels *jusque dans ses moindres détails*, et que les fonctionnaires chargés per l'E'tat d'assurer l'exécution de ces derniers, en surveillent l'application *avec une rigueur implacable*. Naturalmente il y a encore parmi les

néophilologues français des adversaires de la méthode, mais *grace à la pression exercée par l'autorité, ils demeurent impuissants, et sont bien obligés de se soumettre ou de s'en aller*»².

Mas a França é um paiz de administração centralista, e d'ahi talvez não constitua peça de convicção sufficiente esta implacavel crueldade com que o rigor das auctoridades obriga os professores educados na pratica dos antigos processos de ensino das linguas modernas, e não só pedagogica mas decerto tambem physicamente incapazes de se voltarem do avesso para se adaptarem ao methodo directo, decretado ha poucos annos - ao extremo de se

² Traduzido e citado por *L'Enseignement Sécondaire*, n.º 10, 1.º décembre, 1909, do livro do professor allemão Ernst Pitschel, *Eindrücke und Beobachtungen während eines Studienaufenthalts in Frankreich*, Frankfurt am Mein, 1909.

demittirem do professorado, quando não possam seguir aquelle methodo.

Vejamos a Inglaterra, que é o paiz do individualismo e da liberdade, e vejamo-la não atravez de transcripções estrangeiras, mas pelos olhos de dois professores portuguezes que durante mezes, e ha cerca de dois annos apenas, visitaram e estudaram, como pensionistas do Estado, algumas das principaes escolas d'aquelle paiz.

Um, o sr. Luiz Augusto Pires Cardim, diz-nos que o Ministerio da Educação em Inglaterra comporta uma parte de *inquerito pedagogico permanente, nacional* e universal, que estabelece com escrupulo os *minimos* ou *limites* a que devem obedecer os processos de ensino nas varias escolas; e uma parte executiva mediante

penalidades e inspecções, que constituem *um serviço muito perfeito de fiscalização*.³

O outro professor, depois de ter notado em França, ao contrario do que viu o allemão Pitschel, *uma grande falta de unidade nos processos de ensinar* as linguas modernas, diz: «E' claro que esta falta de unidade de orientação no methodo de ensino é, como nós sabemos por experiencia propria, detestavel». Depois, a proposito da Inglaterra, observa e commenta: «Todos elles (os mestres inglezes) teem a mesma orientação pedagogica, todos ensinam pelo mesmo processo. E esta unidade de ensino *é escusado louva-la*: é por meio d'ella que o alumno adquire, passando de um anno para outro, sem difficuldade e sem retroceder, o uso corrente

³ Vide relatório do prof. Luiz Cardim, in *Publicações*, d'esta Direcção Geral, vol. I, 1909, pag. 22 e 23.

de uma lingua estranha *ou as noções precisas de qualquer outra disciplina*»⁴. Como se vê, proclama-se aqui a vantagem da mesma orientação pedagogica e do mesmo processo de ensino, não só nas classes de linguas modernas, mas em todas as disciplinas do plano secundario.

E deve notar-se que estes dois depoimentos são de professores que, tendo estado em contacto directo com os systemas educativos inglezes, pedem sómente, e com toda a razão, a identidade e uniformidade de methodo dentro da mesma escola; outros ha; como mostram certos relatorios de presidentes de jurys de exames, que desejariam uma inspecção pedagogica do Estado destinada a uniformizar o ensino de todas as disciplinas em todos os lyceus, por fôrma que os

⁴ Vide *Publicações* citadas, idem, idem, pag. 56, 60 e 61, relatorio do prof. João de Barros, antigo pensionista do Estado em França e Inglaterra.

alumnos externos e os que são transferidos de lyceu para lyceu não fossem desnorteados pela diversidade dos programmas de exame, dos compendios adoptados e até de fórma de conduzir os interrogatorios! Estes ultimos são os lidimos representantes da alma nacional, mais centralista em materia de ensino publico do que o Governo mais despotico ou o mais absorvente dos Directores Geraes. E uns e outros, com maior ou menos razão, são incomparavelmente mais centralizadores, nas suas aspirações e votos, do que tem podido ser e do que será ainda por muitos annos o poder central, privado dos meios legaes de exercer sobre o ensino uma fiscalização efficaz, evitando ao menos que em cada lyceu a mesma disciplina se ensine, em cada classe, por processos differentes. Dissemos acima que o espirito centralizador podia revelar-

se indirectamente no ensino pelo grau e fôrma de intervenção do poder central na escolha do professorado. Vamos provar que nunca, sob este aspecto, a administração central foi praticamente mais descentralizadora do que ha quatro annos a esta parte.

E' sabido que o decreto n.º 5 de 24 de dezembro de 1901, reorganizador do Curso Superior de Lettras, instituiu um curso normal para o magisterio secundario, estabelecendo que, obtidas certas classificações academicas, os diplomados teriam ingresso no quadro lyceal, sem dependencia de concurso de provas publicas. Tal disposição é altamente descentralizadora, pois que veio substituir ao systema de exames feitos perante jurys nomeados pelo poder central, a nomeação pela propria força das notas e

classificações escolares, isto é, a nomeação, de facto, pela Escola, e não pelo Governo.

Dizia o art. 22.º do citado decreto que, quatro anos depois da sua execução, a carta de aprovação no curso de habilitação para o magisterio secundario de lettras seria documento indispensavel para admissão aos respectivos concursos. Pois, mais de cinco annos volvidos sobre a execução do decreto n.º 5 de 24 de dezembro de 1901 realizaram-se concursos em que foram admitidos muitos concorrentes que não apresentaram aquelle documento, o que não póde considerar-se illegal, pois que só em 1905-1906 concluíram os seus cursos os primeiros candidatos ao magisterio com preparação normalista, mas significa manifestamente um acto centralizador, visto que a interpretação no sentido descentralizador de considerar terminado

em dezembro de 1905 o periodo transitorio de quatro annos era tambem defensavel, e teria evitado o encontrarem-se hoje sem collocação definitiva no continente um numero consideravel de candidatos da secção de lettras, diplomados pelo Curso Superior.

O que é certo é que, desde que entrou em exercicio o actual director geral nenhum concurso se abriu n'estas condições, estando portanto em pleno vigor o regime descentralizador criado em 1901, não obstante haver no continente um grande numero de vagas da secção de sciencias e do 3.º grupo, as quaes teem estado preenchidas por professores interinos. E entre os ministros que desde então geriram a pasta do Reino mais de um era de opinião que tal estado de cousas não convinha ao ensino e que, na falta de concorrentes com

preparação pedagogica especial, era de vantagem publica offerecer collocação definitiva no professorado a alguns dos muitos diplomados dos cursos superiores que no paiz existem sem occupação profissional. Prevaleceu, porém, até agora, a applicação rigorosa da lei e por parte da Direcção Geral nenhuma proposta foi, nem será apresentada, no sentido de restituir ao poder central as regalias e poderes de que elle abdicou voluntariamente a este respeito.

O decreto de 19 de agosto de 1907 veio ampliar, por fórma importantissima, a pratica da descentralização administrativa, em materia de provimento dos professores. A secção permanente do Conselho Superior da Instrucção Publica, *hoje inteiramente constituída por professores ou antigos professores*, salvo uma

única excepção⁵, revê os processos de nomeação, e o Ministro só pôde discordar do parecer emitido, levando o negocio ao Conselho de Ministros, e publicando no *Diario do Governo* todo o processo. Até hoje não se deu um unico caso de discordancia, pelo que respeita ao ensino secundario; e desde a promulgação do decreto de 30 de setembro de 1907, que regulamentou n'esta parte o de 19 de agosto, em nenhuma hypothese deixou a Direcção Geral de levar ao Conselho, antes de o levar ao Ministro, qualquer processo de nomeação, permuta ou transferencia de professores effectivos dos lyceus. Mais ainda: o n.º 5.º do art. 6.º do decreto refere-se apenas aos

⁵ Essa excepção única é o sr. conselheiro José Estevam de Moraes Sarmiento, cuja exemplar administração do Real Collegio Militar tornou o seu nome conhecido e respeitado nos circulos pedagogicos, como já o era nos militares.

processos de provimento, nomeação, permuta ou promoção de professores; não fala dos de exoneração não sollicitada, que pôde ter logar por effeito de penalidade, e então, em virtude de outras leis, devia já ser precedida de voto affirmativo do Conselho Superior, mas pôde dar-se tambem por outros motivos, como o abandono de logar, a incompatibilidade com o exercicio d'outros cargos, etc., hypotheses estas que ficaram, em face da lettra da disposição de 1907, fóra da obrigação de consulta prévia e voto affirmativo da citada instancia. Podia, pois, a Direcção Geral, se a dominassem intuitos centralizadores, aproveitar a lacuna da nova lei e levar directamente ao Ministro o primeiro processo que em taes condições lhe appareceu; fez, porém, o contrario, por entender, liberal e descentralizadamente, que o espirito da lei

assim o aconselhava, e d'este modo criou já a jurisprudencia correspondente, além de ter proposto que, ente os projectos de emendas para a comissão do *bill*, se incluísse, para maior fixidez e segurança, o de inserção expressa, na disposição do n.º 5.º do art. 6.º, da *hypothese* da exoneração não sollicitada.

Póde assim dizer-se que o pessoal docente effectivo dos lyceus, preparado por professores, e classificado por professores, é nomeado por professores. Não póde haver n'este ponto importantissimo maior descentralização, pois a que existe vae já ao limite extremo, que não poderia ser ultrapassado sem deslocação inconstitucional das responsabilidades administrativas ou politicas.

Pelo que respeita ao professorado interino, cuja influencia no ensino é evidentemente muito importante, em vista da sua avultada percentagem actual, a escolha está também por completo descentralizada, exactamente desde o inicio da actual gerencia na Direcção Geral. Nos termos do regulamento de 14 de agosto de 1895 e da lei de 28 de maio de 1896, o reitor nomeia os professores provisorios, ouvido o conselho escolar, e sob a approvação do Governo. Mas, em regra, tal disposição nunca se cumpriu, antes de 1906. A primeira circular que traz a assignatura do actual director geral, é datada de 15 de setembro d'esse anno, e visou exactamente a pôr em execução as disposições vigentes sobre o assumpto, reconhecendo aos reitores e conselhos escolares a importante regalia que dez annos antes lhes fôra concedida pela lei, mas que

na applicação d'esta sempre, mais ou menos, lhes houvera sido sonogada. Note-se que essa attitude do poder central foi incontestavelmente mais liberal e descentralizadora do que era o proprio espirito das disposições de 1895 e 1896, pois, sem a menor duvida, o legislador d'essa epocha não podia prevêr que a regencia interina tomasse o desenvolvimento que tem tido, e resulta não só do augmento consideravel da frequencia lyceal, mas tambem da falta de providencias legislativas que harmonizem os quadros com as necessidades d'essa frequencia.

Basta dizer que em 1909-1910 o numero de professores provisorios foi quasi igual ao dos effectivos em cinco lyceus, igual em quatro, e superior a este em outros quatro, sendo n'um d'elles (Passos Manoel) na proporção de 26 provisorios para 14 effectivos! Note-se ainda que

os diplomas complementares da circular de 15 de setembro, que havia estabelecido as categorias legais a que deve obedecer a escolha dos professores provisorios, ampliaram ainda a liberdade da escolha, quando, como succede com as linguas modernas, e especialmente com o inglez e o allemão, a habilitação legal póde facilmente deixar de coincidir com a aptidão effectiva. Note-se mais que a concorrência crescente dos diplomados pelo Curso Superior de Letras, torna applicavel a grande parte dos professores provisorios o que ficou dito para os effectivos, isto é, que o Governo não tem influencia predominante na sua nomeação, pois esta resulta immediatamente de classificações e diplomas que não são conferidos por elle. Note-se, finalmente, que um outro meio indirecto de centralizar na mão do Governo este serviço da

regencia interina era o de commissionar os professores effectivos, mandando-os, a arbitrio do Ministro, de uns lyceus para outros. Em 1901-1902 houve 38 deslocações de professores por este processo; em 1902-1903, 36; em 1903-1904, 34; em 1904-1905, 44; em 1905-1906, chegou-se á cifra de 77, isto é, cerca de um terço dos professores effectivos de todo o paiz estiveram fóra dos seus logares! Veio o decreto de 6 de setembro de 1906, e o numero dos deslocados baixa de 77 para 1 no anno lectivo seguinte, tendo sido no de 1909-1910 apenas de 3, dos quaes só dois com parecer favoravel da Direcção Geral.

Tão descentralizada ou mais ainda do que a escolha dos agentes do ensino está hoje em dia, e

especialmente desde ha quatro annos, a direcção local d'este.

Com effeito, de 1906-1907 até o momento em que escrevemos, só quatro reitores foram exonerados sem o haverem pedido: um, por abandono de logar; outro, em seguida a um processo disciplinar cujas peças principaes foram publicadas no *Diario de Governo*; o terceiro, mediante parecer affirmativo unanime da secção permanente do Conselho Superior da Instrucção Publica; o quarto, finalmente, havendo sido nomeado em fins de 1909 para um lyceu insulano, foi exonerado, poucos dias depois, pelo ministro sucessor do que fizera o despacho, por discordancia sobre a conveniencia da escolha. Tal é o balanço de quasi quatro annos de gerencia, sob este ponto de vista. Compare-se isto com a antiga pratica, que fazia dos reitores

agentes electoraes do Governo e os substituiu ao sabor da politica partidaria que este representava.

E' sabido que a carta de lei de 28 de maio de 1896 prohibe, em disposiçãõ não revogada ainda, o provimento da reitoria em qualquer professor do quadro docente do lyceu em que aquella tem de exercer-se. E' sabido tambem que o decreto de 29 de agosto de 1905, aliás sem força legal para tanto, revogou a dita carta de lei na parte em que ella permittia a nomeaçãõ de reitores estranhos ao professorado de qualquer grau.

N'estas condições, facil e naturalmente poderia a Direcçãõ Geral ter proposto, em perfeita concordancia com a lei não juridicamente revogada de 1896, que algumas reitorias que n'estes quatro annos teem vagado fossem providas em individuos diplomados por

qualquer escola superior, isto é, em não-professores.

Nunca o fez, porém, por considerar preferível, dados os costumes políticos e administrativos nacionaes, o principio de escolha dos reitores dentro do professorado official. E esta attitude, que é já em theoria profundamente descentralizadora, pois limita a um campo restricto a liberdade de escolha do poder central, é-o mais ainda na pratica, visto que, dado o actual regime de parca remuneração da reitoria em combinação com o systema das gratificações por horas de serviço além do minimo de 14, o Governo se encontra na impossibilidade material de cumprir a lei de 1896, e ao contrario tem nomeado para quasi todos os lyceus reitores que fazem parte dos proprios corpos docentes d'elles, pois nenhum professor effectivo acceitará a

direcção de um lyceu fóra da sua séde, para ir ganhar menos do que recebe quando, sem sahir da terra onde se estabeleceu e criou interesses e sem ir ao encontro de responsabilidades mais pesadas, se limite a pedir ou acceitar o maximo de serviço docente semanal no seu proprio lyceu.

A situação que d'aqui resulta tem, praticamente, os maiores inconvenientes para o ensino, e por isso a Direcção Geral tem empregado os maiores esforços, até agora baldados, para que a gratificação da reitoria seja augmentada⁶; mas o que é certo é que quasi todos os lyceus estão hoje sendo dirigidos ou pelo seu professor mais antigo ou por um outro professor do respectivo quadro, como succede

⁶ Ultimamente ainda, elaborando, de accordo com o Ministro do Reino, Conselheiro Dias Costa, uma proposta de lei em que esta e outras grandes urgencias do ensino secundario são attendidas.

nas escolas superiores; em varias hypotheses se tem revelado com energia as desvantagens de tal systema, havendo a Direcção Geral e o Conselho Superior preconizado para essas hypotheses a urgencia da nomeação de um reitor estranho ao lyceu; e o Governo encontra-se impossibilitado de seguir o caminho indicado, porque não é facil achar quem queira acceitar maior trabalho e maior responsabilidade, para receber em paga menos dinheiro. Com directores praticamente inamoviveis e investidos no cargo pelo acaso da idade ou pela eleição tacita dos seus collegas, comprehende-se como a funcção respectiva se tenha ido pouco a pouco desnaturando, por fórma que o director deixou gradualmente de ser um delegado do poder central para se transformar n'um deputado dos conselhos escolares, e o seu movel effectivo não

é já a autoridade superior, mas a solidariedade local, de sorte que, em vez de representar nos conselhos o poder governativo de que está investido, ao contrario se limita por vezes a transmittir superiormente as deliberações da corporação de que faz parte. D'aqui resulta que, praticamente, não existe direcção, nem inspecção - e nem sequer informação. «O conselho escolar incumbem-me...», «o conselho escolar encarregam-me...» - é inicio corrente das notas que os directores, sobretudo nos estabelecimentos de ensino superior, assignam e remettem á Direcção Geral; e em face d'isto comprehende-se facilmente que o Governo ignora por completo quaes são os professores dedicados e quaes os maus professores, pois que a boa solidariedade manda... que todos sejam eguaes.

Uma das fórmulas de centralização a que no principio fizemos referencia e que póde revelar-se na administração do ensino, é a intervenção directa do Governo no modo de ser administrativo de cada lyceu. Vamos provar que, tambem n'esse ponto de vista, a gerencia d'estes serviços tem sido, desde 1906, profundamente descentralizadora.

Em primeiro logar consigne-se que a actual Direcção Geral tem sido sempre refractaria, como certos processos existentes nos seus archivos podem demonstrar, á promulgação de um regulamento geral para os serviços internos dos lyceus. Mais que uma vez se tem defendido, por parte de entidades officiaes autorizadas, a conveniencia de tal medida, e sempre a Direcção Geral objectou que, ou esse regulamento geral tinha de ser tão geral e tão vago, que se tornaria

inutil, ou desceria a pormenores e minucias que na pratica haviam de topar a cada passo com a diversidade das condições materiaes, em regra imperfeitas, dos nossos lyceus.

Em segundo logar, póde affirmar-se com toda a segurança que nos ultimos quatro annos, mais que em qualquer outra epocha anterior, o preceito descentralizador de ouvir as reitorias ou os conselhos escolares, para interporem as suas informações ou pareceres nos processos que importam á vida interna dos respectivos lyceus, tem sido seguido, como regra de administração, destinada a dar ás autoridades locaes do ensino o prestigio e a consideração que lhes são devidos. Requerimentos de professores ou de estudantes, quando entregues directamente na Direcção Geral são por esta remetidos á respectiva reitoria para serem informados por ella, ainda em casos

em que tal informação se não torna necessaria, e só para que a dignidade hierarchica do reitor seja reconhecida e acatada. E quando, ha tres para quatro annos, a Direcção Geral propoz ao Ministro a acquisição de material de ensino de geographia e historia para um grande numero de lyceus, não quiz impor de sciencia certa a constituição da encommenda, apesar de ter no seu quadro e á frente da repartição respectiva um funcionario que é lente de pedagogia e historia no Curso Superior de Lettras e fòra professor lyceal do grupo docente a que o mesmo material se referia: enviou-se circular a todas as reitorias para que ouvissem os professores respectivos do quarto grupo, e só depois de reunidos e estudados todos os pareceres recebidos foi dirigida a encommenda ás casas fornecedoras.

Determina a organização vigente do ensino secundario que a conservação do edificio de cada lyceu, e bem assim a conservação e progressiva aquisição de mobiliario e de material didactico para as aulas, gabinete de physica, laboratorio de chimica, gymnasio e outros meios educativos, serão custeadas por uma verba annual destinada a cada lyceu, que o reitor administrará, ouvido, em parecer fundamentado, o conselho escolar.

Acontece porém que ainda nas tabellas da distribuição das despesas relativas ao anno economico de 1906-1907, a dotação de cada lyceu se limitava á quantia julgada necessaria para o expediente: 200\$000 reis para cada um dos onze lyceus centraes e 150\$000 reis para cada um dos nacionaes, ou seja, para todos os lyceus do Estado, 4:450\$000 reis, (capitulo 9.º, art. 61.º, secção 2.ª) distribuição que,

manifestamente nem sequer bastava para as despesas inevitáveis de limpeza, papel, impressos, e semelhantes.

Foi no orçamento geral do Estado de 1907-1908, e por iniciativa da Direcção Geral, que pela primeira vez se obviou á inadiável necessidade de dotar os lyceus por fórma que pudessem munir-se gradualmente de material didactico e satisfazer as necessidades do ensino pratico e experimental. E hoje cada um dos lyceus de Lisboa (1.^a e 3.^a zona), Porto e Coimbra, administram annual e autonomamente a quantia de 1:500\$000 reis; o de Passos Manuel, 3:000\$000 reis; Vizeu, Braga, Evora, Funchal e Ponta Delgada, cada um 1:000\$000 reis; Maria Pia, 850\$000 reis; cada um dos lyceus nacionaes masculinos do Estado, 650\$000 reis. Quer dizer: os antigos 4:450\$000 reis estão agora

transformados em perto de 30:000\$000 reis; um unico lyceu, o de Passos Manuel, administra hoje, só á sua parte, mais de dois terços da quantia que de antes competia a todos os lyceus do paiz, por atacado!

Não será preciso dizer mais nada, para se provar que, tambem n'este importantissimo aspecto administrativo e financeiro, a administração central tem sido descentralizadora.

Ha uma fórmula grave e perniciosissima de centralização: é aquella em que o poder central, substituindo-se á lei e aos regulamentos, resolve pelo arbitrio puro e simples as hypotheses que se apresentam á sua acção deliberativa. E os effeitos da substituição da lei pela vontade ministerial são particularmente nocivos e dissolventes, quando incidem sobre os direitos estabelecidos

na lei para garantia e defeza dos funcionarios, e assim o Estado semeia a injustiça, a violencia, o favoritismo, e victima ou desmoraliza, corrompe ou desgosta aquelles que o servem e que o não podem servir bem, quando elle pisa aos pés os seus direitos.

Todo o movimento do pessoal dos quadros effectivos do ensino secundario official – nomeações, transferencias, permutas, licenças, exonerações, etc. – está publicado no *Diario do Governo*, pelo que respeita aos ultimos 3 annos escolares decorridos, 1906-1907, 1907-1908 e 1908-1909⁷. Já o simples facto de tal publicação, que não tem precedente nem exemplo, pelo menos como systema normal, em nenhuma outra repartição dos serviços publicos, revela o feitio

⁷ Vide *Publicações* da Direcção Geral, vol. I, 1909, pag. 167 a 183, e vol. II, 1910, pag. 33 a 64.

de uma administração que se não arreceia da publicidade, e faz honra aos ministros que d'ella teem a responsabilidade constitucional, assim como a todas as instancias administrativas ou consultivas que com elles cooperaram. E, com effeito, essa publicação, destinada não só a fins estatisticos, mas tambem a mostrar qual o espirito de escrupulosa legalidade que tem presidido á administração d'estes serviços, e tendo sido feita em julho de 1909 e em janeiro de 1910, isto é, em epochas durante ou depois das quaes o Parlamento funcionou, não foi contestada em nenhuma das suas conclusões e affirmações até a data em que estas linhas são escriptas. Não houve uma interpellação ou um simples aviso previo a qualquer dos ministros que desde agosto de 1906 teem gerido a pasta do Reino; não houve sequer o mais insignificante

requerimento parlamentar de documentos ou informações, que significasse arguição ou simples suspeita sobre a legalidade de qualquer acto do poder executivo, de entre as varias centenas d'elles que na publicação feita se mencionam. Na propria imprensa periodica em vão se procuraria, durante o mesmo periodo, o echo de uma reclamação ou accusação ao Governo sobre qualquer despacho de nomeação, transferencia, permuta ou exoneração de um professor effectivo do ensino secundario. E na Direcção Geral da Instrucção Secundaria os processos que, desde 1906 até hoje, podem considerar-se como reclamações, são apenas dois: o primeiro baseia-se sobre o requerimento de um professor que entendia dever ter sido preferido a outro que tinha *apenas* mais um decimo de valor na classificação do seu

concurso; o segundo pedia a reintegração como professor n'um lyceu *dos Açores* de um funcionario que d'esse logar fôra exonerado, depois de convite á opção, por exercer outro cargo publico *em Coimbra*. Mais nada.

E' por isso que todos os ministros responsaveis por todos aquelles actos, sem exepção, poderiam ou podem levantar-se no Parlamento e, não só desafiar quem quer que seja a que conteste com provas a legalidade de um unico de taes despachos, mas affirmar alto e firme que em nenhum paiz do mundo a administração central do ensino secundario, no importante capitulo dos direitos do pessoal docente, tem sido e póde ser mais legalista e mais honrada do que a dos ultimos quatro annos em Portugal. O regime de publicidade, adoptado pela actual Direcção Geral, não se limita, porém,

aos actos administrativos. Sob este especial aspecto, é ainda conveniente accrescentar que actualmente se publicam no *Diario do Governo* centenas de despachos, como os de nomeação provisoria e semelhantes, que anteriormente não appareciam na folha official e eram communicados sem publicidade ás auctoridades interessadas. Mas o que tem tambem grande importancia é a publicação de documentos de estudo e de consulta, que a Direcção tem conseguido realizar a partir de abril de 1909. O antigo logar commum, segundo o qual os alvitres e propostas dos funcionarios do Estado se destinavam a adormecer eternamente no pó dos archivos, fez o seu tempo, pelo que respeita aos serviços do ensino secundario, superior e especial.

A estatística do ensino secundario, - frequencia, exames, despezas e professores - está perfeitamente em dia, pois abrange já o ultimo anno escolar decorrido. E, a par d'isto, todos os relatorios dos professores pensionados no estrangeiro estão publicados; estão publicados todos os relatorios de presidentes de jurys de exames de sahida do curso geral nas epochas de 1908 e 1909; estão impressos ou em via de impressão, entregues á Imprensa Nacional, todos os documentos congeneres referentes ás mesmas epochas e aos exames de sahida dos cursos complementares; todos os relatorios de professores, inspectores e reitores sobre o estado da educação physica estão publicados, assim como os que se referem á organização dos horarios; os pareceres de reitores e conselhos sobre os programmas actuaes estão todos, ou

publicados ou impressos já, para o serem brevemente; os pareceres da comissão de exame de livros do ensino secundario que continham uma parte importante de ordem geral e critica aos programmas, estão todos publicados, n'essa parte que a todos interessa. E o que, além d'isto, resta, de quantos relatorios as repartições competentes accusam ter recebido, limita-se a poucos documentos sobre excursões escolares e sobre ensino experimental, que serão tambem publicados.

Deve notar-se que a publicação de todos estes trabalhos se tem feito integralmente, pelo que respeita a cada um, e sem excepção de qualquer, pelo que a todos respeita. Apenas em dois relatorios de exames, recentemente publicados, se cortaram, mediante despacho ministerial, duas passagens muito pessoaes, de

cuja publicação proviria vexame inutil a um professor e a dois ou tres examinandos.

Não faltam, em taes documentos, que em geral não fazem excepção ao costume nacional de attribuir todas as desgraças publicas ao poder central, trechos de accusação directa ou insinuação recatada ás culpas, reaes ou imaginarias, do Governo. Tudo, no emtanto, se publicou, por se entender liberalmente que todas as ideias teem o direito de respirar e que até a propria falta de ideias, quando se revelasse, seria, a seu modo, instructiva e documental.

Note-se ainda o seguinte, a proposito da publicação, em appendice ao *Diario do Governo* de 16 de junho ultimo, de uma memoria extensa do professor Sr. João Alberto da Cunha Peixoto, sobre trabalhos manuaes educativos: Quando este professor manifestou ao Director Geral o seu

interesse por este assumpto pedagogico e o seu intuito de escrever acerca d'elle uma memoria, logo aquelle funcionario o incitou a realizar o seu plano e lhe prometeu que promoveria a publicação official do trabalho de que se trata. Recebido o original, foi este sem demora remettido á Imprensa, e a publicação fez-se, pouco tempo volvido, como teria succedido com qualquer outro trabalho pedagogico de qualquer outro professor official.

O systema de publicidade é ainda uma fórma de descentralização, e das mais efficazes e nobres. Por um lado facilita a toda a gente elementos de estudo e de fiscalização que só o Estado está em situação de fornecer; por outro lado corta cerce a allegação de que os alvitres ou reclamações dos professores vão perder-se nos archivos do Ministerio.

Nos paizes do typo social communitario, como é o nosso, as reformas dos serviços publicos, por muito opportunas que sejam e por muito sinceros que se revelem os propositos dos legisladores que as decretam, raramente deixam de aproveitar o ensejo que por si mesmas offerecem á predilecção nacional pelas carreiras do Estado. Quando não ha sinceridade nem pudor administrativo, reforma-se então pura e simplesmente para criar logares e o Governo reformador reserva-se o direito de os prover a seu talante, direito que é immediatamente effectivado, pois as clientelas teem pressa, e da mão á bocca se perde a sopa. Mas a norma habitual tem sido a de guardar com maior ou menor recato as apparencias, por modo que, no ponto de vista financeiro, possa allegar-se, mediante sabidas escamoteações orçamentaes,

que não ha augmento de despeza, e, pelo que respeita ao provimento, que este se realizará, com a maior isenção, por concurso publico, do qual porem ficarão libertas as primeiras nomeações para os logares recém-criados, isto é, aquellas que vão ser feitas, ou o estão já, in petto, pelo Governo reformador. O embaraço dos concursos fica de remissa para os que vierem depois...

N'este systema administrativo, as reformas preferidas são naturalmente as que affectam a organização do pessoal e sobretudo as que lhe augmentam o numero; da melhoria material não se cura, porque essa não se cambia tão promptamente em moeda eleitoral, e até não raro tem succedido que, para cohonstar a criação de logares novos com a milagrosa habilidade de não augmentar a despeza, se vae

roer na parca verba do material de ensino o todo ou a parte que ha de applicar-se aos novos ordenados.

Isto é ainda, em ultima analyse, uma fórma morbida de centralização governativa, por via da qual se teem por vezes decretado leis más ou leis inuteis, e por vezes tambem destruido desde o embrião a efficacia de algumas providencias opportunas e razoaveis, ou desacreditado perante o publico os mais justos principios de administração. A criação do Ministerio da Instrucção Publica em 1890, a reforma do ensino normal primario e a organização das sub-inspecções primarias em 1901, são exemplos que falam por si.

N'este ultimo anno citado reorganizou-se a Direcção Geral da Instrucção, o ensino primario,

o das Bellas Artes de Lisboa, o do Conservatorio, o do Curso Superior de Lettras, etc. Todas estas reformas foram decretadas pelo poder executivo; todas se abonaram na affirmação de que não vinham augmentar as despezas publicas; todas criaram logares novos, que na totalidade se contam por bom numero de dezenas; todas, emfim, impuzeram a clausula do concurso para as nomeações futuras, tendo, porém, o cuidado de o dispensar nas primeiras nomeações ⁸...

E' inteiramente opposta a tendencia das medidas promulgadas nos ultimos quatro annos em materia de ensino publico, pelo Ministerio do

⁸ V. decreto n.º 2 de 24 de dezembro de 1901, art. 46.º; decreto n.º 8 de 24 de dezembro de 1901, art. 87.º; decreto de 14 de novembro de 1901, art. 51.º; decreto de 24 de outubro de 1901, art. 21.º; decreto n.º 5 de 24 de dezembro de 1901, art. 10.º, etc.

Reino. A obra governativa d'este periodo destaca-se pela sinceridade das refórmias promulgadas e pelo cuidado sem precedentes que se dispensou á parte material dos serviços do ensino. N'outros logares do presente volume se trata desenvolvidamente das importantes verbas despendidas com a dotação material dos lyceus e das escolas superiores e que representam um augmento annual de *cerca de quatrocentos contos de reis* sobre o que antiormente se gastava. Agora referirnos-hemos sómente aos diplomas que modificaram a organização do pessoal, para provarmos que, tanto em si proprios como na execução que teem tido, nenhum d'elles se assemelha ás antigas reformas com a clausula do concurso a longo praso e a liberdade de nomeação para o presente.

O decreto de 29 de maio de 1907, que instituiu as pensões de estudo no estrangeiro, não é uma providencia referente ao pessoal, no sentido que temos exposto, pois não criou logares fixos e vitalicios. No entanto, como estabelece direitos e beneficios de caracter pessoal, aqui a incluimos como documento da sinceridade, isenção e espirito descentralizador que presidiu ás reformas d'aquelle anno. A simples transcripção dos artigos 9.º e 10.º basta para provar e convencer:

«O concurso ás pensões será documentado e realizar-se-ha perante o Conselho Superior da Instrucção Publica, que apresentará uma proposta graduada para cada uma das classes de pensões, da qual o Governo *só poderá divergir por deliberação tomada em Conselho de Ministros e*

publicada no Diario do Governo juntamente com a proposta do Conselho Superior.

«As pensões não se tornam validas senão depois da sua publicação no *Diario do Governo*, juntamente com as propostas graduadas do *Conselho Superior da Instrucção Publica*; e, uma vez, concedidas, só poderão ser retiradas, precedendo voto affirmativo do mesmo Conselho.

«Qualquer concorrente que não haja sido admitido tem direito a requerer a publicação no *Diario do Governo* dos documentos e informações respeitantes a qualquer concorrente á respectiva classe de pensões.»

O decreto de 19 de agosto de 1907, que reformou o Conselho Superior, desdobrou a antiga Direcção Geral e estabeleceu a autonomia das escolas superiores é, de principio a fim, e

sem contestação possível, o diploma mais rasgadamente descentralizador que em materia de ensino publico se tem publicado no nosso paiz. Bastariam para lhe assegurarem tal titulo, as disposições que conferiram á secção permanente do Conselho Superior decisiva influencia em todos os actos respeitantes á carreira do professorado official e as que deram aos conselhos academicos dos estabelecimentos de ensino superior o direito de administrarem livremente as respectivas dotações para material e pessoal assalariado. E é evidente que um diploma cujo espirito e cuja estructura inteira se caracterizam pela espontanea abdicção por parte do poder central de direitos e faculdades que anteriormente usufruia, não iria contradizer, no modo de estatuir sobre o provimento dos novos logares que criou, toda a sua linha

descentralizadora. Com effeito, ficou determinado pelo art. 36.º, § unico, que o preenchimento dos quadros burocraticos se faria desde logo *mediante concurso*; e para os cargos em que esta fórma de provimento se não recommendava ou não se admittia, como os de vogaes da secção permanente e o de Director Geral, o decreto *restringiu a liberdade de escolha que o Governo tinha anteriormente*, sempre no sentido de assegurar a competencia technica á direcção superior do ensino publico.

Na pratica e na applicação não foram desmentidos os propositos e tendencias dos dois diplomas. O decreto das pensões de estudo executou-se integralmente apenas no anno em que foi decretado, tendo sido em seguida posto de parte, em virtude da sua origem dictatorial e

porque o Parlamento entendeu dever cercar consideravelmente a verba destinada a este serviço. Mas o unico concurso de pensões realizado fez-se nos precisos termos descentralizadores que a lei impunha e contra elle não se levantou qualquer reclamação.

Quanto aos logares burocraticos criados pelo decreto de 19 de agosto de 1907, abriu-se o respectivo concurso, que não teve seguimento, pelos mesmos motivos politicos que determinaram a suspensão do das pensões de estudo. E ainda á data em que estas linhas são escriptas, os novos logares continuam sem provimento, aliás com manifesto e inevitavel prejuizo não só do serviço, mas dos proprios funcionarios actuaes mais dedicados e activos, que se encontram sobrecarregados com trabalhos

e fadigas a que nem a moral nem oficialmente poderiam ser compellidos.

Estamos portanto muito longe, no periodo de 1906-1910, das epochas felizmente passadas em que as reformas de ensino se definiam pela soffreguidão centralista de offerecer novo pasto ás clientelas, e de captar assim novos elementos de vicioso e esteril predominio politico.

A administração do ensino secundario é em Portugal, com effeito, centralista, mas no sentido em que o é toda a administração publica nacional: é o poder central quem organiza, dirige e inspecciona o ensino secundario, sem a menor collaboraçã e ingerencia das localidades e sem a concorrencia de quaesquer criações originaes da iniciativa particular. Este modo de ser estende-se

ao ensino superior e até ao ensino primario, que, no entanto, nunca poderá ter existencia util como orgão da primeira educação nacional, enquanto a acção local, directa e permanente, do municipio não fôr apta a exercer sobre elle a tutela carinhosamente vigilante que o Poder central é, pela sua propria natureza, incapaz de estender á vasta rede de milhares de escolas, de milhares de professores e de centenas de milhares de alumnos.

Defeito gravissimo na administração do ensino primario, a absorpção centralista é um mal tambem na vida administrativa dos lyceus. Mas esse mal nem é culpa d'este ou d'aquelle Governo, d'este ou d'aquelle Director Geral, nem póde curar-se com simples reformas do ensino primario ou secundario, ao contrario do que parecem suppor alguns illustres imbecis. A

lenta e secular evolução, ethnica, social e historica que levou o nosso paiz, e com elle, mais ou menos, todas as nações neo-latinas, á phase actual de decadencia ou amortecimento do poder municipal e de paralyisia da iniciativa particular, não póde travar-se da noite para o dia com freios automaticos de papel impresso, e muito menos fazer contra-vapor á voz de qualquer estadista genial. Centralista, n'este sentido, não é o Ministro A., ou o Director Geral B.; é-o a nação inteira, representada pelos seus municipios, cada um dos quaes não tem outra ambição, em materia de ensino secundario, além da de se ver possuidor de um lyceu exactamente igual aos do Governo; e pelos proprios individuos que a constituem e cujo ideal educativo consiste em obter, com o minimo de esforço e de tempo, o

diploma official que conduz á appetecida miseria
dos empregos publicos.

Lisboa, Julho de 1910.

IV

Pedagogia burocratica

Todo o povo que abdica do seu direito de dirigir-se, passa necessariamente a vida a maldizer do homem, da oligarchia ou da instituição artificial a cuja acção entregou os seus proprios destinos, e por cuja vontade, arbitraria, hesitante, nulla ou violenta, substituiu a sua propria vontade.

Onde não ha vida local, onde a iniciativa particular não existe, onde grassa a hypertrophia do poder central – não póde haver paz duradoura,

nem sympathia e concordancia de dirigentes e dirigidos, e a existencia nacional oscillará fatalmente e intermittenemente entre a submissão estagnada e a revolta insensata e cega. O Governo presente será sempre o Anti-Christo, causa de todos os males publicos; o governo futuro é o desejado Messias, que ha de trazer, não se sabe d'onde, a felicidade e a riqueza. E assim vivem os povos desorganizados, incapazes de vontade e energia proprias, na expectativa eternamente renovada e eternamente illudida do dictador concreto ou abstracto, individual ou colectivo, que ha de saber, e poder, e querer por elles.

O Estado ensina mal. O Estado educa, em geral, pessimamente. São axiomas, estes, universaes. Quanto mais centralizado o Governo

estiver, quanto mais desorganizado estiver o paiz, maior será o grau de insufficiencia educativa e docente do poder central. Nos paizes latinos póde dizer-se que o Estado ensina pessimamente, e que a sua escola desnatura e desmoraliza o pupillo, em vez de o educar.

Postos estes principios, comprehende-se que a pedagogia do Estado seja atacada frequentemente, e que mais frequentemente o seja nos paizes mais centralistas. Em primeiro logar, porque ha mais razão para isso; em segundo logar, porque é caracteristico de taes paizes, em virtude da sua propria psychologia collectiva, que n'elles sempre se grite em côro contra o poder central, e nunca se dê um passo effectivo, seguro e efficaz, para descentralizar o Poder.

N'este sestro nacional incuravel de desqualificar o poder central e de lhe exigir ao mesmo tempo que nos salve, de o tratar de burro e ladrão, pedindo-lhe á mistura que nos ensine e nos enriqueça a todos – é de uso apodar de burocratica a pobre pedagogia official, que na verdade não é mais burocratica do que todos os outros serviços publicos e tem até, recentemente, feito esforços louvaveis no sentido de se desburocratizar o mais possivel.

Pelo art. I.º do decreto de 19 de agosto de 1907 compõe-se o Conselho Superior da Instrucção Publica de cinco secções: – permanente, especial de ensino primario, especial de ensino secundario, especial de ensino superior, e, finalmente, especial de bellas-artes, archivos, bibliothecas e muzeus.

A secção permanente compõe-se de quinze vogaes de nomeação regia escolhidos entre professores de institutos dependentes do Ministerio do Reino e entre individuos que hajam exercido com distincção funcções de administração de instrucção publica (art. I.º § unico e art. 2.º). Pela organização anterior, de 24 de dezembro de 1901, a escolha podia incidir tambem sobre *individuos notaveis por merito relevante, scientifico ou litterario*. Abolida esta categoria em 1907, vê-se que houve progresso no sentido da competencia e especialização technica dos vogaes da secção permanente.

A nomeação attenderá sempre á necessidade de estarem representados na secção os differentes ramos de estudos subordinados ao referido Ministerio (art. 2.º § I.º). Tambem aqui houve progresso notavel. Quando foi promulgado o

decreto de 19 de agosto de 1907, o ensino primario e secundario não estavam representados na secção permanente. Hoje cada um d'estes ensinos tem alli dois representantes.

As secções especiaes são em regra electivas. A de ensino secundario compõe-se de doze vogaes, um de cada um dos lyceus de Lisboa, Porto, Braga, Evora e Vizeu, dois do lyceu de Coimbra, eleitos de entre os professores effectivos de cada um d'estes lyceus pelos respectivos professores effectivos. Ha ainda dois vogaes, nomeados pelo Governo de entre professores de ensino secundario particular (art. 3.º § 2.º).

Em todos os seguintes negocios do Ministerio do Reino é indispensavel o voto affirmativo das duas secções reunidas: a permanente e a especial respectiva:

I.º Ordenação de estudos, theoreticos ou praticos, obrigatorios; distribuição de disciplinas;

2.º Programmas das materias ou disciplinas do ensino primario, secundario, superior ou especial;

3.º Modelos de horarios de ensino primario e secundario;

4.º Habilitações litterarias e scientificas para o magisterio official: fórma e processo do provimento;

5.º Materia de exames;

6.º Methodos de ensino primario e secundario.

Tal é a doutrina do art. 9.º do decreto de 19 de agosto de 1907. D'ella resulta que não ha um unico assumpto de organização e reforma pedagogica do ensino secundario que possa ser proposto ao Governo sem a intervenção, estudo e

voto, de 26 professores, dez dos quaes eleitos pelos seus pares; e o Governo *tem de conformar-se com esse voto*, sem o que a deliberação tomada *não produzirá effeitos legaes* (art. 10.º e seu § 1.º).

E' isto centralização? E' isto pedagogia burocratica? E' isto rotina administrativa? Póde ser que o seja; mas o certo e seguro é que ha quem, sendo sinceramente liberal, condemne por inconstitucionalidade as disposições que ficam transcriptas. Esse alguém não será decerto, nem o legislador que as decretou, nem a Direcção Geral, na parte em que lhe cumpria executá-las. Com effeito logo que em 30 de setembro de 1907 se regulamentou o decreto de 19 de agosto anterior, foram sem demora tomadas as providencias convenientes para que a secção especial de ensino secundario, e as outras,

fossem eleitas. As eleições realizaram-se em todos os estabelecimentos de ensino a que a lei se refere e foram nomeados os professores de ensino secundario particular que deviam entrar n'aquella secção. Depois, suspendeu-se a execução do decreto n'esta parte, em virtude da sua origem dictatorial, e ainda hoje se espera que o Parlamento confirme, altere ou revogue a reforma liberal, descentralizadora e progressiva de 1907; mas a Direcção Geral cumpriu o seu dever, promovendo a execução da lei, emquanto se lhe não determinou o contrario; e cumpriu-o ainda, não tomando a iniciativa de propor quaesquer reformas importantes (a não ser para certos pontos que considera da maior urgencia tratar) por entender que mais convém aguardar que taes reformas sejam estudadas e revistas pelos professores que tem de executá-las, quer o

Poder legislativo intervenha e resolva, quer o Poder executivo, na falta de intervenção e resolução d'aquelle, se decida, como parece necessario e justificado, a pôr o decreto de 19 de agosto de 1907 em plena execução.

Provado que a pedagogia do Poder central, em materia de organização e reforma do ensino, não é, nem pôde ser burocratica, façamos demonstração identica para o que respeita aos assumptos correntes da administração do ensino.

Diz o n.º 6.º do art. 6.º do decreto de 19 de agosto de 1907 que a secção permanente do Conselho Superior da Instrucção Publica *deve ser necessariamente ouvida* sobre todos os seguintes negocios pedagogicos, *quer sejam objecto de expediente ou despacho, quer sejam objecto de qualquer providencia:*

Planos de horarios;

Instrucções escolares;

Frequencia escolar e faltas, notas e certificados;

Inspecção e disciplina escolar.

Como se vê, toda a vida pedagogica normal e corrente dos lyceus está comprehendida n'estas quatro rubricas, algumas das quaes, ou quasi todas, abrangem a maior generalidade. A secção permanente tem de ser necessariamente ouvida sobre todos estes assumptos, ainda quando sejam objecto de *simples expediente ou despacho*; isto é, desde que o assumpto não está nitidamente regulamentado, e a resolução não póde basear-se sobre a lettra clara das disposições vigentes, a Direcção Geral não o póde levar directamente ao Ministro. E este, em virtude dos art. 7.º e 10.º

tem de conformar-se com o voto da secção permanente.

Tem a Direcção Geral cumprido estas disposições? Os processos respectivos mostram que sim, e as providencias publicadas n'estes quatro annos trazem, de resto, todas ou quasi todas, a indicação de conformidade com o voto da secção permanente. Já dissemos que esta se compõe hoje de 14 professores ou antigos professores, salvo a unica excepção do Conselheiro José Estevam de Moraes Sarmiento, que, no emtanto, se notabilizou como pedagogista, exercendo durante annos modelarmente a direcção do Real Collegio Militar.

Os restantes vogaes são:

Conselheiros Jayme Constantino de Freitas Moniz, Antonio Candido Ribeiro da Costa, José

Curry da Camara Cabral e Abel Pereira de Andrade, antigos lentes de ensino superior;

Conselheiro José de Azevedo Castello Branco, antigo professor de ensino secundario;

Conselheiros Arthur Pinto de Miranda Montenegro e Manoel da Terra Pereira Vianna, lentes proprietarios e effectivos de ensino superior em Coimbra e no Porto, commissionados em Lisboa.

Dr. José Maria Rodrigues e conselheiro Achilles Alfredo da Silveira Machado, lentes de ensino superior em exercicio effectivo;

José Augusto Coelho e José de Carvalho e Silva, professores officiaes de ensino primario ou normal primario, em effectivo serviço;

José do Carmo Lino de Souza, professor official de ensino secundario, em effectivo serviço;

Agostinho Celso de Azevedo Campos, antigo professor do ensino secundario official e professor da Real Casa Pia de Lisboa, em effectivo serviço.

Compõe-se portanto a secção permanente do Conselho, actualmente, de 14 vogaes, 6 dos quaes são antigos professores, e 7, isto é, justamente metade, são professores officiaes em exercicio.

E' evidente que os professores José Maria Rodrigues, Achilles Machado, Lino de Souza, Coelho, Carvalho e Silva e Agostinho de Campos, ao sahirem das aulas que diaria ou quasi diariamente regem e ao entrarem na sala do conselho ou ao estudarem em casa os processos de que são relatores, antes ou depois de haverem trabalhado nos assumptos das suas respectivas cadeiras, se não despojam da sua mentalidade de

professores, para a substituirem por uma mentalidade burocratica.

Se, todavia, se concede a estes professores a possibilidade de o serem ainda, quando discutem e votam no Conselho, dar-se-ha o caso de, posto que estejam em maioria, serem poderosamente influenciados, no sentido de burocratizarem a pedagogia, pelos seus collegas que são tambem professores, mas não exercem, ou pelos que o foram, mas o não são já?

Todos os professores portuguezes conhecem decerto sufficientemente os nomes e o passado d'esses vogaes, para que seja necessario demorarmo-nos a demonstrar o absurdo de semelhante hypothese.

Levemos ao fim a demonstração, admittindo por conveniencia logica de momento que a influencia burocratica, que não está no Conselho, se installou na Direcção Geral. E vejamos, antes de mais nada, se é da lei que vem o defeito.

Diz a lei (art 30.º do decreto de 19 de agosto de 1907) que o Director Geral é de livre nomeação do Governo, *entre professores do Estado, dependentes do Ministerio do Reino*, que possam exercer de modo cabal a direcção; ou de nomeação por acesso entre os chefes de repartição *que possuam os mesmos requisitos*. Como se vê, a lei fez o mais que podia para que o Director Geral não fosse um burocrata: pelo artigo correspondente da organização anterior (24 de dezembro de 1901) *o director era de livre nomeação do Governo ou de nomeação por acesso entre os chefes de repartição*; a reforma

de 1907 limitou o direito de escolha do Governo, tanto para a nomeação como para o acesso, á classe dos professores dependentes do Ministerio do Reino. Não podia a lei, n'este ponto, fazer mais do que exigir para o exercicio do cargo de director a qualidade de professor; e representa, assim, um consideravel progresso sobre a organização revogada e um sincero esforço para que, de cima, a burocracia não dominasse a pedagogia.

Mas a lei fez mais: Pelo art. 27.º do decreto de 19 de agosto foi criada a Comissão Consultiva de Instrucção Secundaria, *para cooperar com a respectiva Direcção Geral no estudo de providencias ou negocios de interesse geral e natureza pedagogica sobre que seja consultada*. Deve compôr-se esta commissão *dos dois professores de pedagogia do Curso*

Superior de Lettras e de tres professores effectivos nos lyceus de Lisboa. O Director Geral e o chefe da I.^a Repartição da Direcção Geral da Instrucção Secundaria são respectivamente o presidente e o secretario da commissão consultiva.

E quem deve ser o chefe da I.^a Repartição?

Um professor subordinado á Direcção Geral e provido por concurso, diz o art. 33.º.

Ora é justamente esta I.^a Repartição que tem a seu cargo, como se vê o art. 8.º do regulamento de 21 de outubro de 1907, todos os serviços de natureza pedagogica, minuciosamente enumerados n'aquella disposição: os typos de organização do ensino secundario, selecção e planos de disciplinas, horarios, programmas, methodos e processos, frequencia escolar, educação moral, intellectual e physica, disciplina

escolar, livros, exames, inspecção pedagogica, etc., etc., etc.

Exige, pois, a lei que o director geral seja um professor; rodeia-o de uma commissão consultiva de professores; determina que seja tambem um professor o chefe da repartição mais especialmente pedagogica. Póde, assim, affirmar-se, sem receio de contradita séria, que a lei não podia fazer mais, no sentido de dar á direcção pedagogica do ensino character technico e de evitar que ella degenerasse em empirismo, automatismo ou formalismo burocratico.

Resta agora ver se, sendo a lei perfeita, como é n'este ponto, os homens ou as circumstancias por ventura a fizeram má, na sua applicação.

O que primeiro se observa é que a lei não está tambem aqui, em execução completa, pelas mesmas razões, em parte, que atraz se

mencionaram, a proposito da suspensão do funcionamento das secções electivas do Conselho Superior. O quadro da Direcção Geral, de 16 empregados segundo a lei, nunca se completou, porque quatro dos 16 logares, sendo dois d'esses quatro dos de maior categoria, foram criados dictatorialmente. Além d'esta, outras causas contribuíram para diminuir o numero de funcionarios em serviço effectivo e efficaz, e isto por fórma tal que durante mezes seguidos, sobretudo nos ultimos tempos, a Direcção Geral não teve um unico chefe effectivo de repartição a coadjuvá-la; e á data em que escrevemos n'ella trabalham apenas quatro ou cinco pessoas.

Da falta de funcionamento das secções electivas resultou, como já se disse, o adiamento da preparação e estudo de medidas geraes sobre o ensino; da falta de pessoal, a impossibilidade

de imprimir á I.^a Repartição a actividade que a lei lhe attribue; os dois factos conjugados prejudicaram por sua vez o aproveitamento da commissão consultiva, destinada tambem pela lei organica, a cooperar no estudo de providencias de interesse geral pedagogico, que á I.^a Repartição, se funcionasse normalmente, cumpria preparar.

Tudo isto serve apenas para mostrar que, mais uma vez, a uma lei boa corresponde uma má execução; mas, para a hypothese de que se trata, o facto de não estar convenientemente dotada de pessoal a I.^a Repartição vem até em reforço á prova que estamos fazendo, porque d'elle provem a redução ao minimo possivel da interferencia do elemento burocratico na elaboração das medidas publicadas. Com effeito a I.^a Repartição, pondo de parte o chefe, tem

estado em regra servida por dois unicos funcionarios: um segundo official e um amanuense. E por uma feliz circumstancia acontece que esse segundo official, o snr. Adriano Xavier Cordeiro, bacharel formado em direito e funcionario muito illustrado e intelligente, tem além d'isso, desde 1905, o seu diploma regular e legal de director de instituto de ensino secundario particular, isto é, possui as habilitações necessarias para ensinar particularmente algumas disciplinas do curso dos lyceus, dirigiu, de facto, durante algum tempo, num dos collegios da Capital, e é portanto, elle tambem, *um professor*.

Em vista de tudo isto, e como uma repartição tão mal dotada de pessoal não é naturalmente para grandes e numerosas iniciativas, limitando-se assim em geral a dar andamento ao que recebe,

temos que a *pedagogia burocratica* se produz na Direcção Geral da Instrucção Secundaria, mais ou menos da seguinte maneira:

O reitor remette a sua nota, expondo a duvida, ou prestando a informação. O amanuense dá entrada ao papel, registando-o no livro respectivo, e passa-o ao chefe, para que este informe e proponha. O chefe é o conselheiro José Maria de Queiroz Velloso, antigo professor de ensino normal primario, antigo professor de ensino secundario official, professor de ensino superior em serviço effectivo, e nem mais nem menos do que lente do Curso Superior de Lettras, onde se preparam e formam os professores dos lyceus, e nem mais nem menos do que lente de historia da pedagogia, e não de historia da burocracia.

Recebe este funcionario o papel, tal como veio do reitor, salvo a mancha burocratica do

carimbo e do numero que o amanuense lhe estampou e escreveu em cima. Lê, informa e propõe, ou, se o assumpto lh'o permite, entrega-o ao 2.º official, para que informe e proponha em logar d'elle, ou segundo as indicações que lhe transmite.

O 2.º official, que, antes ou depois da sua formatura em direito, nunca exerceu qualquer logar burocratico, mas uma profissão pedagogica, e que desde que faz parte do quadro da Direcção Geral *esteve sempre* na repartição pedagogica, salvo qualquer hiato de dias, escreve sobre a nota do reitor a sua proposta, segundo as indicações do chefe, ou, na falta d'este, segundo a sua propria inspiração e opinião.

Chega assim o documento ás mãos do director geral, que vê o processo, concorda com a proposta feita ou a modifica; considera-o

prompto para o seguimento ou requisita novas informações ou elementos de estudo; chama, se o julga opportuno, a attenção do funcionario informante para qualquer ponto não ou mal considerado.

O director geral nunca exerceu qualquer logar administrativo antes de ser director geral. E' professor desde 1894, foi professor secundario official de 1896 a 1906, é hoje ainda professor official em serviço effectivo e, como funcionario publico, nunca foi senão professor, até o dia que tomou posse do seu cargo na direcção da Instrucção Publica. E desde então até hoje nunca se occupou senão do ensino.

Do que fica dito conclue-se, em primeiro logar, que a reorganização de agosto de 1907 fez quanto era possivel para que a administração

central do ensino fosse revestida de caracter technico; e que a execução da respectiva lei, na parte referente ao pessoal escolhido, não veio atraiçoar o pensamento do reformador.

O Poder central executivo – honra lhe seja – tomou n'este ponto a iniciativa de corrigir-se a si proprio. N'outro capitulo d'este ou de subsequente volume procurar-se-ha demonstrar, na presença dos textos e dos factos, que ainda lhe cabem outros merecimentos importantes: o de ter procurado tornar conhecidas do paiz, pela visão directa dos seus effeitos, as modernas criações escolares da educação secundaria, que todas são filhas da iniciativa particular e só por ella poderão ser transplantadas com exito para o nosso paiz; e o de não haver cedido nos ultimos quatro annos, á ancia municipal, insaciavel, de

novos lyceus do typo dos do Estado, isto é, de
novos viveiros de burocracia...

Lisboa, Julho de 1910.

V

Edifícios e material escolar

A CARACTERISTICA mais antipathica do espirito burocratico é o culto do papel, baseado na idiosyncrasia de que tudo cede á influencia magica da palavra escripta ou impressa. Applicado ao ensino este criterio dá como fructo mais abundante, entre outros, a recusa dos meios praticos de ministrar a instrucção, facilmente acobertada sob razões de contabilidade e de pobreza do erario publico, que realmente não nada em dinheiro.

Já vimos acima como as dotações privativas annuaes dos lyceus do Reino, que ha quatro annos não sommavam, todas, cinco contos de reis, andam hoje á beira de trinta, tendo, portanto e *apenas*, sextuplicado.

Analysemos agora, o conjuncto do que o Estado tem feito, n'estes ultimos quatro annos, para melhorar as condições materiaes do ensino secundario:

Em materia de edificios, póde dizer-se que está hoje resolvido, com a construcção dos tres lyceus de Lisboa, o problema da installação perfeita para cerca de 2:000 alumnos, ou seja quasi uma quarta parte da frequencia total do Reino, na parte continental.

Construiu-se em vinte mezes o lyceu de Camões, em virtude do decreto de 12 de julho de 1907 (*Diario do Governo* n.º 181, de 16 de

agosto do mesmo anno), tendo-se gasto 55:001\$000 reis na compra de um terreno de 24:000 metros quadrados e reis 119:500\$000 na empreitada.

A construcção, iniciada ha mais de vinte annos na antiga cerca do Convento de Jesus e posta de parte, em estado pouco avançado, até 1907, foi n'esse anno mandada proseguir e concluir. As obras, a cargo do Ministerio das Obras Publicas, recommçaram, em virtude d'aquella deliberação, com grande actividade, e de igual fórma teem proseguido, sendo de esperar que no proximo anno lectivo de 1910-1911 alli comece a funcionar o lyceu de Passos Manoel. O orçamento para esta conclusão foi, salvo erro, de mais de 200:000\$000 reis.

Por decreto de 23 de dezembro de 1907 (*Diario do Governo* n.º 292, de 25 de dezembro

de 1907) foi o Governo autorizado a contrahir um emprestimo até a quantia de reis 400:000\$000, destinado á aquisição de terreno e construcção de edificios para o lyceu central da 3.^a zona escolar de Lisboa, para uma grande escola infantil e primaria dos dois sexos e para uma escola normal primaria mista, devendo o excedente ser applicado á compra de mobiliario e material para estes tres estabelecimentos de ensino. Da mencionada quantia consignaram-se especialmente 85:000\$000 reis á compra de terreno e reis 150:000\$000 á construcção de um lyceu para 600 alumnos; no uso d'esta autorização foram adquiridos cerca de 34:000 metros quadrados de terreno; e em julho de 1909 iniciou-se a construcção do terceiro lyceu de Lisboa, que deve estar aberto ao ensino dentro de

um anno, tendo custado a empreitada 132:000\$000 reis, numeros redondos.

Além dos novos edificios lyceaes construidos já, ou em via adiantada de construcção, é necessario mencionar tambem as ampliações, feitas ou determinadas nos ultimos quatro annos, de installações já existentes, quer por meio de novas acquisições de terrenos, quer por deslocação de outros serviços que cohabitavam com os lyceus, quer, finalmente, por simples obras de melhora ou adaptação. Exemplos, os lyceus de Aveiro, de Braga, de Vizeu, etc., devendo dizer-se desde já que, apesar de melhorado, este ultimo está ainda longe de satisfazer ás necessidades da população escolar e da população media moderna.

Pelo que respeita a mobiliario e a material didactico, diga-se em primeiro logar que o

augmento já mencionado das dotações lyceas privativas permite que os respectivos estabelecimentos, com pequenos subsidios do Poder central, completem dentro de pouquissimos annos as suas collecções e installações de meios e modelos de ensino, por fórma que se tornem similares e até rivaes das que possuem as boas escolas congeneres do estrangeiro.

Mas, apesar d'esse consideravel augmento das dotações privativas, em nenhum dos quatro ultimos orçamentos do Estado deixaram de ser insertas verbas globaes importantes para aquisição de material de ensino, que tiveram total ou quasi total applicação, e pelas quaes, como a seguir se verá, foram ainda beneficiados supplementarmente alguns lyceus mais populosos e necessitados.

O seguinte quadro, referido aos ultimos doze annos economicos, mostra como estas verbas, que até 1906–1907 se mantiveram pouco mais ou menos estacionarias e muitissimo deficientes, tiveram, desde aquelle anno, um augmento importantissimo:

1898-1899. . .	1:300\$000
1899-1900. . .	1:300\$000
1900-1901. . .	1:300\$000
1901-1902. . .	1:300\$000
1902-1903. . .	2:500\$000
1903-1904. . .	2:500\$000
1904-1905. . .	4:900\$000
1905-1906. . .	4:900\$000
1906-1907. . .	21:000\$000
1907-1908. . .	13:500\$000
1908-1909. . .	12:800\$000
1909-1910. . .	21:800\$000 ⁹

⁹ D'esta quantia destinaram-se especialmente a material de ensino de desenho 10:000\$000 reis.

Todas estas quantias teem sido applicadas segundo a sua consignaço, occorrendo-se por meio d'ellas a requisições importantes de muitos lyceus, sobretudo os de maior população, e adquirindo-se ou mandando-se elaborar collecções completas de material de historia e geographia, com que foram contemplados quinze lyceus; de desenho, que foram recentemente distribuidas a todos os estabelecimentos d'essa

categoria; de mineralogia e geologia, que estão sendo organizadas pelos professores snrs. dr. Alfredo Bensaude, Adolpho Sena e Frederico Betti. Foram tambem adquiridas duas collecções-typos completas de material para o ensino das sciencias physicochimicas e historico-naturaes, uma para lyceu central, outra para lyceu nacional, as quaes se encontram installadas no Curso

Superior de Lettras, com o intuito de servirem de base experimental a cursos de preparação e aperfeiçoamento de professores d'aquellas disciplinas, para serem regidos de começo por professores estrangeiros, contratados nos termos do decreto de 19 de agosto de 1907.

Para bem se comprehender a intensidade do esforço financeiro do Estado em tão curto periodo é conveniente não esquecer que elle não tinha que attender sómente ás urgencias do ensino secundario, e, pondo de parte o que haja sido applicado á instrucção primaria, é opportuno consignar que tambem com a instrucção especial, dependente do Ministerio do Reino, sobretudo com a superior, tem sido despendidas grandes sommas: adquiriu-se por quantia superior a 45:000\$000 reis o edificio onde está installado o

Instituto Ophthalmologico de Lisboa; destinaram-se 4:000\$000 reis para installações sismologicas e magneticas; e a parte do rendimento das propinas do ensino superior que o Estado sacrificou em proveito das dotações autonomas dos respectivos estabelecimentos (art. 39.º do decreto de 19 de agosto de 1907) representa, tomando por base de calculo o anno economico de 1907–1908, a alienação por parte do Estado de um capital de perto de reis 600:000\$000.

O seguinte quadro, incompleto aliás, pois n'elle se abstrae de pequenos augmentos orçamentaes para despezas materiaes e do valor de obras importantes de adaptação e reparação feitas pelo Ministerio das Obras Publicas, mostra que a contribuição financeira do Estado para o custeio material dos serviços da instrucção secundaria e superior vae além da avultada

importancia de I.200:000\$000 reis, só nos quatro ultimos annos economicos decorridos (1906–1910) e excede n'este periodo em mais de 300:000\$000 annuaes o que anteriormente se gastava com os mesmo serviços:

Emprestimo para compra de terreno e construcção do edificio do Lyceu de Camões – 200:000\$000

Idem para construcção do edificio do Lyceu da 3.^a zona e outras escolas – 400:000\$000

Conclusão do edificio do Lyceu de Passos Manuel (a Jesus) approximadamente – 200:000\$000

Material e mobiliario para a Escola Medico – Cirurgica de Lisboa – 115:000\$000

Acquisição do edificio do Instituto Ophtalmologico de Lisboa – 45:850\$000

Alienação de receitas de propinas em proveito das escolas superiores autonomas (1908–1909 e 1909–1910) approximadamente – 56:000\$000

Novos subsidios aos Lyceus Municipaes de Chaves e Povia de Varzim (1908–1909 e 1909–1910) – 8:000\$000

Verbas globaes para material de ensino dos Lyceus nos ultimos quatro annos:

1906–1907 . .	21:000\$000
1907–1908 . .	13:500\$000
1908–1909 . .	12:800\$000
1909–1910 . .	11:800\$000 – 59:100\$000

Material de ensino dos Lyceus de Camões e de Passos Manuel (1909–1910). – 46:925\$500

Material para o ensino do desenho em todos os lyceus. – 10:000\$000

Augmento das dotações privativas dos lyceu em 1907–1908, 1908–1909 e 1909– 1910. – 60:000\$000

1.200:875\$500

Aqui está alguma coisa do que o Estado – isto é – o Poder central, tem feito pelo ensino e tem destinado ao ensino em quatro annos.

E' pouco? E' nada? ...

Digam-nos então qual foi o periodo, desde que ha lyceus, em que se fez mais do que isto pela dotação material do ensino secundario; – e digam-nos tambem, e sobretudo, o que é que fez, durante o mesmo lapso, a iniciativa particular...

Granja, Agosto de 1910.

VI

Trabalhos manuaes educativos¹⁰

Parecendo-me conveniente juntar á interessante memoria do professor Snr. Cunha Peixoto algumas palavras sobre a organização do ensino dos trabalhos manuaes no Real Collegio Militar, resumirei nas linhas seguintes as

¹⁰ Este capitulo é transcripto de appendice ao *Diario do Governo* n.º 236 de 16 de junho de 1910.

tres salas, duas para desenho e uma para exercicios manuaes, com as dimensões de 26^m,80x7^m,80.

observações feitas numa recente visita ao nosso unico internato official de ensino secundario:

Os trabalhos manuaes executam-se ali numa dependencia especial, que comprehende

Apropria-se esta espaçosa sala ao trabalho em commum com cartão, madeira e ferro, e tem quinze bancadas, seis para trabalhos em ferro, seis para madeira e tres para cartão, podendo trabalhar nella 100 alumnos, simultaneamente.

Conta mais o seguinte material: seis ferramentaes apoiados em armarios, dois armarios grandes, apoios para exposição de trabalhos, lousas, tornos, engenhos de furar e muitas outras peças, como reguas, esquadros, compassos, sutas, escopros, punções, buris, que foram executados pelos alumnos da Escola Industrial Marquês de Pombal, e, em parte, adquiridos no mercado. Ha, como se vê, material

em abundancia e a sua disposição nos ferramentaes não só contribue para ornamentar a airosa officina, produzindo agradável impressão, mas attinge tambem o fim util de facilitar o estudo aos alumnos.

Os trabalhos manuaes educativos foram inaugurados em outubro ultimo e são frequentados por 88 alumnos (21 do I.º anno, 64 do 2.º e 3 do 3.º), que effectuaram no anterior anno lectivo a primeira matricula no Collegio, devendo no futuro proseguir este ensino em todos os annos até o setimo.

As lições são ás 5.^{as} feiras, desde as 9^h e 10^m da manhã ás 2^h e 10^m da tarde, o que produz o ensino de duas horas para cada turma, dividida em grupos, no primeiro anno de 8 alumnos para cada especialidade de exercicio, e no segundo de 10 a 12 alumnos.

O ensino é dirigido pelo illustre professor Snr. C. A. Marques Leitão e os mestres para cada especialidade são: para os trabalhos de cartão, o Snr. Miguel Alves Miranda, profissional muito habil; para os de madeira, o Snr. José Gomes, habilitado com os cursos de desenho e profissional de carpintaria na Escola Industrial Marquês de Pombal; para os de ferro, o Snr. Manuel Antonio de Oliveira, habilitado com os cursos de desenho, profissional de serralheria e de conductor de machinas na mesma escola.

O methodo adoptado é baseado nos preceitos pedagogicos mais modernos, e, inspirando-se no systema sueco, Slödj, não o segue no entanto rigorosamente: apropria-se á nossa feição educativa e, planeado com o escrupulo e cuidado que deve merecer entre nós a iniciação d'este ensino, relaciona-o permanentemente com os

conhecimentos dos alumnos e assim proseguirá em cada anno escolar. Dissemos *iniciação*, tendo em vista apenas o ensino secundario, e sem esquecer a actividade e os esforços empregados por alguns bons educadores portuguezes, em materia de trabalhos manuaes educativos, ligados a outros graus e especies de ensino. Citaremos como bons exemplos os nomes dos Srs. professor Adolpho Coelho, que instituiu ha annos estes trabalhos numa escola municipal ha muito extincta; padre Oliveira, director da Casa de Correccão de Caxias; e Alfredo Soares e Nazareth, sub-director e professor da Real Casa Pia de Lisboa.

Voltando ao Real Collegio Militar, o que primeiro impressiona o visitante é o aspecto ordenado, alegre e saudavel da aula, onde os alumnos trabalham com evidente e

communicativo prazer. A ordem e a disciplina casam-se ali com facil naturalidade á boa disposição e ao interesse espontaneo do estudante pelo trabalho, condições imprescindiveis de exito em materia de educação.

Mas qual é o programma do ensino? A esta pergunta foi-nos respondido com um apreciavel sentimento da realidade pratica, pouco em uso num pais onde em geral tudo se decreta e muito pouco se executa e cumpre: o programma dos trabalhos manuaes no Real Collegio Militar será concluido quando, feita a experiencia de um anno lectivo para as varias classes, segundo o tempo que lhes dor destinado, se consiga observar o que foi feito e, portanto, o que effectivamente póde fazer-se. Delineado esse programma apenas nas suas linhas geraes, resta

acomodá-lo a cada periodo de ensino e só assim se poderá estabelecer a melhor norma, como segura consequencia *do que se fez*, e não como simples aspiração *do que poderá fazer-se* ou transplantação theorica do que se pratica noutros meios, sob o dominio de circumstancias diversas e tantas vezes inadaptaveis.

As bases geraes do programma comprehendem *geometria e desenho, conhecimentos geraes, exercicio physico, trabalhos com cartão, madeira e ferro*. Sob a rubrica de *conhecimentos geraes* inclue-se a lição de cousas, multipla e inesgotavel, que a propria materia prima applicada e a propria execução podem fornecer: *geographia economica, historia natural, historia da arte, calculo, physica e chimica, etc., etc.*

Relativamente ao methodo, convém ainda dizer que o alumno *desenha* antes de *executar*, e que nada executa sem primeiro *observar* o que tem de fazer, servindo-se para tal effeito de modelos que existem na aula e onde se encontram exemplificadas todas as phases importantes da execução.

Tal é, em resumo, a racional orientação d'esta louvavel experiencia pedagogica, cujas características primaciaes são a seriedade de processos e a sinceridade educativa, bases de toda a revolução salutar em materia de ensino.

Maravilha seria que o ensino dos trabalhos manuaes no Real Collegio Militar se não resentisse da falta de base preparatoria, que só uma educação primaria completa póde fornecer. O benemerito professor Marques Leitão é

naturalmente, dada a sua honestidade e a sua clarividencia, o primeiro a sentir e a accusar essa falta, que sobretudo nota na disposição do alumno da primeira classe perante o novo ensino.

Da leitura da precedente e lucida monographia do professor Cunha Peixoto resulta, para o mais alheio a taes assumptos, a convicção de que a escola primaria é o domicilio primordial d'este ramo da educação. E' ali que tem de emprehender-se o adestramento systematico dos olhos e das mãos, e de infiltrar-se na alma do pupillo uma viva comprehensão e um amor consciente da natureza, que a palavra, oral, escrita ou impressa, é impotente para criar e mais ainda para transmittir. O verbo do mestre e o compendio de aula, unicos instrumentos de que a escola primaria ou secundaria portuguesa tem feito uso, ministram apenas formulas, imagens

mortas, sombras de uma realidade que só pela via directa dos sentidos nos póde penetrar e germinar depois dentro do nosso cerebro. E toda a posterior educação se resente por força d'este vicio inicial que, ignorando a animalidade do homem nos primordios da sua formação escolar, o desnatura para a vida inteira, e assim corrompe, enfraquece e victíma, desde a origem, a sociedade que elle vae constituir.

Quando houver no nosso pais bom ensino normal, primario e secundario; quando a noção da verdadeira educação passe da eloquencia das conferencias, dos jornaes e dos relatorios para os costumes, e d'estes para as leis; quando, em resumo, o mestre seja apto a encaminhar o alumno para a vida – então os trabalhos manuaes encontrarão o seu ambiente idoneo e hão de dar todos os fructos de que são capazes, sobretudo

num país onde a instrução verbal tem dominado com tal poder, que o próprio ensino técnico e profissional pede a palavra, e fala tão bem, mas em geral tão inutilmente, ou quasi, como os oradores que o precederam.

Até lá e sempre, devemos prestar a homenagem da nossa admiração e do nosso reconhecimento aos trabalhadores honestos que, na terra onde muitos falam e poucos produzem, vão realizando, calados, a revolução no ensino, rica de apóstolos e pobre de soldados.

Lisboa, 28 de abril de 1910. = *Agostinho de Campos*.

VII

Lyceus e Collegios

A ORGANIZAÇÃO do ensino secundario em Portugal offerece garantias? O Estado será entre nós um educador digno de confiança?

Estamos em 1901, sexto anno de vigencia de organização de 1895, que desde a sua promulgação até agora tem resistido intacta ao ataque dos interesses feridos e do ignaro desnorteamento nacional. Vejamos por isso o que essa lei trouxe de bom e até que ponto o

systema de ensino que ella preconiza vem em auxilio da missão paternal.

A instrucção secundaria occupa na vida dos rapazes um largo espaço, talhado justamente na idade em que a alma desabrocha e está portanto mais exposta aos perigos circundantes. O que será pois do character, se os rapazes se deixarem, durante todo o tempo que dura a ausencia do lar, entregues a si mesmos, orphãos de bom conselho e bom exemplo? O professor secundario não deve apenas ensinar, mas vigiar, aconselhar, corrigir; continuar, emfim, a obra paternal da educação. Para que o faça, é preciso que uma errada ou anarchizada organização o não impeça. Ora, no dominio das leis anteriores a 1895, as classes estavam povoadas de alumnos de todas as edades; havia cabos e sargentões ao lado de crianças de calção, e uma tal mistura, além de

tornar o ensino impossível (porque o mesmo mestre não pôde ensinar na mesma aula, ao mesmo tempo e pelo mesmo methodo dois cerebros do desenvolvimento tão distanciados) – era de consequências moraes evidentemente lamentaveis. Hoje está mais ou menos garantida a homogeneidade das classes, graças ao limite minimo de idade na admissão e á sujeição geral de todos os alumnos a uma distribuição fixa das disciplinas pelos sete annos do curso.

Tendo o professor reunidas diante de si crianças cujas edades são approximadamente eguaes, a sua tarefa simplifica-se e nobilita-se; mas, para que elle tome pelos seus discipulos um interesse fecundo, é preciso mais alguma cousa: é preciso que os horarios e a organização do estudo o habilitem a conhecer e portanto a amar

essas crianças; e é preciso ainda que estas, por sua parte, o conheçam e o amem igualmente.

No desorganizado regime anterior, além de não poder ensinar, o professor estava absolutamente impossibilitado de exercer sobre os alumnos qualquer influencia educativa. Diante de si podia elle ter, sentados no mesmo banco, um latagão da escola médica e uma creança que apenas tivesse exames de portuguez e de francez. Outro estudava paralellamente latim e historia; outro mathematica e desenho, outro, philosophia e sciencias naturaes. E frequentaram essas disciplinas, não no mesmo instituto, mas onde e quando queriam: em qualquer escola particular, em casa, em dois collegios differentes, na rua, ou em parte nenhuma. Em semelhante cahos era impossivel qualquer tentativa de formação do character: com uma distribuição de trabalho feita á

tôa pelo tempo e pelo espaço; podendo ter agora uma aula ao sul e, duas horas mais tarde, outra ao norte da cidade, o rapaz passava o dia em plena liberdade e em permanente contacto com as immundicies da vida. Nenhum dos seus tres ou quatro professores podia exercer sobre elle uma vigilancia proficua, e a familia, em casa, ignorava se elle estava na aula ou no café.

A pedagogia civil e liberal, herdeira da pedagogia religiosa do antigo regime, nunca, antes de 1895, considerou o professor secundario como um educador. Fez d'elle simples prelector e examinador, indifferente á vida moral do alumno. O professor, como entidade official, não tinha existencia além do tempo e do espaço restrictos da aula. Fóra d'esta e durante o longo intervallo que muitas vezes a separava da seguinte, o alumno ficava, nos lyceus mais

populosos, entregue á guarda-municipal, a quem cabia a jurisdicção dos vestibulos, pateos e corredores. O reitor era um funcionario invisivel, e a escola uma casa sórdida, sem hygiene e sem decencia, em cujas visinhanças medrava sempre um bilhar, um café, uma tabacaria e outras instituições de peor genero, onde os *educandos* aguardavam a hora da lição. Semelhante organismo tinha por força que desacreditar-se a breve trecho, e sobre o seu descredito fundou-se e expandiu-se naturalmente o ensino secundario particular. Nas cidades mais populosas, os collegios, os simples cursos, pullulavam por toda a parte e em plena enchente; e o lyceu, quasi deserto, durante o anno, de estudantes, regorgitava, no fim, de examinandos. Longe de ser uma escola, era antes uma especie de alfandega, dentro da qual o educador, dado

que algum dia o houvesse sido, facilmente degenerou em simples verificador. Assim, função magistral, deixou insensivelmente de ser tomada a serio por aquelles mesmos que tinham de exercê-la; o tempo que se lhe dedicava era pouco, o interesse, nenhum; e o professorado lyceal passou a ser, em regra, uma industria subsidiaria em que advogados, medicos, padres ou militares procuravam arredondar os seus orçamentos, dedicando-se principalmente ás suas outras profissões. Tal foi criado e assente, pelo regime liberal, o typo de mestre secundario, e tal o veio a encontrar, intacto e solido, a organização revolucionaria de 1895. E' evidente que se não modifica inteiramente em poucos annos o producto fixado por uma selecção aberrativa que durou mais de meio seculo. Pouco a pouco alumnos e mestres se vão hoje transformando de

inimigos que naturalmente eram, em aliados e companheiros; pouco a pouco entra na consciencia dos professores o alcance educativo da sua missão; pouco a pouco, pelo povoamento crescente dos lyceus, pela sequencia do horarios, pela endosmose da noção europeia e moderna da educação media, caminhamos para a realização do typo renovado do professor lyceal; mas as sobrevivencias do antigo e condemnado padrão levarão annos a desaparecer completamente e ainda, aqui e alli, subsistem nos costumes e nas proprias leis. Ainda ha muitos professores convencidos de que a sua missão começa e acaba ao toque da sineta e de que os sesus pupillos podem ser abandonados, nos intervallos e recreios, não já ao guarda-municipal de ha 5 ou 6 annos, mas ao servente egualmente boçal e analphabeto; e, remunerando mal os professores,

e deixando-lhes logicamente muito tempo livre, as leis vigentes continuam, ellas proprias, a considerar a funcção educativa accessoria e accumulavel com outras...

E' evidente que, tendo-se criado e fixado semelhante noção de professor secundario, só muito tarde poderia ter-se pensado em o adestrar profissionalmente para uma funcção que na realidade não existia. O educador tem de preparar-se e não é tão facil essa preparação; mas o simples prelector de conhecimentos geraes e descosidos, o examinador feroz a empertigado de pobres crianças desconhecidas, improvisavam-se sem custo ou iam-se limando e polindo n'uma pratica empirica de annos, durante os quaes se accumulava o necessario peculio de perguntas estereotypadas, de noções

livrescas sem vida e sem encanto, e até de manhas de guerra, pois o examinando era, para alguns, um adversario que gostosamente se deitava por terra, sobretudo quando se apresentava a peito descoberto, sem a couraça habitual da carta de empenho.

Vejamos agora quaes os meios que a velha tradição do nosso ensino estabeleceu para melhorar, ou conservar sequer razoavel, um professorado que, recrutado sem preparação conveniente, só por dedicação benemerita e casual aptidão poderia e pode revelar-se bom. E comecemos pelos meios materiaes que ao professor se teem dado, para o auxiliar na sua missão e o compenetrar d'ella: o edificio escolar e o instrumental didactico.

As casas onde os nossos lyceus teem funcionando bastariam, em regra, por si sós, para desmoralizar a um tempo os mestres e os alumnos. Esta penuria de construcções apropriadas ao elevado fim da educação é um dos peiores estigmas da nossa orgnização nacional, mas não deve imputar-se unicamente, como em geral se faz, á incuria dos governos. Todos os phenomenos sociaes teem a sua principal explicação em causas estranhas á vontade dos homens, e este não escapa á regra geral. Os principaes factores da inferioridade em que temos vegetado, no tocante a construcções escolares, são o clima, e a nossa concepção tradicional da educação. O clima actua sobre nós, em materia de habitação, por fórmula dissolvente. A sua amenidade convida-nos á vida de ar livre, e fá-lo assim nosso cumplice no desconforto que

em geral caracteriza a casa em que vivemos. A noção do interior aconchegado, enfeitado, aceiado, acolhedor e carinhoso, vem-nos do norte da Europa, das regiões onde o frio, a neve, os nevoeiros e as chuvas tornam a casa um accessorio muito mais importante da vida do homem do que ella é nos paizes do sul, onde muitas vezes tem apenas de exercer as funcções de uma cama com um tecto por cima. D'ahi vem que na Suissa, na Inglaterra, na Allemanha, na Suecia, as escolas teem admiraveis edificios, mas, paralellamente, os particulares (e até os de camadas humildes) vivem em condições de conforto, de asseio e até de esthetica domestica, que são talvez desconhecidas de muitos burguezes abastados da nossa terra. E se em Portugal faltam bons edificios escolares, uma das razões principaes d'esse facto é que todos,

professores, alumnos e familias, assim o temos tolerado sem protesto vivo e efficaz, porque a necessidade d'elles não tem sido, por nós proprios, fortemente sentida. A prova d'isto está na larga existencia em Portugal de admiraveis palacios de hospitalização e beneficencia, feitos á custa da iniciativa particular, ao passo que para a construcção de um grande lyceu nunca ninguem testou ou doou dinheiro, e os proprios legados para edificios primarios, frequentes nos ultimos tempos, ficam em regra muito aquem das exigencias de uma escola modelar d'esse grau.

O lyceu-alfandega, onde tantas gerações foram, em julho ou agosto, perante tres verificadores desconhecidos, abrir as suas maletas de sciencia mal digerida, não precisava de grandes espaços, nem de especiaes complicações architectonicas; propriamente

bastava-lhe um telheiro contra sol ou chuva, e por debaixo uma mesa, tres cadeiras – e o banco o reu.

Portanto, o professor não foi nunca installado n'uma casa digna do nome de escola, pela razão entre todas principal e simples de que ninguem, a começar por elle, a considerava necessaria. O proprio mestre não tinha consciencia da pocilga que lhe davam para officina; e as condições e tradições que produziam o mau professor actuavam logicamente no sentido de o tornarem cada vez peor.

Mas na officina miseravel tambem não havia ferramenta. Mais desgraçado que o ferreiro da maldição, este lastimoso obreiro de intelligencias nunca tinha ferro, e nunca tinha carvão. Mandavam-no ensinar geographia sem mappas, chimica sem drogas, physica sem apparatus,

n'uma casa sem hygiene, sem luz e sem espaço. E porque accitava elle o encargo, sem os meios de o desempenhar? Porque aturava sem protesto a situação que assim lhe criavam? Porque não ia tratar de outra vida? A razão é, no fundo, sempre a mesma. Elle proprio aprendera o seu officio sem os utensilios que lhe competem; elle proprio ignorava o manejo da ferramenta do seu mister e até a mesma natureza d'este. O carpinteiro honesto a quem encommendassemos uma commoda, estabelecendo-lhe um ordenado e dando-lhe, como unico material, o *Manual do Perfeito Carpinteiro*, rejeitaria de prompto o contracto, allegando que não tomava o nosso dinheiro sem ter á mão os meios de o ganhar honradamente; mas o honesto professor de physica ou de chimica fez decorar durante annos aos seus pupillos o *Langlebert* e o *Ganot*, e assim

se julgou quite com a fazenda nacional pelas mesadas que d'ella recebia. E a maior differença entre os dois é que o carpinteiro, com madeira, formões, plainas e o resto, faria a commoda; ao passo que o mestre de sciencias, á antiga, quando uma vez ou outra lhe deram tubos e drogas, modelos e apparatus, não lhes tocava, porque jámais lhes tinha tocado; e nunca ou raramente lhe occorreu sequer trazer para a aula de botanica um pé de feijão, uma couve ou uma flor, material de ensino mais accessivel e mais barato que o giz, a esponja e o *Langlebert*. Não havia, pois, nem podia haver material de ensino n'uma escola onde o mestre não só não sabia usar d'elle, mas nem ao menos sentia a sua falta, e para onde as familias deportavam os filhos, não para aprender, mas para passar. Os Governos, tantas vezes arguidos de serem os responsaveis d'esta miseria,

eram tão responsáveis como os mestres ignorantes do seu mister e como os paes inconscientes do verdadeiro interesse dos seus filhos: iam na corrente, ou, melhor, deixavam-se afundar na estagnação geral; as culpas eram de todos e de ninguém: eram as de uma sociedade que sempre ignorou e dispensou os beneficios de verdadeira escola e apenas hoje começa a suspeitar o que ella deva ser, sem no entanto a querer ainda, no seu intimo. . .

Architectado o pardieiro da instrucção sobre a base immoralissima do exame, os collegios em vez de ensinar, industriavam para elle – o que está a mil leguas de ser a mesma coisa. Durante o anno, preguiça nacional, paz de alma, alegre descuidança; no fim, mãos nos cabellos, repetições tremendas, café forte, noites em

branco e a cabeça dos rapazes atafulhada em dois dias de trapalhadas que se perguntam em 10 minutos, em vez de ter sido, a tempo e horas, methodica e saudavelmente apetrechada de noções solidas para a vida e para o futuro. E o pão e a mãe, de Herodes para Pilatos, perguntando quem *será bom* para o presidente e para os dois vogaes. Chuveiro de cartas em casa dos tres senhores, que as recebiam sem protesto, como quem achava natural que se lhes andasse a remecher nas gratidões e nas dependencias, para os pôr alli de feição, mollesinhos e complacentes.

E n'esta situação se defrontava, para gloria dos costumes nacionaes, o educador com o educando. Situação de combatentes e de inimigos, situação vergonhosa e deprimente, que só tem uma attenuante tristissima na inercia da

rotina, graças á qual os mestres, como os paes, perderam a consciencia da sua missão e dos seus deveres.

...Os dois não se conhecem. Quando um dia disseram á criança, ao ver passar o examinador: «*lá vae Fulano*» foi, no fundo do seu espirito, como se ouvisse: «*lá vae o tigre!*» E o tigre, pelo seu lado, tem diante de si um ser novo para elle, indistincto e vagamente igual a tantos outros que, no rolar das turmas, lhe teem apparecido. Como traço de união entre os dois, existe apenas a ignobil carta de empenho, escripta pelo protector, pelo credor, ou, raramente, por algum amigo, que, só por a ter escripto, deveria em boa moral deixar de o ser.

Em casa, a pobre mãe tem duas velas accesas a Nossa Senhora; no corredor um mestre sem escrupulos, que durante o anno fingiu ensinar,

espera que lhe venham trazer, feito em bola, para ser traduzido e atirado ao pequeno, o thema que lhe sahiu como ponto de exame escripto. Ceu e inferno collaboram, pois, juntos e amigos, na mesquinha obra da approvaçãõ; e a pobre criança, que a estas horas já não acredita nem n'um nem n'outro, vae no emtanto aprendendo a enganar e a mentir, e entra no mundo com a hypocrisia e a fraude por madrinhas. . . Ora tudo isto acabou, ou, antes, tende a acabar, pois os vicios profundos não se perdem da noite para o dia.

Dentro da nova organização já os professores podem fazer um ensino sincero, porque os programmas lhes dão para isso, além do tempo necessario, a facilidade de relacionarem umas com as outras as varias disciplinas do curso; podendo ensinar a valer, é facil interessa-los pela

sua missão e conseguir que se lhe dediquem de alma e corpo, visto que já lhes não falta, ao menos, o estímulo do exito. O systema das classes, contribuindo para que mestre e pupillos se conheçam de perto, é o primeiro passo para ameigar as relações entre uns e outros e basear assim a tarefa propriamente educativa. Acabou a immoral e anti-pedagogica confusão de edades dentro da mesma turma; acabou a impossibilidade da vigilancia por parte do reitor e dos mestres; acabou a hyprocrisia do ensino formal, com a sua mira unica na cerimonia jesuitica do exame.

E, tendo acabado tudo isso, não se póde no emtanto dizer ainda que os lyceus do Estado sejam escolas modelos, a quem os paes possam confiar de olhos fechados o fructo do seu amor e dos seus sacrificios. Em primeiro logar, a lei de

1895 tem tido e continua a ter uma execução, por varios motivos imperfeita. A politica continua devastando a instrucção, pelas mil fórmas por que o póde fazer, para desgraça de todos nós. O mal começa de cima e vem descendo e propagando-se ás mais tenues ramificações do organismo, atrophinando-o irremediavelmente, com funesta inconsciencia. Chefe supremo da instrucção publica, o ministro do Reino é quasi sempre o seu primeiro desorganizador: escravo da politica, sacrifica-lhe os mais sagrados interesses moraes; absorvido pelos cuidados militantes do seu posto de guerra, não tem tempo para vigiar as coisas da instrucção, bastante graves e complexas para exigirem só por si a attenção e a energia inteiras de um homem que lhes fosse realmente dedicado; e ás vezes acontece até que o ministro do Reino, mais ou

menos encyclopedico (como todo o portuguez que se presa) nunca teve occasião de estudar o assumpto, nem sequer de pensar n'elle, antes de lançar mão d'essa pasta por excellencia politicante, onde a malfadada instrucção publica suffoca e se estiola.

E é por isso que nos lyceus da provincia ha um reitor progressista e um regenerador, revezando-se pontualissimamente, segundo as temporadas; é por isso que perto do Porto ha um lyceu expressamente organizado para approvar os alumnos que o do Porto reprovava; é por isso que as reformas tem sempre o fito encoberto de empregar mais clientes ou de passar do pé para a mão substitutos a cathedraicos; é por isso que a instrucção primaria, em vez de prosperar, é esmagada na ruina dos pardieiros onde a propinam; é por isso que no lyceu do Porto

quatrocentas crianças estiveram durante uns poucos de annos sem um reitor que olhasse por ellas; é por isso que não ha nas duas capitaes do reino um edificio proprio para lyceu, apesar de se terem já gasto com esse fim de muitas centenas de contos de reis; é por isso que não ha tempo para pensar em reformas uteis e desinteressadas; e que sob o pretexto da pobreza do thesouro se nega ao director de um estabelecimento do Estado onde formigam mil rapazes uma modesta verba annual destinada a desenvolver n'elles o gosto pelos exercicios physicos, para mais adiante, esquecida a tal pobreza, subsidiar com o dobro ou o triplo uma instituição particular cujos merecimentos ninguem descobre; é por isso que se gasta dinheiro inundando as bibliothecas escolares com livros de combate politico escriptos pelo amigo Fulano e ao mesmo tempo

se regateiam nas dotações dos lyceus as ultimas miserias, quando se trata de verdadeiras urgencias do ensino; e que se preenchem logares de responsabilidade com os ineptos bem recommendados, desprezando o verdadeiro merito e compromettendo o interesse da instrucção.

Por culpa d'este vicioso regime, a organização actual de ensino secundario não dará todos os fructos de que seria capaz, se *lá em cima* houvesse *esprit de suite* e dedicação pelo bem geral.

Aqui e alli, por excepção, será a lei razoavelmente executada, sem que os dirigentes possam reclamar por isso maior gloria que a de terem acertado por milagre na nomeação do reitor ou dos corpos docentes. Mas o abandono continua imperando e por isso o Estado não é,

nem será tão cedo, em Portugal, um educador digno de confiança.

Para se avaliar do pouco interesse que ao Estado inspira, por exemplo, a saúde e o desenvolvimento physico dos seus pupillos, basta consignarem-se estas inacreditaveis verdades: não ha em Portugal, paiz de beira-mar, uma unica escola de natação! Não ha em Lisboa e no Porto um lyceu em sitio arejado, com um grande terreno á volta, onde as crianças possam correr e saltar livremente nos intervallos livres!

Em Lisboa está um milheiro d'ellas encafuadas no Carmo, com um pateo empedrado do tamanho de um envelope de officio. Brincam nas proprias aulas, pelo meio das carteiras, respirando o pó que levantam. O lyceu do Porto é um casarão sombrio, n'uma rua estreita e tem por visinhança os presos da cadeia e . . . *ne cherchez*

pas ces femmes! No edificio do Carmo os professores precisam muitas vezes de suspender as suas explicações, á espera que decidam calar-se a banda da Municipal ou o sineiro do Sacramento. E são estas as unicas alegrias do lugar.

Mas o Estado – ao menos pelo que interessa á Capital – já pensou no caso, dirá talvez algum Pangloss da provincia, sabedor de que se está construindo n'esta cidade, desde o principio da monarchia, um novo lyceu, que já tem um metro de altura e quatrocentos contos de profundidade. Com effeito assim é; mas quando se acabará essa construcção da cerca de Jesus, que em dezenas de annos não conseguiu passar dos alicerces?

Outra inacreditavel verdade é não haver, ao menos nas cidades maiores, e annexos aos lyceus e ás escolas superiores, um unico salão de

gymnastica, uma sala de armas, qualquer instituição de drill, de exercicios phisicos á maneira sueca, ou de jogos de ar livre, portuguezes ou inglezes. A raça definha visivelmente, o trabalho escolár obriga ao sedentarismo, e a hygiene, nas grandes povoações, é difficil e cara para o maior numero. Outras tantas razões para que nos estabelecimentos publicos de ensino se tratasse de corrigir por todos os meios essas deficiencias e inconvenientes inevitaveis, dando um pouco de attenção á saude e ao desenvolvimento phisico dos rapazes. O thesouro é pobre, não ha duvida; mas o dinheiro que com esse fim sagrado se gastaria, ao menos em Lisboa, Coimbra e Porto, esbanja-se de preferencia em duas ou tres coisas inuteis. E o peor é que o Estado faz mais do que recusar ás gerações futuras o meio simples de se

fazerem mais robustas que a presente; o Estado destrua aquillo que, n'este sentido, encontra edificado. Os estudantes de Coimbra tinham ainda ha dez annos um club onde havia, entre outras coisas, um razoavel gymnasio. Longe de olhar com sympathia para essa instituição apreciavel e de a amparar com carinho, guiando-a e melhorando-a, o Estado deixou-a apodrecer pouco a pouco e arrasou-a, por fim, para nunca mais a substituir! E toda essa mocidade que em geral faz uma vida ociosa, porque a obrigação mechanica das aulas deixa-lhe livre uma grande parte do dia, gasta o seu tempo isolada e abandonada, olhando de longe os lentes insociaveis e soturnos, jogando a batota, fazendo má lingua, gaguejando politica, ou tocando o fado, olheirenta, viciosa e indolente, parasita de peculio familiar em tirocinio para sugar mais

tarde, na *vida pratica*, o sangue anemico do orçamento.

Portanto o Estado, cujo primeiro dever seria preparar, educando melhor as gerações futuras, a unica solução possível e segura da crise nacional – continua sendo um detestavel educador. Os nossos governantes, os nossos politicos continuam embalados na doce illusão de que tudo ficará feito desde que os credores francezes e allemães nos entreguem o recibo final. E' o eterno regimen dos expedientes e dos palliativos, o eterno vácuo de ideias, a eterna falta de previdencia, de tino e de systema.

A mocidade continuará sendo educada para o parasitismo, como até aqui; e a geração futura, vindo encontrar o paiz mais perdido do que nunca, será ainda mais impotente do que a actual para o salvar. Coimbra continuará emittindo

tranquillamente as suas cartas de bacharel, verdadeira circulação fiduciaria de sciencia inutil, sem curso nenhum fóra dos nossos muros. Emquanto os outros preparam os seus filhos para a conquista do mundo, nós aprendemos apenas a devorar-nos uns aos outros, devorando a patria. E, tendo na America do Sul um territorio immenso onde se falla a nossa lingua e a lingua irmã, nós, que poderíamos tão facilmente invadi-lo com uma legião de technicos e de praticos que nos enriqueceriam mil vezes – continuaremos a exportar analphabetos ou estroinas, e a chamar estrangeiros para as nossas fabricas, para as nossas Companhias e para os nossos Arsenaes. As colonias desnacionalizam-se e perdem-se, dizem elles, pela inercia ou pelo acanhamento do capital portuguez; e não se lembram de que os

filhos dos capitalistas só aprendem, nas escolas do Estado, a gastar o dinheiro dos paes.

Já era tempo de arriscar a primeira passada para sahir d'esta miseria; já era tempo de ir plantando uma arvore que dêsse sombra aos nossos netos. Mas a previdencia é a virtude das formigas, pequeninas caturras que não sabem gozar a vida, e mal despona a primavera, já estão prevendo o rigor do inverno distante. Em Portugal governam sempre as cigarras.

Reconhecida a incapacidade educadora do Estado, convirá entregar as crianças ao ensino dos collegios privados?

Antes de responder definitivamente a esta pergunta é necessario relembrar aqui que as instituições de ensino secundario particular pullularam, floresceram pecuniariamente antes

da vigencia da lei de 1895 e entraram, a partir d'essa data, n'um periodo de crise a que poucas teem resistido.

Ora o motivo d'estas alternativas de esplendor e miseria está sómente em que a anterior prosperidade dos collegios não tinha alicerces nas virtudes proprias e repousava, ao contrario, sobre o descredito do ensino official. Desde que a nova organização entrou em pratica regular, começaram os principaes lyceus a povoar-se, deixando de constituir o refugio dos rapazes pobres e passando a ser procurados pelas chamadas melhores familias, que aliás podiam facilmente entregar o ensino dos filhos ás poucas escolas particulares conceituadas e fortes, a quem a tendencia absorvente da nova lei não causou prejuizo sensivel.

A grande maioria dos collegios foi abandonada sem saudades, porque na realidade as não merecia. Instituidos com o estreito pensamento do lucro, a função dos collegios em Portugal foi sempre industriar examinandos, que também não pediam mais do que approvações no lyceu.

Desde que este chamou a si os pequenitos, com o bom intuito de os ensinar sem a tradicional hypocrisia do exame, as escolas particulares, que nunca se tinham dedicado á tarefa meritoria de criar obra propria, educando sinceramente, sem pensar nas certidões do Estado, cahiram redondas, porque lhes faltou a indispensavel muleta, a que até então viviam amparadas.

D'essa crise sahiu, pela força das coisas, um depuramento espontaneo, graças ao qual os

collegios sobreviventes, poucos em numero, deverão ou poderão ter ganho em qualidade. E é possível que dentro de alguns annos, se se radicar a reforma e a sua execução por parte dos estabelecimentos officiaes fôr bem cuidada, se accentue uma salutar e real emulação entre o Estado e os particulares, da qual só poderão advir vantagens para a instrucção geral. Por agora é cedo para estabelecer comparações que seriam talvez injustas, attendendo a que de cidade para cidade variam no paiz os resultados da nova lei, tanto em lyceus como em collegios.

O Estado é, como sempre, o primeiro a dar o exemplo da incuria, e os particulares estão na sua logica meridional e catholica, não querendo ser mais papistas que o Papa.

Seja, porém, como fôr, o facto innegavel é que não ha ainda hoje em Portugal uma unica

escola particular, que apresente um programma seu, independente das exigencias officiaes e liberto da pretensão exclusiva de preparar para a entrada das nossas escolas superiores.

Reconheceremos, comtudo, justiceiramente que a culpa d'esta falta pertence mais aos vicios da nossa sociedade mortíça, do que á falta de iniciativa das escolas privadas, que obedecem, como tudo no mundo, ao instincto da conservação, e não poderiam facilmente abalançar-se a innovações oppostas á rotina dominante. Sabido como todo o bom pae portuguez que não manda o seu filho para o Brazil, o destina em geral a parasita do Orçamento, essas escolas seguem a corrente e vão auxiliando na sua esphera a ambição collectiva do emprego publico.

Tal é o papel das existentes, tal era o das muitas que no dominio da lei antiga medraram, quasi sem vigilancia official, á sombra dos lyceus desertos.

E porque um bello dia o Estado resolvesse accordar do desleixo criminoso em que deixára afundar as suas proprias escolas secundarias, ouviu-se de norte a sul do paiz um clamor de angustia desordenada, que partia dos collegios feridos. E o *crime* do Estado que, a avaliar pela intensidade do clamor, pareceria nefando, reduziu-se no fim de contas ao desejo louvavel de pôr os seus estabelecimentos a um nivel decente e, se tanto quizerem, a avocar a si o monopolio do ensino secundario como *typo* de instrucção media geral ou como preparação indispensavel á matricula nas suas escolas superiores. N'um paiz

centralista, como é, infelizmente, o nosso, este desejo é natural.

Ficou por esse facto de azas cortadas a iniciativa particular? E' prohibido a qualquer estabelecer escolas com programma proprio, indifferente á norma systematica dos estudos officiaes e annunciando-se até em concorrência com elles? De maneira nenhuma. Qualquer de nós póde amanhã manifestar ao paiz, dizendo-lhe, por signal com inteira verdade: «A educação que em Portugal ministram não só os lyceus, como as escolas que ao plano d'elles se subordinam, é deficiente e imperfeita. O desenvolvimento physico dos rapazes é descurado completamente, e até prejudicado, não só pela organização dos estudos, como pela falta de condições dos edificios onde funcionam essas escolas. A educação moral é

defeituosissima, por falta de professores com a preparação indonea para educarem além de ensinar. Não se respira n'esses estabelecimentos a athmosphera de conchego familiar e de paternal carinho que é a base da verdadeira e sã educação. Na organização dos lyceus não se attendeu á admiravel influencia do trabalho manual, nem á cultura do gosto. Não ha em todos elles uma estatua, um quadro, um movel artistico, uma officina de carpintaria. Nenhum se ergue á beira de um ribeiro onde as creanças possam nadar e remar. Os passeios ao campo, auxiliares insubstituiveis do estudo da zoologia e da botanica, ficaram letra morta. Os professores, mal pagos, são em geral medicos, advogados, militares, jornalistas, deputados, quasi sempre absorvidos por essas outras funcções e exercendo as do professorado á pressa e distrahidamente.

Sob o ponto de vista restricto da instrucção, que é ainda o quasi exclusivo fito dos lyceus, nem a todos convém a que elles continuam ministrando. Deixemo-la aos que querem ser medicos ou advogados n'um paiz onde já ha tantos, que só por exepção e ao cabo de muitos annos se triumpham em qualquer d'essas carreiras; deixemo-la aos que ainda tenham a ingenuidade de aspirar ao soldo magro do exercito e da marinha; deixemo-la aos futuros politicos exploradores do paiz e aos futuros amanuenses esfomeados. Vamos criar homens fortes, persitentes e praticos, aptos a arrancar libras da terra do Brazil e da Africa, em vez de miseraveis automatos á cata de cédulas pelas arcadas do Terreiro do Paço!»

Qualquer homem de iniciativa, de intelligencia e de coração póde lançar este bello

programma aos quatro ventos da publicidade e fundar uma escola modelo, ao pé da qual os lyceus officiaes parecerão cadeias ou açougues. E á realização de tal empreendimento o Estado não se oppõe com peias de nenhuma especie, nem mesmo com o desejo de concorrer a um programma d'estes, porque fatalmente seria vencido. A verdadeira educação ha de ter sempre por bases a vida de familia, o lar, o conchego moral domestico. A escola modelo não póde ser senão a systematisação do lar, e o Estado è, por definição e eternamente, o contrario d'essa instituição natural, risonha e fecunda.

Por isso á iniciativa particular não foram, nem podem ser cortadas as azas. O que é preciso é que as tenha ou queira fazer uso d'ellas, em vez de se deixar ficar rastejando na imitação rotineira dos institutos officiaes. A tarefa é ardua, porque,

como acima dissemos, a nossa sociedade continua dormindo embalada pela illusão da burocracia e das profissões liberaes. Mas não ha tanta gente em Portugal que educa os filhos para o commercio e para a industria e que, não tendo no paiz onde o possa fazer razoavelmente, os manda para Inglaterra, para a Allemanha, para a Suissa ou para a Belgica? Não ha no Brazil tantos compatriotas nossos, ainda não inteiramente esquecidos da sua patria, que seguem o mesmo caminho, com pena de não terem outro melhor? Não prefeririam elles, sem hesitar, as nossas escolas, se estas não continuassem absorvidas no inglorio affan de produzir burocratas portuguezes? E os proprios brasileiros, dadas as affinidades de lingua e raça que teem comnosco, não seriam fatalmente attrahidos para as escolas portuguezas, se as

houvesse dignas d'este nome? Em Coimbra, por exemplo, cujo prestigio foi grande no passado, pôde observar-se durante muito tempo essa consoladora influencia da metropole antiga, sobrevivente á emancipação politica do paiz colonial. Se esse tempo passou é porque o mundo andou para diante e nós ficamos parados; é porque nos tornamos pouco a pouco indignos da mais alta prova de confiança que póde conceder-se a um homem, a uma instituição ou a um povo: entregar-lhe a educação dos nossos filhos.

Além de nos desdenharem como educadores, os brasileiros affectam cada vez com mais semcerimonia o desprezo que sentem pelos seus antigos dominadores, e já se não contentam de entregar os filhos ás escolas da Allemanha, da Suissa ou da Belgica: fingem até ignorar-nos

geographicamente e nem sequer nos dão a honra de se apearem de passagem n'este caes occidental, d'onde ha quatro seculos partiram os descobridores da sua nova patria. Por muito dolorosa que seja para nós esta triste evidencia, mais doloroso será ainda confessar que é justissimo semelhante desprezo pela nossa educação, realmente incapaz de produzir homens uteis, ferramentas de civilização e de progresso.

Do mesmo modo que os brasileiros, procedem os judeus portuguezes que não abjuraram da sua antiga fé. Precavidos sempre contra algum novo accesso de furia religiosa, sincera ou não, que os escolha por victimas, convém-lhes assegurar á sua prole uma patria mais ampla do que os reinos e as republicas, uma patria ao mesmo tempo eterna, universal e portatil, que possa improvisar-se em qualquer

canto do mundo, onde lhes garantam a paz, a liberdade e a vida. Por isso os pequeninos judeus falam em igual desembaraço as linguas dominantes, e são cuidadosamente norteados para as carreiras independentes – commercio, engenharia, industria – onde possam triumphar e ser felizes, sem o encosto fallivel da communitate ou do Estado. E a esses tambem não convém a preparação que ministram as nossas escolas, ainda que as enfeite a taboleta mentirosa de *technicas*; porque estas mesmas tambem não produzem geralmente senão parasitas e burocratas.

Mais symptomatico do que o desprezo dos brasileiros e a desconfiança dos judeus pela nossa instrucção é o facto irrecusavel da emancipação intellectual dos ilheus. A população

insular decresce de anno para anno nas escolas do continente e não virá longe o dia em que o algarismo respectivo esteja muito proximo do zero. Tambem esses começam a comprehender que o ideal da vida farta não é decerto a burocracia continental com ordenados roidos de addicionaes: – o contacto directo e quotidiano com a Inglaterra e a America foi-lhes a pouco e pouco abrindo os olhos, e quasi póde affirmar-se que a installação, nas ilhas, de um ensino secundario rigoroso e serio afugentaria de todo os poucos que ainda hoje veem á metropole, attrahidos pela nossa instrucção superior. Ponham-lhes mais alto o degrau para ella e verão como depressa se negam a subi-lo, e se resolverão a procurar coisa melhor, n'outra parte.

A' vista de todos estes factos, não ha duvida de que a iniciativa particular tinha um largo

campo de actividade educativa, patriotica e remuneradora, se se dispusesse a pôr inteiramente de parte os moldes da instrucção official. Era decerto preciso travar a principio uma lucta séria com a rotina; mas a victoria definitiva seria infallivel, porque a clientela necessaria para assegurar a prosperidade d'essas escolas a criar, não só existe, mas é tambem numerosa e escolhida. O que é preciso é reuni-la e atrahi-la, em vez de a ignorar ou desprezar, como até agora.

Emquanto ninguem se abalançar a essa meritoria tarefa, os paes de familia que em Portugal pretendam dar aos filhos uma carreira pratica, independente do magro orçamento nacional, não teem á mão senão os lyceus do Estado, as escolas particulares civis, que não são mais do que lyceus com menos garantias, e os

internatos religiosos, em geral pertencas da Companhia de Jesus.

Adiante estudaremos o que valem estes ultimos, para chegarmos á desoladora conclusão de que não ha na nossa terra uma só casa de educação onde se cuide a serio do character, do corpo e da intelligencia dos rapazes. Já por cá se fazem boas casimiras, bons sabonetes e bons riscados; bons portuguezes, com as escolas que temos actualmente, é que não será possivel fazer-se em Portugal.

Theoricamente e sob o ponto de vista da moral ideal não ha duvida de que a educação dos filhos deve fazer-se, quanto possivel em casa dos paes, porque a presença d'aquelles no lar é tambem para estes educativa e moralizadora.

Na pratica, porém, este principio tem de ser muitas vezes posto de parte pela força das circumstancias, pois que nem sempre os paes podem ou devem educar os seus filhos. A extrema miseria e a incapacidade moral justificam frequentemente, em beneficio das proprias crianças, a recusa aos paes do direito de dirigir a educação dos filhos, e a entrega d'estes ao cuidado de estranhos, encarregados de levar a cabo uma tarefa de que a familia se manifesta ou confessa incapaz. E acontece tambem que um estado anormal da familia ou a insufficiencia de recursos educativos no meio em que ella vive, tornam indispensavel a educação das crianças longe da esphera do lar. N'estes casos extremos é que em geral se applica justificadamente a instituição dos internatos educadores, chamados assim a desempenhar o papel duplo de casa e de

escola. Considerados como escola, sob ponto de vista estricto da instrucção, os internatos serão bons ou maus segundo a qualidade dos professores que tiverem e o methodo do ensino ministrado.

Considerados como casa, é evidente que serão tanto melhores, quanto mais se approximarem, na organização e no aspecto, do lar domestico que se propõem substituir.

Este axioma tem sido infelizmente muito esquecido, com grave prejuizo não só dos individuos, mas das sociedades, e é preciso procurar talvez n'esse lamentavel esquecimento uma das causas da decadencia moral de certas nações, outr'ora mais respeitaveis que hoje em dia.

A influencia da familia na formação do character é sempre benefica, ainda quando esta se

não aproxima muito do ideal da perfeição. São tantas as virtudes d'essa instituição, que a falta de algumas, mesmo importantes, não consegue destroná-la e nenhuma outra organização humana lhe póde equivaler, sem se inspirar nos seus moldes eternos. «*Casa de paes, escola de filhos*» diz um admiravel rifão portuguez, que devia andar sempre na memoria de todos nós.

Ora os grandes internatos, de feitio fradesco ou militar, onde os rapazes se accumulam ás centenas, casarões enormes e antipathicos como casernas e como ellas eivados sempre de suspeições grosseiras e torpes, são por natureza antipodas da frescura e da suavidade domesticas. A vigilancia constante e meticulosa póde reduzir a proporções menos consideraveis os perigos adstrictos a semelhante instituição; mas nem o seu mais cego apologista se atreverá a sustentar

que esses perigos desapareçam a ponto de se tornarem inteiramente inoffensivos, por maior e mais perfeita que seja a vigilância exercida. E essa mesma vigilância, se por um lado é capaz de atenuar os inconvenientes da grande aglomeração masculina, exerce paralelamente uma nefasta influência sobre o carácter, deprimindo-o n'uma atmosfera de permanente desconfiança, aniquilando a personalidade pela sujeição geral a uma regra uniforme e automática, estimulando, enfim, o pernicioso desenvolvimento da astúcia, da dissimulação e da mentira, como únicas armas de resistência, capazes de lutar com as que a ordem emprega para se defender e que não podem ser senão a ameaça e o castigo¹¹.

¹¹ Veja-se o que diz acerca dos grandes internatos, que pullulam em França, o sr. Ed. Demolins:

Em primeiro lugar (o grande internato) parece ter sido organizado pelo modelo de uma caserna: levantam-se todos ao som do tambor ou da sineta; marcham em fileira para se dirigirem de um a outro exercício; os próprios passeios se assemelham ao desfilar de um regimento. Os tempos de recreio passam-se em geral n'um pateo interior, cercado de construções elevadas; os rapazes passeiam ali por grupos, em lugar de brincarem. De resto esses recreios são curtos: meia hora de manhã, uma hora depois da refeição do meio dia e meia hora ás 4 da tarde, á hora da merenda. As saídas são raras: em media um dia por mez. Os paes não podem ver os filhos senão duas vezes por semana, durante uma hora o maximo, n'um locutorio banal, cheio de gente, onde os visinhos podem ouvir e seguir a conversa.

Este regime tende a apagar as diferenças que poderiam resultar da influencia da familia. Funde todas essas intelligencias n'um molde uniforme e faz d'ellas verdadeiros instrumentos, promptos a obedecer ao impulso que lhes fôr transmittido.

(À quoi tient la supériorité des Anglo-Saxons, pag. 7 e 8).

A ordem que se baseia n'estes processos é sempre mais apparente do que real: por baixo d'ella, ignobeis na sua dissimulada mansidão, existem todos os fermentos de revolta maliciosa e covarde, empestando o ambiente moral que devia ser puro e saudavel. Por isso se deverá dizer sem receio de exageração que os grandes internatos de educação são detestaveis, mesmo quando são optimos.

O Dr. Gustav Schimmelpfeng, que póde considerar-se como insuspeito, porque a sua vida foi quasi inteiramente absorvida na direcção de um internato allemão (Kgl. Klosterschule Ilfeld, Hannover) exprime da seguinte maneira a sua opinião acerca da educação nos internatos: «A quem me perguntar se eu preferiria para os meus filhos um internato a uma escola externa, responderei sem hesitar que acho absolutamente preferivel a frequencia de uma escola externa, com habitação no seio de uma familia de confiança». Não é eloquente o testemunho d'este homem honesto, que assim confessa a inferioridade pratica d'esse typo de escolas, depois de lhe ter consagrado uma vida inteira de dedicação e de cuidados? Porque elle mesmo, referindo-se á difficuldade e ás pesadas responsabilidades do seu cargo de director de um

internato (que de resto não costuma ter mais de 100 alumnos) declara que muitas vezes desanimou, e dá graças a Deus por lhe ter concedido a força de resistencia e o amor profissional necessarios para levar a cabo essa tarefa, ardua acima de todas, para a qual não ha domingos, nem ferias, nem sequer noites de verdadeiro descanso. E quando um director modelo, consagrado de corpo e alma á sua missão e conscio de a ter cumprido o melhor que pôde, quando essa avis-rara assim falla, dando-nos a noção arripiadora dos perigos de uma instituição que é impossivel submetter-se a uma formula de perfeição approximada – quanta leviandade criminosa, quanta inconsciencia de rotina não são precisas, para que um pae que realmente estima o seu filho o vá depôr, de coração leve, no limiar de um d’esses infernos,

onde as crianças são a um tempo demonios e almas a penar?

Com effeito seria ingenuo suppôr que a educação, n'uma caserna onde formigam 300 ou 400 crianças, se exerce realmente pelo director ou professores respectivos. Pela força das coisas as relações entre os educadores e os educandos nunca poderão ser dominantes e imprimir character; levados a apoiar-se no respeito, no medo e na vigilancia, aquelles não podem colher intimidade e franqueza que os habilitem a obter pela sympathy , o que nenhuma outra influencia consegue, na formação da alma infantil; e a multidão dos pupillos é ainda outro obstaculo insuperavel ao estabelecimento d'uma corrente benefica entre a alma do educador e a do educando. Assim pulverizada, a influencia moral dos mestres anniquila-se completamente, e as

crianças vêm no fim de contas a ser educadas, não por elles, *mas umas pelas outras*.

Ora não é este, decerto, o desideratum de um pae que decidiu internar o seu filho n'uma escola-caserna e que seria incapaz de lhe escolher, para companheiros de brinquedo, dois esfarrapaditos da rua. E no entanto não seriam tão nocivos á criança os palavrões malsoantes que ella aprendesse com elles, em dois ou tres dias de convívio, como os habitos da dissimulação e da mentira, radicados em quatro ou cinco annos de internato.

O sr. Demolins¹² diz muito bem a este respeito: «Il (o alumno) fait alors sa véritable éducation par eux et avec eux (os camaradas). Naturellement, le prestige, parmi les élèves, va à ceux qui sont les plus crânes dans cette résistance

¹² *L'Éducation nouvelle*, pag. 43 e 44.

plus ou moins sourde contre l'Autorité, à ceux qui, plus habilement que les autres, savent se dérober à la surveillance et imaginer de bons tours. Et comme la partie n'est pas égale entre l'Autorité et les élèves, ceux-ci sont acculés fatalement, pour rétablir l'équilibre des situations, à recourir à la dissimulation et au mensonge. Et c'est bien là une des causes pour lesquelles l'Ecole actuelle ne forme pas des hommes, car un homme ne doit jamais mentir. Mentir n'est pas seulement un vice bas, c'est, de plus, la preuve que l'on est faible et que l'on a peur. Un système pédagogique qui inculque nécessairement l'habitude de la dissimulation et du mensonge est condamné sans appel possible.»

E não é sómente nos internatos francezes que o vicio da mentira grassa assustadoramente entre os educandos: Schimmelpfeng experime-se do

modo seguinte, a respeito do que acontece na Alemanha: «E' desgraçadamente certo que a mentira está propagada de fôrma monstruosa no mundo escolar e que, por uma incrível aberração, muitos alumnos amantes da honra, a julgam admissivel e até recommendavel, quando se trata de enganar o professor».

Ora as circunstancias em que teem de funcionar inevitavelmente os grandes internatos não podem deixar de agravar essa nociva tendencia, a que o mais pequenino desvio na educação moral da criança basta para dar corpo e que mais tarde se manifesta em toda a sua lamentavel expansão.

Na Inglaterra, diz o allemão H. Raydt¹³, a mentira é sempre considerada como indigna «e o

¹³ *Ein gesunder Geist in einem gesunder Körper*, pag.53

mentiroso perde a estima dos proprios camaradas e é por elles tido na conta de covarde». E se é verdade que os pequenos inglezes trazem, sobre os allemães e os francezes, «a incalculavel vantagem de terem tido mães inglezas», não é menos certo que na Inglaterra acabaram ha muito tempo os grandes internatos, onde não só se aggravam os defeitos de uma errada educação familiar, mas se adquirem outros que a vida domestica não conhece, nem póde conhecer.

E nós que andamos em extase chronico diante dos couraçados d'aquelle admiravel paiz e em permanente adoração das suas libras inexgotaveis, não devemos ignorar que libras e couraçados são mais alguma coisa do que um presente do ceu, que tambem podia ter cahido aqui em Portugal, visto que todos somos filhos de Deus. Libras e couraçados são palpaveis

expressões de riqueza, e a riqueza duravel é filha do trabalho livre e energico, cujo habito se não cria nas casernas, nem nos conventos.

Os inglezes tinham, como nós e a Europa inteira, a tradição do grande internato religioso, criado para formar padres e applicado depois ao ensino e á educação das outras classes. Primeiro do que ninguem e de um modo admiravelmente radical, abandonaram elles esse typo defeituoso e nocivo de escola; e hoje os grandes collegios não são na Inglaterra mais do que agrupamentos de casas de professores, onde os alumnos moram, comem e trabalham por grupos que raramente excedem 30, não havendo de commum para todos senão o edificio central das aulas, com as suas grandes salas de reunião e os seus serviços administrativos.

D'esta maneira simples aproximou-se quanto possivel o internato do typo domestico, insubstituivel na educação. Mas os inglezes não se limitaram a abolir inteiramente os grandes internatos como officinas da educação dos seus filhos. Logicos e praticos, tiraram do principio as ultimas consequencias e condemnaram-no tambem na sua applicação aos estabelecimentos de caridade, de modo que chegaram já á admiravel perfeição de desdenhar para os seus pobres, para os ultimos desgraçados, moral ou realmente orphãos, a instituição que a muitas e ricas familias de portuguezes parece ainda a ultima palavra do processo educativo.

A municipalidade de Sheffield, por exemplo, comprou ou alugou, de preferencia nos arrabaldes, um certo numero de casas, com o fim de dar uma familia ás crianças pobres, educando-

as como irmãos no lar paterno e dando-lhes uma mãe adoptiva. Chamam-se *scattered homes* e substituem o asylo-caserna, o hospicio-convento onde se accumulam, deformando-as moralmente, centenas de crianças. Nada distingue os *homes* das outras casas; mas a instituição possui uma especie de quartel-general, construcção maior, onde reside o superintendente e que serve de armazem commum e de lavandaria geral. Perto d'esse estabelecimento central ha quatro *homes* mais vastos e o hospital das crianças.

O superintendente é responsavel perante os curadores e está revestido de uma grande autoridade; elle e a mulher visitam diariamente e a horas incertas todos os asylos e são informados pelas matronas de uma ou de outra casa acerca de tudo o que nellas se passa. A instituição

admitte crianças da mais tenra idade até os 14 annos ou mais.

Os *cottages* teem o mobiliario de um artifice respeitavel; paredes de cores alegres, ar, luz, espaço. Raparigas e rapazes são educados como membros da mesma familia, convivem com as crianças da vizinhança, frequentam as mesmas escolas e ajudam a *mãe*, se a idade o permite, a tratar dos mais pequenos. Cada um dos curadores se occupa de um certo *cottage*, visita as crianças, como um bom padrinho, traz-lhes brinquedos e leva-as ás vezes á sua propria casa. Cada um dos pequenos custa á instituição cerca de 1\$500 por semana e, quando chega á idade de ganhar a sua vida, facilmente encontra quem o receba e lhe dê trabalho.

Supponhamos agora que um d'estes pobres orphãosinhos de Sheffield se encontra mais tarde

com o filho do nosso conde de Qualquer Coisa, educado n'um internato do typo convento ou caserna. Se acontecer que os dois troquem conversa acerca da maneira como lhes decorreram os annos da infancia, o inglez dirá que teve sempre ao seu lado mãe e irmãs, ao menos adoptivas; ao passo que o fidalgo rico de Lisboa terá de confessar que, apesar de as ter verdadeiras, durante sete annos viveu longe d'ellas, com intermittencias longinquas e fugazes em que lhe vinham trazer beijos, vestidas de seda e eguaes ás mães e irmãs dos outros, no devassado corredor do locutorio. Por onde se vê que nem sempre os verdadeiros orphãos são aquelles que não teem pae nem mãe. . .

No tempo antigo, quando uma fé ardente ditava o rumo á vida e as grandes acções do

homem se inspiravam no entusiasmo religioso, quasi todas as famílias de nobres que tivessem filhos de mais para a sangueira das batalhas, destinavam alguns á serena paz dos claustros ou das sés. Hoje em dia, ao que parece, será raro que a mãe educada, sonhando, ao embalar no berço o pequenito de meses, com o futuro rapagão de vinte annos, lhe vista o burel de um habito monastico ou lhe enfie no dedo o anel episcopal. Desceu para a terra o ideal da vida? Ou, pelo contrario, mais modestas no seu fervor que as mães de ha dois seculos, julgam as de agora que o ceu está muito alto para que os seus rapazes lá possam chegar carregados com as almas alheias, quando, em viagem tão longa, já não será pequena tarefa levar a propria a bom termo?

O facto palpavel é que, pelos tempos que correm, sae das familias ricas ou remediadas um diminuto contingente para renovação do pessoal religioso; e que a quasi totalidade do clero se recruta nas casas humildes do campo, depositarias da antiga tradição de pagar á Egreja, espontanea e até gostosamente, o tributo de sangue.

Assente este facto irrecusavel, é licito concluir que a grande maioria das casas ricas ou remediadas, aristocratas ou burguezas, pretende educar os seus filhos para a vida activa, *jouisseuse* ou pratica, do seculo, para casar e ter filhos, para trabalhar e enriquecer, para encontrar, enfim, fóra de claustros e sés, o desideratum da terrena felicidade. Se são ricas e não querem abdicar dos beneficios profanos que a riqueza promette áquelles a quem coube por

sorte, é de crèr que taes familias estimem apropriar os seus filhos a uma existencia em que esses beneficios possam produzir-se de um modo nobremente ornamental, pelo dilletantismo das artes e das viagens, pela cultura do gosto e das maneiras, pelo dandysmo intellectual, pelo sport, por todos os requintes, em summa, da vida chamada mundana, que tem o seu merecimento especial e, sendo intelligentemente comprehendida e saboreada, póde até defender-se sem custo da pecha vulgar de ociosidade.

Se, pelo contrario, ha pouco ou nada que deixar aos filhos, além da aptidão para garantir a propria existencia futura, é mais melindroso e mais grave o problema da educação. E' mais facil ensinar a gastar com elegancia uma fortuna, do que habilitar á conquista honesta de pão; é mais facil cheirar uma flor do que vencer uma batalha.

E a vida é para os que tem de trabalhar uma batalha cada vez mais rude, travada com armas cada vez mais perfeitas. Para vencer essa batalha e usar com vantagem d'essas armas é preciso ser forte de alma e corpo, ter um cerebro de ouro, musculos de ferro e uma vontade de aço. O homem tem de ser uma liga do melhor e do mais rijo metal; todo o tempo é pouco para desenvolver n'elle qualidades de resistencia e de lucta, e a intelligencia é pequena para se desperdiçar com inutilidades. Desde pequenino, sem um desvio, sem uma hesitação, sem um esbanjamento de forças preciosas, é preciso endurecê-lo para uma guerra que dura toda a vida; é preciso submeter as almas a um processo de cultura intensiva, semelhante áquelle que para os corpos adoptava Sparta.

Ora, hoje em dia, não é necessario ser-se de profissão sociologista ou psychologo, para se admittirem como axiomas duas leis cuja prova diariamente se faz aos nossos olhos observadores: *o homem é o producto do seu meio e a imitação constitue o principal factor da educação.* Estas duas verdades fundamentaes, que nenhum educador deve perder de vista, já o genio popular as tinha presentido, muito antes dos sabios e dos philosophos lhes haverem dado investidura scientifica; e por isso as vemos archivadas em todas as linguas, na fórmula incisiva e pittoresca dos proverbios: *Dize-me com quem vives, dir-te-hei as manhas que tens; já a formiga tem catarro; casa de paes, escola de filhos; filho és e pae serás; assim como fizeres, assim acharás; chega-te aos bons e serás um d'elles; etc., etc.*

Basta reconhecer a evidencia d'estas verdades para se concordar que a intervenção ecclesiastica na educação moderna dos rapazes, principalmente d'aquelles que se destinam a uma vida de trabalho, precisa de ser graduada com a mais intransigente sobriedade.

Póde admittir-se que os paes recorram a um sacerdote, dos muitos que se occupam a ensinar, para ministrar aos filhos certos conhecimentos, compatíveis com a instrução recebida por elle no Seminario ou na Universidade. E, quando a mãe catholica se reconhecer insufficiente para ensinar o seu filho a rezar, é natural que chame em seu auxilio alguém mais competente, para o iniciar nas praticas da religião. O que se não comprehende, nem póde perdoar-se, é que se submetta um rapaz a um regime de educação religiosa collegial (por mais que esta pretenda

transigir com as necessidades da vida pratica) quando esse rapaz se destina a ganhar mais tarde a sua vida pelo trabalho proprio, luctando dia a dia com a concorrência crescente e precisando de vencê-la e triumphar a golpes de energia inquebrantavel, ao serviço de uma vontade forte e de uma cabeça praticamente organizada e apetrechada. Hoje, como nunca, estão completamente separadas as duas faces do velho dilemma: *casar ou metter freira!* E' preciso que os paes se compenetrem d'isto a tempo e se decidam categoricamente por um dos dois caminhos que, com serem oppostos, nem por isso deixam de conduzir ambos para Deus. Aquelles que não consideram o trabalho honrado como a melhor oração que o homem póde dirigir á Divindade façam então o sacrificio completo, sem regateiarem com o Ceu; entreguem os seus

filhos aos collegios religiosos, mandem-nos educar pela Igreja, dentro da Igreja e para a Igreja. Mas os outros, que são a maior parte e acham a vida activa, honesta e intensa, compativel com a salvação da sua alma¹⁴, esses não façam dos filhos seres hybridos, impotentes e estereis, incapazes de attingir o Ceu e de ser uteis e felizes na Terra. Não os condemnem assim a um inferno intermedio, com que ninguem póde lucrar, nem Deus, nem elles proprios, nem a Patria.

Antigamente, as condições da existencia humana justificaram a educação de uma parte da mocidade em collegios que eram dependencias ou transformações de seminarios e conventos. Essa mocidade de outr'ora não tinha outros

¹⁴ «Porque Deus não enviou seu filho ao Mundo para condemnar o mundo, mas para que o mundo seja salvo por elle.» (S. João, III, 17).

mestres, além do clero, pelos quaes lhe fosse licito optar; e a vida a que ella se destinava não fazia exigencias de instrucção que os ministros da egreja lhe não pudessem fornecer. O povo vegetava na escravidão e na ignorancia absoluta; os nobres pediam sómente uma instrucção decorativa e formal; os burguezes contentavam-se, para a pequenez restricta dos seus negocios, com saber ler e escrever.

Todos sabem como os tempos mudaram; como os preços foram subindo e augmentando as necessidades; como aos antigos servos medievaes, que não tinham liberdade, succedeu o proletariado industrial, que não tem pão; e as classes medias, desenvolvendo-se á sombra da democracia, criaram dentro de si um outro proletariado, que não póde recorrer ao trabalho manual dos operarios e só se salvará da miseria

por uma actividade intelligente, capaz de nivelar, como valores economicos, o esforço individual e o preço de uma vida despendiosa. Essa actividade intelligente, que é agora a unica arma de defeza das classes medias, na lucta pela vida, poderá adquirir-se hoje em contacto com os mesmos educadores que ha alguns seculos formavam os theologos, os cruzados e os reis-inquisidores?

Os homens que, por definição e por dever, devem ter os olhos sempre voltados para o ceu são ainda proprios para educar aquelles que só podem ser felizes baixando as suas vistas para a terra?

O ambiente moral de um convento ou de um collegio religioso será o mais proprio para dar ás almas em formação as qualidades de resistencia, de iniciativa e de tenacidade, que são precisas

para uma vida de incessante lucta? Quem passou a existencia estudando as metaphysicas theologicas tem competencia para communicar o amor fecundo pela natureza e pela sciencia, que é a base da educação moderna? E' facil encontrar, debaixo da sotaina e do burel, que representam o desprezo do corpo, um culto sincero pela saude physica? Educadores que fizeram voto de humildade e de pobreza poderão transmittir aos seus pupillos o desejo de luctar pelo bem-estar material?...

Respondam *sim* ou *não* a estas perguntas os paes intelligentes e razoaveis. E verão como é flagrante e profunda a contradicção entre o espirito pratico indispensavel á educação do homem moderno e os requisitos que a religião catholica-romana exige nos seus sacerdotes. Tão flagrante e tão profunda, que não será arrojado

dizer-se: as condições actuaes da existencia tornaram os ministros da Igreja incompativeis, de fórma collectiva, com as funcções de educadores do homem activo e pratico, encerrando-os no dilemma de produzirem uma educação nociva para a vida, ou de se verem, para evitar isto, em permanente conflicto com os seus ideaes ultra-terrenos.

E quem quiser uma prova eloquente da justeza d'este raciocinio, attente na seguinte coincidencia, que aos nossos olhos se está desenrolando: A' medida que se foi radicando e aggravando o contraste entre as tendencias praticas da educação e a natureza do sacerdocio ecclesiastico, foi o clero em geral abdicando pouco a pouco da sua tradicional funcção educativa, e hoje póde dizer-se que só uma ordem religiosa se entrega ainda com empenho

visível ao mister de ensinar. Essa ordem é a dos jesuitas, justamente aquella que o mundo inteiro, um passado tres vezes secular e a propria Igreja accusam de hypocrisia, e de falta de escrupulo moral na realização das suas ambições particulares. Só os jesuitas, cujo nome entrou nos dictionarios, como synonymo de astucia hypocrita — só elles eram realmente capazes d'essa abominavel fraude educativa, que consiste em deformar, em troca do dinheiro dos paes, a alma das crianças que a imbecilidade, a rotina ou o fanatismo lhes confiam. Só elles, cuja regra se baseia na abdicação inteira da intelligencia e da vontade, se atreveriam a acceitar e até a procurar o encargo, que não podem, nem querem cumprir, de formar intelligencias activas e vontades robustas. Por isso os resultados da falsa educação que elles ministram são tão nocivos ao interesse

da Patria e da familia, como á propria religiãõ bem comprehendida: por um lado não tranmittem aos seus pupillos as qualidades de energia, de iniciativa, de independencia e de disciplina intelligente, que formam os bons cidadãos; e paralellamente não produzem crentes sinceros, que da religiãõ tirem a tempera moral, filha do respeito pelos proprios deveres para com Deus. A allegaçãõ tantas vezes produzida em seu abono de que elles se subordinam ás exigencias da epocha, não diligenciando fanatizar os seus pupillos, baseia-se no facto de que muitos d'estes, abandonando os internatos jusuiticos, se tornam depois mais irreligiosos do que os homens que foram educados em escolas civis. O facto é conhecido, consagrado, e leva uns certos liberaes desbotados a entregarem-lhes, sem receio, o melhor do seu sangue, persuadidos de

que tudo está bem, desde que os filhos voltem para o ar livre dizendo mal dos seus educadores e rindo-se com septicismo das coisas religiosas que aprenderam ou praticaram em contacto com elles. Mas este estado de alma merece um pouco mais de attenção do que a que em geral se lhe dá. Em primeiro logar não se comprehende que um bom educador, se o é realmente, deixe na alma do seu pupillo uma ausencia completa de amizade, de gratidão e de respeito por quem lhe guiou uma parte da infancia ou da adolescencia. Se isto acontece, é preciso concluir fatalmente uma de duas coisas: ou o pupillo tem razão no seu despêgo, e então o educador não estava á altura da sua missão; ou o educador era bom e então o pupillo dá uma prova de baixeza moral, que o não lisongeia de modo nenhum. E, afinal, esta ultima conclusão é absurda, porque um bom

educador não pôde produzir d'estes fructos; o desamor dos discipulos é o justo castigo da errada educação que lhes deram.

Poderá, no emtanto, dizer-se que esse estado mental dos alumnos tem origem no meio social, hostil aos padres da Companhia e até nos proprios conselhos e opiniões da familia, em geral mais ou menos eivada de liberalismo, já infiltrado na criança ao entrar para o collegio, e alimentado depois em casa, durante as ferias. Mas então que miseravel educação é essa, e como é que os paes não vêem a desastrosa influencia que no character infantil exercerá sem remedio semelhante dualismo? Que uma familia devota, concordando com todos os processos dos jesuitas, lhes entregue os filhos, apesar de os não querer para padres — comprehende-se e desculpa-se, ainda que ao mesmo tempo se

lamente. Essa criança será mais tarde um homem fraco de alma e corpo, preparado — se quizerem — exclusivamente para o ceu e portanto exilado na terra. Mas será talvez ao mesmo tempo um crente sincero, e achará na sua fé consolação para as derrotas que a vida lhe inflingir; terá ao menos sido educado dentro de uma certa logica, sem o espectaculo alternativo da devoção e do scepticismo, em que elle proprio tenha desempenhado um papel hypocrita, como acontece ao filho do liberal n'uns poucos de annos de convivio com padres. Este ouvirá prédicas e missas amiudadas, confessar-se-ha com frequencia, fará os seus exercicios espirituaes, e tudo isto *pro formula*, para satisfazer a regra, para contentar os mestres, e para depois se rir d'elles e de tudo isto, com os paes.

E' a verdadeira escola da hypocrisia e da mentira, que não póde produzir senão cynicos e homens sem character. E é ao mesmo tempo o falseamento completo da verdadeira educação, cujas primeiras bases não podem ser senão o respeito sincero do pupillo pelo mestre e a sympathia reciproca dos dois.

Sympathia e respeito: sem estes dois conductores não é possível estabelecer-se entre professor e discipulo a indispensavel corrente educativa. E os paes teem em casa, se educam bem, a prova d'isto. Não é decerto pelo terror e pelos castigos que elles conseguem levar a criança a bom caminho. Aquelles que, por não conhecerem outro melhor, vieram a cahir no systema do medo e das pancadas são dignos de verdadeira lastima: com elles o filho não aprenderá senão a fingir e a ser mau.

Um dos povos que melhor educa para a vida é sem duvida a Inglaterra, onde as classes medias atingiram já uma media de felicidade material e de conforto domestico difficil de exceder. Pois foi justamente esse paiz o que melhor comprehendeu a necessidade de basear sobre a sympathia reciproca de mestre e pupillo a tarefa da educação. Alli domina um typo de professor, tão differente do que os paes e os pequenos portuguezes estão habituados a ver, que não é de admirar a difficuldade que teem em convencer-se de que o jesuita é, por dentro e por fóra, pela natureza e pelo feitio, a antithese do verdadeiro educador.

O sr. Demolins descreve assim o typo classico do professor francez: «tenue correcte, vêtément sombre, longue redingote noire, air plus ou moins solennel et compassé d'un homme

convaincu qu'il exerce un sacerdoce et qui le laisse voir; la démarche lente, l'attitude réservée, la conversation remplie de sentences propres à former l'esprit et le cœur de la jeunesse. Surtout de la dignité, extraordinairement de dignité»¹⁵. Em Portugal, os professores eram geralmente d'este feitio nobre; á maoir parte d'elles e não ha muitos annos ainda, faltava sómente a peanha para serem verdadeiros bonecos, forrados de immensa austeridade. E é por isso que entre nós ainda se considera o jesuita como um ser capaz de attrahir a sympathia de uma criança, educando-a assim pelo caminho mais curto e mais direito. Habituaodos a ver a sciencia symbolizada por um mocho, admittimos facilmente que os seus interpretes se nos apresentem com o ar carrancudo d'aquelle

¹⁵ *À quoi tient*, etc. pag. 53 e 56.

antipathico avejão. E lá vamos mettendo as pombas na gaiola das corujas.

Ora vejamos agora como o mesmo escriptor francez descreve o dr. Cecil Reddie, director da escola ingleza de Abbotsholme:

«Grand, mince, solidement musclé, remarquablement taillé pour tous les sports qui exigent de l'agilité, de la souplesse, de l'energie, et avec tout celà, un costume qui complète bien la phisionomie, le costume du touriste anglais: blouse en drap gris avec cinture dessinant la taille, cullottes courtes, gros bas de laine repliés au dessus des genoux, solide paire de chaussures, enfin, sur la tête, un béret».

Ponham um homem d'este feitio ao lado d'um director de Campolide e pintem-lhes como fundo as respectivas escolas, feitas á imagem e semelhança de cada um: de um lado os *cottages*

risonhos de Abbotsholme, cercados de arvores, com as suas officinas, o seu ribeiro, os seus barcos, os seus jogos; do outro, o casarão sombrio, com os seus corredores, as suas cellas e os seus padres. Para onde corre a criança, se lhe disserem que escolha? Sabemos todos para onde ella irá, sem hesitar. E vae muito bem: é Deus que a guia para um educador e para uma escola que a attrahem pelo aspecto, e á primeira vista conquistaram a sympathia da sua alma infantil. E' a natureza convidativa e meiga, a chamá-la para a actividade e para a vida, em vez da soturna rigidez claustral, que lembra o tumulo e arripia o coração. Podem contar com a boa vontade da criança os livros, os mestres e os deveres. Trabalhará risonha e feliz, sentindo-se viver, e amará os seus educadores sem restricções e sem fingimentos, porque verá

n'elles os seus guias sinceros para a vida forte que em si propria sente despontar.

A criança obedece á necessidade fatal de apaixonar-se por um modelo que procura imitar. Esse modelo é sempre o pae, um irmão mais velho, o amigo da casa, são enfim os homens que ella estima e admira, e como os quaes desejaria ser. Se o professor lhe inspirar um sentimento identico, a tarefa da educação vem a fazer-se quasi por si só, sem que nem um nem outro lhe sintam as principaes difficuldades. Mas desde que o mestre merece á criança desprezo ou repulsão, se ella o acha ridiculo ou antipathico, é preciso tentar pela violencia, moral ou physica, o resultado que de outro modo sahiria facil e natural. E o exito será sempre mesquinho, por se ter alienado o auxilio d'essa tendencia natural da imitação.

E' por isso que o professor inglez, forte e activo, respirando saude, habil nos jogos, paternal e accessivel, se torna bem depressa um amigo natural dos seus discipulos e póde exercer sobre elles a maior influencia educativa, baseada na tendencia infantil da imitação e na respeitosa e sincera sympathy que inspira. E a escola ingleza moderna, imitadora do conchego moral domestico e da vida sã da natureza, constitue um ambiente moralizador e tonico, onde essa influencia fructifica com uma exuberancia, que os nossos atrasados systemas não podem attingir, nem sequer comprehender. Para criar verdadeiros homens é preciso um ambiente viril, que os internatos jesuiticos nunca poderão fornecer, por maior que seja a habilidade posta em acção para o falsificar. E todo o cuidado é pouco, por parte dos paes que teem em vista a felicidade dos seus

filhos, para distinguirem, em materia de educação, o bom do mau e a sinceridade da hypocrisia. Com o seu conhecido poder de adaptação, os jesuitas conseguem quasi sempre illudir a boa fé da gente distrahida, apresentando-lhe installações e regulamentos que parecem satisfazer completamente as exigencias da boa educação physica e moral. No fundo, tudo isso é illusorio: porque a boa ferramenta não basta para fazer o bom artifice e quando falta o *espirito*, os *meios* não produzem senão uma miragem de resultado. Com um bom gymnasio, póde dar-se a aversão pela gymnastica e com uma excellente installação de banhos, o desprezo da hygiene; ao passo que a sinceridade educativa é capaz de verdadeiros milagres, tendo ao seu dispôr recursos imperfeitissimos.

Em França, para attrahirem os filhos das familias aristocraticas e lhes tornarem agradavel a reclusão, os jesuitas estabeleceram nos seus collegios os exercicios phisicos, assim como a dansa, a musica, e as representações theatraes; e lisongeavam-lhes a vaidade, fornecendo-lhes cadeiras especiaes para elles se sentarem nas aulas e fazendo-lhes prelecções sobre heraldica. O intuito era o mesmo, quer se tratasse de equitação e esgrima, quer de theatro e brazões: attrahir a gente de influencia, transigindo com as suas preferencias. N'um meio menos requintado, que lhes não impusesse identicas *distracções*, nunca tomaram a iniciativa de prestar attenção sincera ao desenvolvimento phisico dos alumnos. Não é aos jesuitas que os inglezes devem a sua sympathia pela robustez do corpo que hoje faz parte do caracter nacional, de tal

maneira se arraigou nos costumes; mas o absoluto desprezo que em Portugal ainda agora domina pelos exercicios phisicos é em grande parte da responsabilidade da educação jesuitica, cuja influencia não desapareceu com as leis de Pombal. Se a gymnastica estivesse no espirito da pedagogia dos jesuitas, teriamos d'isso manifestações uniformes por toda a parte onde elles dirigem collegios; mas basta notar as differenças entre Campolide e S. Fiel¹⁶ para se

¹⁶ «Os alumnos (do collegio de S. Fiel) não tomam banhos, senão quando lhes são recommendados pelo medico; como medida hygienica nunca; não teem gymnastica;» (Dr. Souza Refoios, *O Collegio de S. Fiel*, etc., Coimbra, 1901, pag. 26).

«Considerando aquelle estabelecimento como um simples collegio, a commissão póde affirmar seguramente que as condições hygienicas deixam muito a desejar, especialmente a alimentação; ...» (Idem, pag. 25). Note-se que a commissão averiguou ter o consumo da carne de vacca augmentado em Setembro, justamente quando no collegio havia menos alumnos

ver que elles a não ministram por principio, mas por méra conveniencia opportunista.

Assim desinteressados do desenvolvimento e da saude do corpo, como se comportam, relativamente á cultura da intelligencia, os pedagogos da Companhia?

A primeira observação que se impõe aos críticos do seu systema é o absoluto desprezo pela instrucção do povo, a qual nunca mereceu attenção aos jesuitas e até parece não ser muito das suas sympathias.

Sirva de prova aquella passagem das *Constituições* que determina o seguinte: «*Nenhum dos que são empregados nos serviços domesticos da Sociedade deverá saber ler e escrever; os que o souberem não devem aprender mais nada.*» Por isso os jesuitas,

pretextando serem poucos, nunca se entregaram á diffusão da instrucção primaria; o clima intellectual que lhes convém é o da ignorancia, onde é facil dominar pelo fanatismo¹⁷. Ora, se o seu amor pela luz fosse sincero, prescindiria d'este *abatjour*; mas elles usaram sempre de varios outros.

A instrucção secundaria foi, desde o principio, o grande campo de batalha da Companhia, porque se destinava á minoria dirigente, rica de dinheiro e de influencia.

Não ha duvida de que os jesuitas foram, no seu tempo, admiraveis professores e que trouxeram innovações importantes aos methodos

¹⁷ Esta e outras indicações aqui apresentadas ácerca da pedagogia dos jesuitas encontram-se no livro de Compayré, *Histoire critique des doctrines de l'éducation*, etc. D'esta obra publicou-se em 1885 a 5.^a edição (Paris, Hachette) e o seu autor é um dos mais celebres pedagogistas francezes, antigo deputado e actual reitor da Academia de Poitiers.

adoptados no século XVII. Mas a única coisa que elles ensinaram com sinceridade foram as linguas antigas, especialmente o latim, sem todavia se terem desprendido nunca de processos mechanicos, mais aptos a formarem pedantes e rhetoricos, do que homens de intelligencia robusta e emprehendedora. Muitos dos grandes nomes da França, como Condé, Bossuet, Descartes, Montesquieu, Corneille, Molière, etc., pertenciam a antigos discipulos da Companhia; mas não foi dos jesuitas que todos estes homens receberam o genio, e a honrosa lista prova sómente o que ninguem contesta, e vem a ser a enorme extensão da sua clientela. Alguns d'esses homens renegaram categoricamente os seus professores, e Voltaire costumava dizer: «*Les pires ne m'ont appris que des sottises et du latin*».

O latim era realmente a base e o alvo de todo o ensino, e não se pouparam esforços nem subtilezas de methodo para conseguir a maior perfeição no uso fallado e escripto d'essa lingua. Mas o que os jesuitas procuravam na leitura dos classicos era simplesmente uma escola de boa linguagem.

A este respeito abundam nos seus escriptos as confissões; nenhuma porém é tão expressiva como a do geral da ordem, o padre Beckx, n'uma carta em que se lê o seguinte:¹⁸ Os gymnasios (lyceus) permanecerão o que são por natureza; uma gymnastica do espirito, que consiste muito menos na assimilação de materias reaes, na aquisição de conhecimentos diversos, do que n'uma *cultura de pura fôrma*». — Não se trata, como se vê, de desenvolver a intelligencia

¹⁸ Escripto em 1854 ao Ministro dos cultos do Imperio Austriaco.

propriamente dita, isto é, a faculdade que, depois de ter reflectido nos pensamentos de outrem, se emancipa e aventura a pensar por si propria. O que os jesuitas procuram exercitar e ocupar são as faculdades superficiaes do espirito, afim de que o discipulo se resigne mais facilmente a deixar inactivas as forças intimas da sua razão e, se tanto fôr possível, a nem sequer suspeitar d'ellas. Dedicam muito tempo aos exercicios de memoria, excitam a imaginação, disciplinam o gosto. Mas receiam pôr em movimento as profundezas da alma humana. Descobrir para o espirito occupações que o absorvam, que o embalem como n'um sonho, sem o despertar completamente; chamar a atenção para as palavras, para os modos de dizer, para reduzir ao minimo o logar do pensamento; provocar uma certa actividade intellectual prudentemente

detida no ponto em que á memoria ornada succede a razão reflectida: n'uma palavra, agitar o espirito, o bastante para que elle saia da sua inercia, mas pouco de mais para que elle actue verdadeiramente por si proprio, por uma actividade viril de todas as suas faculdades — tal é o methodo dos jesuitas. E' um methodo bom, não para formar homens, mas crianças grandes».

«Os jesuitas, diz Macaulay, parecem ter encontrado o ponto até onde se póde levar a cultura intellectual sem se chegar á emancipação intellectual»¹⁹.

E era com o mesmo acanhado espirito, com a mesma criminosa preocupação de cortar o vôo á intelligencia, que estes professores fanaticos, prohibidos pela sua propria regra de pensar e

¹⁹ Compayré, obra citada, pag. 191, tomo I.

investigar, estimulavam o estudo das frivolidades heraldicas, afastando systematicamente dos seus programmas a verdadeira sciencia libertadora. «A historia é a perda de quem a estuda», disse um jesuita²⁰. A physica, a zoologia, a botanica, a geometria, todas as sciencias da natureza, que habilitam o homem a conhecer o mundo em que vive, eram absolutamente desprezadas. A philosophia estudava-se sómente em Aristoteles, atravez dos commentarios truncados dos jesuitas Toletto e Fonseca. A parte que se referia ao estudo da alma punham-na de lado, como respeitando á medicina; e apesar de todas estas cautelosas restricções, a *Ratio studiorum*, codigo pedagogico dos jesuitas, recommendava que no commentario de Aristoteles se attendesse mais ás palavras do que ás proprias questões e que, ainda

²⁰ Nas proprias Universidades jesuiticas não se estudava a historia da Igreja.

quando a fé e a piedade não perigassem, se evitasse a introdução de qualquer opinião nova. Mas não bastavam todos estes tenebrosos cuidados: o professor encarregado da classe de philosophia era particularmente vigiado e retirado sem demora do ensino, se patenteasse qualquer propensão para a novidade, se tivesse um espirito demasiadamente livre.

«E' preciso ter cautela com o desejo de saber», dizia o jesuita Jouvency, na sua obra *De ratione discendi et docendi*. Esta aversão pela curiosidade scientifica manifesta-se ainda no facto de terem as universidades jesuiticas falhado mais ou menos por toda a parte; os sabios, como Secchi e Renard, são raros na Companhia e em geral não morrem jesuitas, porque a breve trecho se tornam incompativeis com uma ordem para a qual o uso nobilissimo da intelligencia sempre

foi synonymo de peccado, e, como tal, systematicamente perseguido. A historia de Portugal, a partir do estabelecimento dos jesuitas, é um longo libello accusatorio contra elles e ao mesmo tempo, para nossa vergonha, o estendal da miseria intellectual de uma raça, no emtanto magnificamente dotada. A renascença scientifica, precursora dos grandes descobrimentos, foi abafada entre nós pelos padres da Companhia, que em breve invadiram todos os nossos estabelecimentos de instrucção, impondo-lhes a sua regra esterilizadora.

«Digamo-lo singelamente: os beneficios das primeiras providencias (de D. João III, em materia de instrucção) ficaram inutilizados, desde que foi implatado em Portugal o impio e barbaro tribunal da Inquisição, desde que se entregou a direcção dos espiritos á Companhia

de Jesus, systematicamente estacionaria nas coisas da instrucção dos povos»²¹.

«Nenhuma consideração póde dispensar o historiador litterario ou civil de dizer francamente a verdade. O nosso dever exige portanto que digamos sem disfarce que, desde que a mal dirigida piedade do rei D. João III deu uma tão desmedida influencia á ordem ecclesiastica sobre o espirito da nação portugueza, esta decahiu immediatamente do seu antigo esplendor»²².

«Dentro em poucos annos (os jesuitas) formaram estabelecimentos nas principaes cidades do reino, onde logo se encarregaram da instrucção da mocidade. O Collegio das Artes

²¹ Silvestre Ribeiro, *Historia dos estabelecimentos scientificos*, etc., tomo I, pag. 74.

²² Garção Stockler, *Ensaio historico sobre a origem e progressos das mathematicas em Portugal*, nota 32.

de Coimbra, celebre pelos sabios, que n'elle se haviam distinguido, foi-lhes entregue com os mais amplos privilegios»²³.

«Com incrível rapidez, decahiram as sciencias em Portugal, desde que D. João III, sob o pio intento de preservar seu reino e povo do contacto das novas ideias religiosas, criou instituições e deu favor a principios que embaraçavam ou abafavam o movimento liberal dos espiritos, tanto nas sciencias como na vida social. Até as sciencias mathematicas experimentaram a influencia paralizadora d'essas instituições, não obstante parecerem bem longe dever estar d'ellas»²⁴.

«No Direito tinham (os jesuitas) banido o methodo historico, cingindo-se ás apostillas dos

²³ Coelho da Rocha, *Ensaio sobre a historia do governo e da legislação em Portugal*.

²⁴ Schæfer, *Historia de Portugal*, vol. III, pag. 113.

lentes, á *sebenta*; na Medicina tinham suprimido a anatomia, sem a qual o estudo era uma chimera; e a Mathematica, reduzida em Coimbra a uma cadeira apenas, como distracção, limitava-se em Evora a um curso elementar. O ensino da Philosophia, prolongado por tres ou quattros annos, era um modo de entreter, com phrases ócas e dissertações estereis, a actividade mental dos discipulos, desviando-a do pensamento para a rhetorica»²⁵.

«Os preceitos da educação individual generalizaram-se, entre nós, a uma educação nacional; e o Portugal restaurado de 1640 era, como devia ser um bom filho da Companhia, uma sombra apenas, uma criatura sem

²⁵ Oliveira Martins, *Historia de Portugal*.

physionomia nem character, passivo, obediente, nullo, idiota e beato»²⁶.

«Nem a doidice, nem a superstição inepta, nem a vulgaridade chata, nem a corrupção intima de Portugal jesuita do seculo XVII representam o ultimo resultado da educação anterior. *O progresso da decomposição vem até aos nossos dias. . .*»²⁷.

Visto atravez de todos os temperamentos de historiadores ou de philosophos, o facto implacavel permanece o mesmo, na sua arripiadora verdade: uma nação de homens como os outros, acorrentada ao mais vergonhoso atrazo intellectual, filho de uma educação errada e deprimente. Todo o movimento scientifico do seculo XIX, que remodelou de alto a baixo a

^{26 e 27} Oliveira Martins, *Historia de Portugal*, vol. II, liv. 6.º

civilização, faz-se fóra de Portugal, sem que o nosso cerebro colectivo tenha contribuido para elle, a não ser com alguma insignificante parcella, gotta imperceptivel n'esse mar immenso de fecundidade.

Os povos que melhor souberam esquivar-se á garra mortifera da Companhia são exactamente os que vão á frente da humanidade²⁸; a corrente invencivel arrasta-nos tambem, mas seguimo-la tontos, esgazeados, como quem não conhece o caminho que trilha, como quem não

²⁸ Percentagens do analphabetismo:

Nos paizes protestantes		Nos paizes catholicos	
Allemanha (1890)	0,51%	Portugal (1890)	70%
Inglaterra	1%	Hespanha (1887)	68 %
Escossia	1%	Italia (1890)	42 %
Suecia (1881)	0,40 %	Austria (1881)	38 %
Noruega	0,08 %	Irlanda (1881)	28 %
Dinamarca (1881)	0,36 %	Belgica (1881)	17 %

compreende aonde elle vae dar. E o maior mal é não sentirmos d'onde vem o mal, para ao menos tentarmos o unico remedio efficaz, que seria extrahir-lhe as raizes profundas. Uma educação torcida fez-nos recuar até a Edade Media, quando tinhamos sido dos primeiros a passar-lhe as fronteiras; e cá vamos fazendo as gerações de amanhã eguaes ás de hontem, acreditando que um milagre divino lhes possa arrancar fructos differentes d'aquelles miseraveis fructos que temos dado.

Choramos uma desgraça que é a nossa obra e não nos queremos modificar; apellamos para tudo, menos para nós; confiamos quietos no futuro, em vez de o preparar no presente; e assim vamos vivendo e morrendo miseravelmente, esquecidos de Deus, cuja vergonha somos, apesar dos milhões de indulgencias com que

temos pago aos nossos confesores a Sua infinita e gratuita misericordia.

A aversão fundamental dos jesuitas pelo espirito scientifico, base de toda a civilização, está irrefutavelmente demonstrada pela experiencia e pela historia de tres seculos. E hoje como hontem, inaccessible á lei do progresso, a Companhia mantem com affinco as suas tradições e a sua Regra originaria, persistindo nos mesmos erros funestos e nos mesmos condemnaveis propositos.

Ha quem supponha o contrario d'isto, julgando-a capaz de transigir com a epocha; e muita gente entrega os seus filhos á direcção jesuitica, na ingenua persuasão de que os actuaes collegios da Companhia se não parecem nada com os antigos. O engano é desculpavel, mas nem por isso deixa de ser engano; e o facto dos

jesuitas se submeterem aos programmas do Estado não significa de nenhum modo que elles acceitem, em todas as suas consequencias, a nova orientação pedagogica, que esses programmas procuram representar. Os jesuitas transigem, mas fazem-no contrafeitos, pela necessidade de se infiltrarem na sociedade, atravez das classes dirigentes; e se lhes permittirem que a sua influencia augmente a ponto de poder modificar os fundamentos da instrucção nacional, em breve se verá como elles a dobrarão cuidadosamente no sentido das suas tendencias deprimentes. O codigo pedagogico dos jesuitas permanece inalterado, na sua essencia. Em 1832, o geral Roothan introduziu n'elle algumas modificações secundarias; mas nem por isso o espirito fundamental da *Ratio* se alterou, porque 22 annos depois, em 1854, o

geral Beckx, n'uma carta escripta ao ministro dos cultos do imperio austriaco, declara que a *Ratio* é a regra universal da Companhia e que não póde ser modificada senão em um ou outro pormenor. Em 1880, ha 21 annos incompletos, o sr. Luciano de Castro, então ministro do Reino, expedia aos seus governadores civis uma portaria em que se lhes pediam informações sobre a existencia, nos seus districtos, de quaesquer escolas pertencentes a congregações religiosas estrangeiras. Em 13 de dezembro d'esse anno de 1880 uma commissão de que era presidente o sr. dr. Souza Refoios, lente de medicina na Universidade, entregava ao governador civil de Castello Branco o seu relatorio ácerca dos collegios de S. Fiel, no Lourçal do Campo e de Nossa Senhora da Conceição, na Covilhã, ambos pertencentes á Companhia de Jesus. A transcripção de alguns

periodos d'esse documento official²⁹ mostrará exuberantemente a semcerimonia com que os jesuitas de S. Fiel tinham organizado, nas visinhanças do seculo XX, um ambiente escolar digno da Edade Media:

«O ensino da philosophia e principalmente o da historia é vicioso, com uma direcção profundamente reaccionaria. A commissão mandou chamar os alumnos que no verão fizeram exame de historia; convidou-os a que apreciassem a revolução franceza como lhes tinha sido ensinada. Um alumno que foi approvedo com distincção foi o unico que se

²⁹ O documento apresentado ás estações officiaes por intermedio do Governador de Castello Branco, *desappareceu* do Ministerio do Reino, *ad majorem Societatis gloriam*. Mas o sr. dr. Souza Refoios publicou uma copia authentica, que corre impressa sob o titulo de *O collegio de S. Fiel no Louriçal de Campo e o de Nossa Senhora da Conceição na Covilhã* (2.^a edição, 1901, Coimbra, França Amado).

prestou a isso, estimulado pela censura feita a outro distincto, que dizia não se lembrar já. A apreciação de todo o movimento revolucionario de 1789 a 1793, na França, foi o seguinte: que a revolução franceza foi um grande mal, pois que n'ella nasceram todas as ideias de liberdade que desde então se teem espalhado por toda a Europa. Esta apreciação é quasi a mesma que os alumnos do collegio fizeram em 1875 no lyceu de Castello Branco, perante as commissões de exames, nomeadas pelo governo. No primeiro dia de exames apresentaram-se os alumnos dizendo que da revolução franceza resultaram ainda peiores males do que da liberdade de imprensa. O digno presidente do jury estranhoulhes que os seus mestres lhes ensinassem aquella apreciação. No dia seguinte os novos examinandos do collegio teciam, no exame, os

maiores elogios á revolução franceza. D'onde se prova, por um lado, a direcção e natureza reaccionaria do ensino; e por outro lado a hypocrisia que de um dia para o outro se recommendou aos novos examinandos; hypocrisia sim, porque a apreciação, ensinada hoje, é a mesma que appareceu no primeiro dia de exames. O mesmo alumno do collegio, interrogado pela commissão sobre fórmas de governo, achou a monarchia absoluta naturalmente superior á monarchia constitucional. A commissão desejou destrinçar bem se aquillo era a opinião isolada do alumno, ou se era o resultado do ensino na aula: o alumno foi bem explicito na resposta, e os outros disseram que não conheciam outra apreciação».

Na aula de philosophia, encontrou a commissão «o professor (é verdade que

revelando perturbação) a dar uma demonstração da existencia de Deus, tão fóra de tudo o que serve para o provar, que não deixa de a apresentar: — «Deus é um ser omnipotente; logo deve ser uma realidade e não m̀era possibilidade; sendo possibilidade apenas, não podia ter realidade, e portanto não podia ser omnipotente; logo é uma realidade, logo existe».

«Todos os alumnos do collegio estudam ao mesmo tempo n'uma unica sala d'estudo: e é notavel que sobre as estantes dos alumnos se encontram, em muitos logares, pequenos quadros de santos, quasi todos em posições de extase profundo: de modo que mesmo na occasião do estudo se desvia o espirito dos alumnos e se encaminha n'uma direcção determinada. E isto não desdiz do regulamento para os alumnos externos, cujo artigo 9.º diz pouco mais ou

menos o seguinte: — lembrem-se de que n'este collegio se dá maior importancia á educação religiosa do que á scientifica e litteraria»³⁰.

A importancia que os jesuitas de S. Fiel davam á educação scientifica dos seus alumnos manifesta-se no facto de estarem abandonados os gabinetes de physica e de chimica. E' verdade que n'esse anno não havia estudantes que pretendessem habilitar-se ao chamado exame de introducção; mas tambem os lyceus não exigiam o ensino da musica e no emtanto havia em S. Fiel um professor d'esta arte em plena actividade. Como se, para a educação media, fosse mais importante tocar trompa ou clarinete, do que saber de que se compõe o pão que se come, ou o ar que se respira. E' o eterno odio da Companhia

³⁰ Dr. Souza Refoios *O collegio de S. Fiel, etc.*, pag. 27 e 28.

pela sciencia, a denunciar-se nos mais pequeninos pormenores.

Sob o ponto de vista da *educação moral* não são mais recommendaveis os jesuitas, do que como educadores da intelligencia e do corpo. Em primeiro lugar, os collegios da Companhia obedecem em toda a parte ao typo condemnado do grande internato, cujos inconvenientes foram explicados acima. E é essa, realmente a unica especie de escola que convem, quando se trata de amoldar a juventude, para dominar mais tarde a sociedade aonde ella deve intervir. Os jesuitas tiveram sempre um grande cuidado em destruir nos seus discipulos a originalidade trazida da familia, sequestrando-os d'ella o mais que podem, dentro das restricções impostas pelo meio e pela epocha. A *Ratio studiorum*, codigo pedagogico da Companhia, só uma vez faz

referencia aos paes, determinando que se convidem ou procurem, «se fôr util, nos casos graves, fallar com elles ácerca dos filhos». No seculo XVII publicou-se um livro que nos revela, diz Compayré³¹, o ideal da Sociedade: intitula-se *Retrato do perfeito estudante* e encerra a biographia de um moço fidalgo tyrolez, educado no collegio dos jesuitas de Trento, desde 1635 a 1640. Eis uma passagem interessante d'essa obra: «A mãe visitou-o uma vez no collegio, mas elle recusou apertar-lhe a mão e nem sequer levantou os olhos para ella. Admirada e afflicta, perguntou aquella ao filho d'onde vinha a frieza do acolhimento. “Não olho para ti, respondeu o estudante, por seres uma mulher e não porque és minha mãe”». E o biographo accrescenta: «e isto não era um excesso de precaução; a mulher

³¹ Obra citada, pag. 182 e 183, tomo I.

conserva hoje os defeitos que tinha no tempo do nosso primeiro pae; é sempre ella quem expulsa o homem do paraizo. Quando a mãe morreu, o estudante não mostrou a menor emoção e adoptou a Virgem como sua verdadeira mãe».

Póde dizer-se que o seculo XVII vae muito longe; mas ha vinte annos, em S. Fiel, ensinava-se aos rapazes que *não é peccado matar o pae para servir a Deus*³². Assim se desnatura e compromette uma religião que se baseia no amor, transformando-a n'um fanatismo boçal, que não respeita os vinculos mais sagrados: aquelles que a Natureza impõe e a propria Igreja santifica por um dos seus sacramentos. A' vista d'isto não admira que os jesuitas estimulem a delação e a espionagem, associando á manutenção da disciplina, sob o nome pomposo

³² Dr. Refoios, obra citada, pag. 35.

de *decuriões* ou *pretiores*, os proprios estudantes, convidados pela regra a denunciarem clandestinamente os companheiros. Já vimos, quando tratamos da educação intellectual, como elles aconselham a hypocrisia e a mentira. A instituição dos premios destinados a alimentar a vaidade como estímulo (*honestae aemulatio*) é tambem um invento da Companhia, hoje radicado e generalizado; uma boa educação moral não diz á criança: *vales mais que aquelle*; dizer-lhe sómente: *vales mais hoje do que hontem* é tambem um estímulo e não alimenta sentimentos que contendem com a humildade christã, para não falarmos da nobreza de caracter.

O relatorio official apresentado em 1880 pela commissão presidida pelo sr. dr. Souza Refoios demonstrou que em S. Fiel se cultivavam todos os peccados mortaes, á excepção da gula. Esta,

attendendo á carestia da carne de vacca, reservavam-na os padres para o mez de setembro, em quanto os alumnos, em ferias, explicavam aos paes as maravilhas praticas da Temperança.

A respeito de educação religiosa é bom não esquecer que o Santo Papa Clemente XIV, no seu breve *Dominus, ac Redemptor noster*, pelo qual a Companhia foi extincta em 21 de julho de 1773, se baseava na accusação feita aos jesuitas, de propagarem doutrinas contrarias á fé orthodoxa e aos bons costumes, e de praticarem ritos gentilicos.

O mesmo inclyto Pontifice declara no § 25 do seu breve que, ajudado da assistencia e inspiração do Espirito Santo, considerou e ponderou «que a dita Companhia de Jesus não só não poderá jámais produzir aquelles abundantes

e copiosos fructos para que foi approvada e instituida; mas que, persistindo ella salva e permanente, ou é muito difficil, ou é de todo impossivel que se restitua e conserve por muito tempo na egreja a verdadeira paz».

O relatorio official de 1880³³ informou o governo de que n'uma sala do collegio de S. Fiel se praticavam exorcismos, e accusava d'esta pratica heretica o proprio vice-reitor do estabelecimento.

E o sr. Borges Grainha, antigo discipulo da Companhia affirma, com a auctoridade indiscutivel da propria experiencia:

«Os alumnos de Campolide e S. Fiel e geralmente os dos collegios religiosos são submettidos a uma educação religiosa que não é precisamente a prescripta pelo simples

³³ Pag. 31.

sentimento religioso, nem mesmo pela Igreja Catholica. Pela manhã são *obrigados* a fazer oração e a ouvir uma pratica ou pequeno sermão que lhes dirige um dos padres, por espaço de meia hora pouco mais ou menos. A Igreja Catholica não *obriga* nem *prescreve* isso.

«São *obrigados* a assistir á missa todos os dias». A Igreja Catholica não *obriga* nem *prescreve* isso; *obriga* o só moralmente a ouvir-a só nos domingos e dias santificados».

«São *obrigados* a confessarem-se todos os meses; a *Ratio* assim o manda e n'estes collegios assim se executa, tendo o alumno de apresentar bilhete de confissão mensal. A Igreja Catholica não *obriga* nem *prescreve* isso; obriga (e só moralmente) uma só vez por anno; todas as mais serão *devoção*, mas não *obrigação* imposta pela Igreja».

«São *obrigados* ao retiro annual dos *exercicios espirituales*. A Igreja Catholica não *obriga* nem *prescreve* isso».

«São *obrigados* a assistir a varias novenas e devoções durante o anno, como o mez de Maria, o mez de Jesus, a novena da Conceição, etc., etc. A Igreja Catholica não *obriga* a nada d'isto»³⁴.

O sudario seria interminavel, se houvesse tempo e espaço para o estender completamente. Por isso nos temos limitado a citar os pontos mais caracteristicos, apoiando-os em transcrições autorizadas, cujos originaes estão ao alcance de toda a gente. E a respeito das consequencias de uma educação falsa sob os quatro pontos de vista physico, intellectual, moral e religioso, ouçamos ainda uma vez, e para

³⁴ *O Portugal Jesuita*, 1893, pag. 410 e 411.

terminar, o sr. dr. Souza Refoios, que é um medico, um professor e um character honrado:

«A maior parte das familias que mandam os seus filhos para o collegio de S. Fiel, fazem-no esperando que lhes será mais facil apagar n'elles, á sua sahida do collegio, os vestigios da direcção jesuitica, aproveitando-lhes tão sómente o ensino litterario e scientifico. Esquecem-se de que é profundo o conhecimento que os jesuitas teem da organização de espirito: não sabem a grande fascinação que sobre os espiritos infantis exerce a direcção jesuitica, profundamente calculada e estudada de longos annos; e ignoram, finalmente, todos os cuidados que é preciso empregar para que o cerebro da criança se desenvolva gradual e harmonicamente, adquirindo conhecimentos concretos, e se não atrophie ou se desequilibre pelo mysticismo e pelo esforço a que a obriga a

concepção das grandes abstrações mysticas n'uma idade em que a natural aptidão é para receber noções concretas.

Eu disse, ha pouco, que os vicios da educação moral dos alumnos se aggravaram no collegio; e digo-o, porque me consta que no espirito dos alumnos se tem feito nascer e se tem alimentado sentimentos de odio contra os individuos que fazem parte da commissão (de inquerito ao collegio de S. Fiel, em 1880); e eu considero de pessima educação moral o desenvolver a precocidade de sentimentos d'esta ordem. A criança não nutre naturalmente odios; não se lhe deve, pois, desenvolver artificialmente esta qualidade, que rouba a frescura do espirito e do corpo»³⁵.

Lisboa, abril de 1901

³⁵ Dr. Souza Refoios, *O collegio de S. Fiel*, etc. pag. 1.

POST-SCRIPTUM

Esripto ha mais de nove annos, mas publicado integralmente só agora, depois dos acontecimentos que ultimamente determinaram a 1.001.^a expulsão dos jesuitas e o consequente 1.001.^o encerramento dos collegios por elles organizados e dirigidos, é necessario accrescentar ao capitulo precedente algumas palavras, tendentes a mostrar que o assumpto não está liquidado e, longe d'isso, convém que seja hoje, mais do que nunca, attendido e resolvido.

Tal é o objecto da presente nota.

O erudito escriptor Salomon Reinach, diz n'um excellente livro recentemente publicado:

«Louis XVIII ne voulut pas admettre les jésuites; toutefois, par une ordonnance du 5 octobre 1814, il laissa la direction des petits séminaires aux évêques, qui prirent des jésuites comme professeurs. Bientôt leurs collègues. . . donnèrent des inquiétudes au pouvoir et provoquèrent l'ordonnance de 1828. Les collèges furent fermés. La Révolution de 1830 expulsa de nouveau les jésuites, non sans quelques violences populaires. Suivant leur habitude, ils revinrent à petit bruit et recommencèrent à faire parler d'eux en 1838. En 1845, un procès fournit la preuve que les jésuites étaient très nombreux en France. Malgré la défaite de leur parti en Suisse, ils profitèrent des révolutions de 1848. Ils mirent la main sur l'enseignement en France (1850). Les jésuites sont encore (1909), malgré les mesures

prises contre eux en France, *le pouvoir le mieux organisé de ce pays*»³⁶.

N'este mesmo sentido, é deliciosamente apropositada a resposta de uma freira ao actual ministro da Justiça, Dr. Affonso Costa: «No convento de S. José de Cluny uma das recolhidas exprobou o procedimento do Governo da Republica, respondendo-lhe o ministro que já por duas vezes ministerios liberaes da Monarchia tinham ordenado eguaes medidas, ao que a religiosa volveu ameaçadora: — *Pois talvez ainda seja necessario ordená-las muitas mais vezes!*»³⁷

A irritada freira poderia ter sido ainda mais affirmativa, se soubesse que alguns sabios

³⁶ *Orpheus, Histoire générale des religions*, Paris, 1909, Alcide Picard, pag. 537 e 538.

³⁷ V. *Ilustração Portuguesa*, edição do *Século*, n.º 245, Lisboa, 31 de outubro de 1910.

affirmam e demonstram que as revoluções são o processo usado pelos povos latinos para mudarem radicalmente os nomes das instituições, das ruas e dos funcionarios e deixarem intactos os costumes e os vicios sociaes contra cuja existencia essas mesmas revoluções se fizeram: «Le travail du Consulat et de l'Empire a surtout consisté à habiller de mots nouveaux les institutions du passé. Une des fonctions les plus essentielles des hommes d'État consiste à baptiser de noms populaires, ou au moins neutres, les choses que les foules ne peuvent supporter avec leurs anciens noms»³⁸.

Considerando, pois, como certo, que o espirito jesuitico paira ainda e continuará a pairar longos annos sobre todo o nosso ensino, e como

³⁸ Gustave Lebon, *Psychologie des foules*, 1900, pag. 94 e 95, 5.^{me} édition, Alcan, Paris.

muito mais certo que á recente 1:001.^a expulsão dos jesuitas terá de seguir-se a 1:002.^a e as outras, affirmemos, banal e inutilmente, que uma forte organização não se combate de vez com mil revoluções, mas apenas com uma organização opposta, tão forte como ella. Na Inglaterra e na America do Norte não ha anti-semitismo, pela razão simples de que o inglez e o americano são tão competentes, ou mais, do que o judeu, para ganhar dinheiro; e o jesuita invade á vontade aquelles dois paizes, onde a organização nacional do ensino é sufficientemente forte para bater e vencer a dos jesuitas.

Qual deva ser, na opinião do autor, a ordenação militante, destinada a combater a influencia jesuitica na educação das nossas classes medias, é o que facilmente deixam ver varios capitulos do actual volume, e em especial

o primeiro, o segundo e o setimo: urge adoptar as criações escolares da Inglaterra e da America do Norte, isto é, dos paizes protestantes de mais robusta capacidade educativa, oppondo-as systematicamente ao espirito tradicional da educação catholica, dominante nos povos latinos; e o papel do Estado deve, na execução de tal programma, limitar-se á intervenção inicial innovadora e á concessão de garantias materiaes e outras, deixando o modo de funcionamento dos novos collegios, salvo certas e poucas restricções naturaes, á livre iniciativa e responsabilidade do respectivo pessoal, que na sua maioria deve ser estrangeiro. Tres institutos, pelo menos, respectivamente nos arredores de Lisboa, Coimbra e Porto, são indispensaveis.

As quintas reaes do Alfeite ou de Caxias, sobretudo a primeira, são excellentes typos das

propriedades que o Estado poderia ceder para a instalação de collegios como Bedales e Abbotsholme. O pessoal docente portuguez, encarregado do ensino da lingua patria, do latim e da historia nacional seria exclusivamente recrutado entre professores officiaes que tivessem feito estação previa de alguns mezes nas escolas inglezas do typo de que se trata, para se impregnarem dos respectivos processos de educação. Teriam preferencia na escolha os professores casados e os directores, estrangeiros, sê-lo-iam tambem, como condição imprescindivel para a organização do internato familiar em pequenos *cottages*, rodeando a escola propriamente dita. O programma encerrar-se-hia nos seguintes topicos: neutralidade absoluta em materia religiosa, ensino das disciplinas scientificas feito na lingua dos

respectivos professores estrangeiros; predominio da educação do character sobre a cultura formal da intelligencia, desenvolvimento do espirito de iniciativa e de *self-help*, dignificação do trabalho manual, robustecimento do corpo. O curso integral d'estes collegios teria garantias perfeitamente identicas ao dos actuaes lyceus officiaes, fosse qual fosse a orientação docente que lhe imprimissem os respectivos directores.

Como acção preparatoria seria de aconselhar que o Estado mandasse traduzir, imprimir e vulgarizar aos milhares, em edição gratuita, ou quasi, os livros de Demolins e de Cecil Reddie, que são dos melhores pamphletos de propaganda da educação media moderna e que convinha fazer chegar ao seio de todas as familias burguezas de Portugal. E se, para fazer vingar, com o indispensavel character predominante de

organização particular, o primeiro ensaio de adaptação dos modernos processos educativos ao nosso meio, não bastasse, como contribuição e subsidio do Estado, a concessão de propriedades rustico-urbanas adequadas, o pagamento dos ordenados dos professores portuguezes e a garantia de equiparação com os cursos lyceaes — não deveria até hesitar-se em fazer intervir a acção diplomatica, obtendo que o governo inglez e o allemão, ou só o primeiro, se interessassem directamente e efficazmente por esta transplantação a Portugal do typo escolar que é o orgulho das nações anglo-saxonicas e que a Allemanha está já imitando nas suas escolas de Haubinda, Bieberstein, Ilsenburg, etc.

O pedido teria decerto um acolhimento sympathico, pois com elle haviam de sentir-se

honradas e lisonjeadas as duas grandes nações educadoras.

Mas, dir-se-ha: Porque não havemos de tentar a experiencia com a prata da casa, em vez de recorrer ao estrangeiro?

As razões por que esta solução se exclue são as seguintes:

Em primeiro logar, é indubitavel que o prestigio dos collegios jesuiticos vem sobretudo, não do character religioso da educação por elles ministrada, pois que uma grande parte da respectiva clientela se não preocupa com isso, mas exactamente da intervenção do elemento estrangeiro que os jesuitas adoptam, sobretudo para o ensino das linguas vivas, e cuja cooperação facilmente obteem, em virtude da sua organização internacional. Esta invejavel

facilidade, a pericia administrativa que lhes vem da sua applicação tradicional ao mister ensinante, a relativa barateza dos seus preços, resultante da riqueza que usufruem e vão mantendo e augmentando pelos conhecidos meios de captação de doações e legados, fazem dos jesuitas concorrentes privilegiados do ensino particular laico, incapaz de lutar efficaçmente com elles sob o ponto de vista economico e irremediavelmente votado á derrota e á fallencia, sempre que procure abalançar-se a innovações que a rotina tratará sempre com desconfiança ou desdem, quando empreendidas por prophetas de ao pé da porta.

Em segundo logar convém não perder de vista que a base da educação media moderna está sobretudo no espirito da organização familiar e na robustez do character anglo-saxonico, e que

estes dois elementos primaciaes se não improvisam nem imitam com os recursos nacionaes, n'um paiz onde inteiramente faltam ou apenas existem como excepção, em individuos e familias que não teem necessidade de lançar mão da actividade educadora como modo de vida, nem é provavel que se disponham a fazê-lo por patriotismo ou philanthropia. E admittindo mesmo que em Portugal existam tres ou quatro professores em quem concorram, além da fé theorica na superioridade da educação nova, a tenacidade de a praticar em lucta contra tudo e todos, e os requisitos individuaes e domesticos indispensaveis — espirito pratico, amor e culto dos exercicios physicos, mulher e filhos educados para poderem ser cooperadores da boa direcção e orientação da escola — póde, no emtanto, duvidar-se de que todas essas

qualidades tenham raízes bastante fundas e energia bastante forte, para se não deixarem pouco a pouco dominar e vencer pelo antagonismo do meio. Só um pessoal dirigente na sua maioria estrangeiro, bem entrincheirado nas resistencias de que a raça, apenas, é capaz, e ainda assim escolhido entre o que de melhor possa existir lá por fóra, offerece a segurança de impôr-se de fórma prolongada e efficaz á acção corrosiva de um ambiente que a todos os instantes procurará infiltrar-se nas escolas novas e nivelá-las com o espirito e a tendencia das existentes.

E além de todas estas razões, ha ainda a considerar a vantagem pedagogica de ordem geral que resultaria de se constituirem com os tres collegios aqui propostos outras tantas escolas normaes ou campos de experiencia educativa,

que não deixariam de influenciar e estimular beneficemente todas as outras escolas nacionaes, publicas ou particulares, do mesmo grau.

Intimamente convencido da importancia dos beneficios que ao paiz traria esta experiencia, procurou o autor realizá-la, enquanto esteve investido nas funcções de director geral do ensino secundario e até o momento em que inteiramente desanimou de fazer vingar qualquer iniciativa rasgada em materia de ensino publico.

Ha provas publicas d'esse mallogrado mas sincero esforço, nos diplomas legislativos ou regulamentares onde o assumpto podia ser incluido e nos quaes o autor teve o prazer e a honra de collaborar. Assim, o decreto de 29 de maio de 1907, que instituiu e largamente dotou as pensões de estudo em paizes estrangeiros,

destinava uma larga parte d'essas pensões aos professores officiaes de ensino secundario e aos candidatos ao magisterio dos lyceus; e no regulamento de 11 de julho do mesmo anno, complementar d'aquelle decreto, foi muito pensadamente estabelecida a clausula de que os mesmos professores deveriam *incluir no seu programma de estudos no estrangeiro visitas sufficientemente demoradas e attentas ás escolas medias mais acreditadas do typo moderno, como Bedales e Abbotsholme, em Inglaterra, e Haubinda e Ilsenburg, na Allemanha*³⁹. Assim appareceram pela primeira vez, em documentos officiaes portuguezes, os nomes de taes escolas; e o fim que se tinha em vista era não só pôr os nossos professores em contacto directo com

³⁹ Regulamento de 11 de julho de 1907, art. 30.º

essas modernas e modelares officinas de educação, mas fazer d'elles, depois do regresso ao paiz, outros tantos propagandistas dos respectivos processos, e auxiliares, quando não iniciadores, da sua eventual adaptação ao nosso meio. Em convergencia com este intuito actuaria tambem, uma vez executado, o art. 44.º do decreto de 19 de agosto de 1907, que autorizou o Governo a contratar *seis professores estrangeiros, conhecedores da pedagogia moderna, para prestarem serviço no ensino secundario.*

Ficou letra morta esta disposição, porque cahiu o Ministro que a promulgou, e os seus successores não concordaram com a oportunidade ou legalidade d'ella; mas póde affirmar-se que o plano do aproveitamento pratico da citada disposição consistia justamente

na fundação de dois institutos de educação media do typo inglez moderno, que seriam localizados nos arrabaldes de Lisboa e Porto, e em cada um dos quaes funcionariam tres professores estrangeiros e outros tantos portuguezes, escolhidos entre os antigos pensionistas com conhecimento directo das mencionadas escolas inglezas e allemãs. Tal era a orientação firme do autor, publicamente revelada desde 1903 e publicamente confirmada em maio ultimo, no Congresso Nacional reunido na Sociedade de Geographia de Lisboa⁴⁰.

Enfraquecido, desmoralizado, doente incuravel da doença que o matou, não pôde o abolido regime monarchico meditar sobre as

⁴⁰ V. Capitulo 1, passim, e pag. 63, do presente volume.

vantagens ou desvantagens d'esse plano, e muito menos adoptá-lo e praticá-lo.

A lei das pensões apenas se executou durante um anno, e a que autorizou a importação de mestres estrangeiros nunca chegou a effectivar-se. Ministros e parlamentos, absorvidos na defeza e liquidação politicas, não tinham tempo, nem força, para se occuparem da administração. E os que por esta se interessavam e sacrificavam, alheios á feroz contenda das ambições e retalições em volta do Poder, foram mergulhando no desanimo e roendo sósinhos a inutilidade e a vergonha de dirigirem... o Indirigivel.

Mudaram, depois, as circumstancias? Oxalá que sim; mas não parece que seja ainda, nem venha proximo, o momento de acreditar na

existencia de uma transformação profunda e favoravel. Ao Governo actual da multidão compete porventura engendrar, segundo reza a zoologia social dos povos latinos, um dictador que o domine e substitua; este, por sua vez, terá de preparar, sem dar por isso, a formação e o advento de uma nova oligarchia, successora das que, já pôdres, foram desthronadas em principios de outubro ultimo.

Todo esse trabalho de transmissão definitiva de poderes levará tempo, durante o qual as energias dirigentes serão decerto absorvidas pela acção politica, de adaptação e defeza da Republica recém-nascida, como nos ultimos annos o foram pela defeza e salvação da Monarchia moribunda. E, entretanto, não será facil pensar a sério na possibilidade de uma

acção lucida, ordenada e persistente, a favor da educação nacional.

Mas, supponhamos que tanto pessimismo, filho da dura experiencia, vae ser deliciosamente desmentido pelos factos. Supponhamos que temos ou vamos ter em breve um ministro assaz pratico para comprehender que o unico meio de arranjar o que nos falta em casa é mandá-lo vir de fóra, e assaz valente para ter a valentia de o dizer, e proceder de accordo. Supponhamos que as escolas estrangeiras preconizadas são estabelecidas onde, como e por quem o devem ser. Supponhamos, enfim, o cumulo: que ao ministro innovador se seguirão, durante dez ou quinze annos, ministros e parlamentos continuadores, em vez de outros que, a traço de pena, destruam de um golpe a obra encetada, ou,

lentamente, pela inercia, a deixem murchar, cahir e morrer.

Ainda que assim fosse, a lucta teria de ser contínua e accesa. Se é facil expulsar revolucionariamente os jesuitas de Portugal, expellir da alma portugueza o jesuitismo é outra historia, e muito mais comprida.

Quando em 1901 escorraçaram da reitoria do lyceu do Carmo o dr. José Maria Rodrigues, que nunca lhes foi *persona grata* e ingrattissima se lhes tornou com a concorrência que aquelle lyceu fazia a Campolide, os jesuitas tiveram como cúmplices, conscientes ou não, além de algumas boas almas tementes a Deus, um ou dois jornaes avançadissimos. E se, mais recentemente, não conseguiram proscrever um outro reitor, não foi porque não tivessem encontrado para isso auxiliares em todos os partidos.

A reforma secundaria de 1905 foi provocada e pedida pelos paes, pelos tios, pelos sobrinhos, pelos jornaes de toda a gamma chromatica, pelo ensino particular e official, pelos deputados e pelos pares, pelo clero, pela nobreza e pelo povo; não é, porém, difficil calcular quem sobretudo e verdadeiramente lucrou com ella, pois decerto não foi o ensino, que ficou peor do que estava, áparte o esboço da educação physica, com que a pilula foi doirada. Restituiram-se todas as liberdades ao ensino particular, augmentou-se o numero de exames obrigatorios e estimulou-se quanto possivel a concorrência aos exames facultativos. Triumphou, portanto, em cheio, o jesuita, que da liberdade talha sempre para si a maior fatia, porque está fortemente organizado, no meio da geral desorganização; triumphou, porque a liberdade a potes o eximiou de toda a

fiscalização official e até da obrigação de fornecer elementos á estatística, passatempo inoffensivo, que no emtanto habilitaria o Estado e o Paiz a seguir-lhe passo a passo a marcha absorvente; triumphou, emfim e principalmente, porque o regime do exame annual, semestral, e diario, se puder ser, é predilecta invenção sua, estigma do ensino formalista e hypocrita que os jesuitas idearam e propagam, dentro do qual não é possível educar senão para a falsa cultura, para o pedantismo, para a mentira e para a fraude.

D'aqui se vê que, quando o jesuita pretende qualquer coisa, toda a nação lhe serve de empenho, sem dar por isso; e que elle vence e domina, ainda quando parece dominado, e ficará ainda, em espirito, mesmo depois de expulso em carne e osso.

Supponhamos, pois, que a Republica resolve provocar a instituição das escolas modernas, com predominio de professores anglo-saxões e protestantes. Immediatamente começará o clamor franco e a guerra surda do espirito jesuitico, disfarçado sob as mais variadas e incongruentes apparencias. Ha de surgir, em columna cerrada, a opposição dos professores nacionaes, clamando que não precisam de aprender nada dos estrangeiros; dos catholicos, que accusarão o Estado laico de subsidiar o protestantismo; dos livres-pensadores, desconfiados de que o Governo estará vendido á reacção religiosa; dos anarchistas e socialistas, protestando contra a protecção escandalosa ao ensino burguez, com prejuizo do popular; dos patriotas, que darão vibrantes morras á intervenção estrangeira; dos medicos, indignados

contra o abuso assassino do *foot-ball*; dos maiores sabios portuguezes, que sabiamente asneirão sobre os quindins da nossa raça e a sua inadaptilidade aos processos e costumes exóticos, etc., etc., etc.

E no meio d'esta orchestra de protestos, o jesuita esfregará as mãos, se não estiver brandindo a batuta, e o Governo cruzará os braços, dado que tenha chegado a usar d'elles...

E então? ...

Então esperemos, visto que a esperança é tão livre como a lagrima. Esperemos que a iniciativa particular — *la belle au bois dormant* — accorde, enfim, para alguma cousa de util e de pratico; esperemos que algum benemerito, em quem intelligencia, coração e dinheiro concorram e discorram, se decida a prestar ao paiz o serviço

inestimavel de o dotar com uma escola, ao menos, em que algumas dezenas de rapazes portuguezes possam ser educados, sem sahirem de Portugal, muito longe de Portugal.

Lisboa, Novembro de 1910.

VIII

BRINCAR

(Publicado no numero miniatura do *Diario Illustrado*, de 1 de janeiro de 1904, numero editado a proposito de uma festa de distribuição de brinquedos a crianças pobres.)

As coisas aparentemente mais pequeninas toca-as a Philosophia com a sua varinha magica, e logo aos nossos olhos apparecem grandes e respeitaveis.

Assim é isto de brincar, que o vulgo toma como de tão pequena monta, que até a palavra brinquedo lhe serve para significar tudo o que tem pouca ou nenhuma seriedade.

Pois não ha coisa mais séria do que o brincar, se a seriedade na vida é, como penso, o dar cada um toda a fé, todo o cuidado e todo o entusiasmo ao descargo da missão que se impoz, ao desempenho do papel que escolheu.

A criancinha que arvora a cadeira em carruagem, e como tal a trata, e chora se lhe dizem que não é carruagem mas apenas cadeira, procede ao meu ver com maior seriedade do que o Ministro distrahido, pela paixão ou pelo interesse, do seu dever de zelar o bem do Estado, e até que o proprio Imperante, quando o abandona a fé na sua seria missão e o zelo indispensavel para a bem cumprir.

Se brincar fosse, como se pensa e quer, usar de ligeireza nos deveres e negocios, mais depressa deveriam arguir-se de brincalhonas tantas mães que tratam os filhos como bonecas, do que as rapariguinhas de dez annos, para quem as bonecas são como filhos.

Dando, pois, ás palavras o sentido que ellas teem geralmente, póde, sem medo, affirmar-se que os homens brincam mais que os meninos; e até se me perdoará talvez, a velha e funda convicção que tenho, de que isto de brincar — não é brincadeira.

Lisboa, Dezembro de 1903.

IX

MANDAMENTOS DO BOM EDUCADOR⁴¹

(SIMPLES ENSAIO DE PEDAGOGIA
PRÁTICA)

⁴¹ Publicado na *Gazeta Illustrada*, de Coimbra, n.º 1, de 29 de maio de 1901.

I

EDUCA TU PROPRIO OS TEUS FILHOS.

A casa paterna, se fôr o que deve ser, é preferível ao melhor internato: em troca do teu dinheiro, um estranho fará do teu filho um estranho; e ainda resta provar se o teu dinheiro educará melhor que o teu amor.

II

DISCIPLINA E CORRIGE DESDE O BERÇO, para não teres de convencer-te muito cedo de que é tarde de mais para o fazer com exito. A pontualidade, a ordem e o methodo, são frondes de uma planta que não vinga, se a não regarem com o primeiro leite. E o rapaz de oito annos, que não arruma por prazer os seus

brinquedos e o seu quarto, está arriscado a ser toda a sua vida um trapalhão incorrigível.

III

NUNCA ELOGIES NEM REPREHENDAS OS TEUS FILHOS NA PRESENÇA DE ESTRANHOS: o indiscreto louvor tornal-os-ha vaidosos, e a censura sem recato ofende-lhes o brio, enquanto o não embotar irreparavelmente.

IV

EXIGE D'ELLES OBEDIENCIA COMPLETA; mas facilita-lhes o encargo de obedecer e dá o maximo prestígio aos teus mandados, por meio de uma sensata parcimonia em prohibir e ordenar. Sê escrupulosamente

justo, verdadeiro e logico; aconselha e adverte com paciencia, antes de punir; respeitar, como um contrato sagrado, a promessa feita, seja de premio ou de castigo. E entre pae e mãe haja sempre absoluta concordancia de procedimento perante o filho, para que a autoridade dos dois se não desmoralize mutuamente.

V

SUBTRAE QUANTO POSSIVEL AS CRIANÇAS ÁS CONSERVAS DE ADULTOS, se as quizeres conservar moralmente saudaveis e puras. O habito de as deitar cedo é mais indispensavel á hygiene da alma que á do corpo, porque é á noite que em geral se faz em casa a chronica das torpezas da vida. E os pequeninos cerebros trabalham sem cessar e adivinham

facilmente a meia linguagem das reticencias e dos olhares.

VI

NÃO FAÇAS DOS TEUS FILHOS BRINQUEDO, expondo-os, como prodigios, á admiração amavel dos estranhos, ou amolecendo-os com caricias excessivas, filhas mais do egoismo que do amor. Sê tão sobrio de beijos como de castigos, para não depreciar nem uns nem outros. Lembra-te sempre de que o bebé nasceu para ser homem, e vae-o preparando para lá chegar sem abalo.

VII

EVITA A OCIOSIDADE DAS CRIANÇAS, para que ellas se não tornem preguiçosas, irritantes, ou precocemente contemplativas. Desde pequeninas, confia-lhes a execução de minusculos serviços, que desenvolvam n'ellas sentimentos de responsabilidade e de energia, encaminhando as raparigas para a ordem domestica e os rapazes para as iniciativas fecundas. Estimular nos pequenos o interesse pelas coisas materiaes e pelas occupações mechanicas, seja qual fôr a carreira a que mais tarde os destinem, é dever de quem quer produzir homens equilibrados e perfeitos.

VIII

CULTIVA NA ALMA DOS TEUS FILHOS
A TENACIDADE, talisman de victoria, arma
invencivel dos triumphadores e dos felizes.
Anima-lhes extremosamente as ingenuas
tentativas, consola-os no desastre dos seus
esforços e aconselha-os a persistir, — a persistir
sempre! — explicando-lhes a causa do
insuccesso e os meios de a illudir.

IX

NÃO SUFFOQUES O INSTINCTO
INFANTIL DE PERGUNTAR, que é o mais
precioso auxiliar da educação. Satisfaz em todas
as occasiões, e o melhor que possas, essa fecunda
curiosidade; sê verdadeiro, serio e paciente nas

tuas respostas, para que a criança, ao mesmo tempo que aprende, se acostume a respeitar-te e a amar-te, como a um guia leal e bom. Não festejes os seus erros, reproduzindo-os embevecido em vez de os corrigir, porque perderás assim uma excellente ocasião de ensinar; mas também a não offendas, recebendo esses erros com gargalhadas de troça, porque a innocencia de uma criança deve ser para nós tão veneravel como os cabellos brancos de um velho.

X

EXPULSA A MENTIRA DO TEU LAR, COMO VIRUS TERRIVEL. Habitua a criança a confessar sem medo o seu delicto; castiga severamente a dissimulação; sê leal com

requinte, para teres o direito de exigir uma
lealdade igual, semente e flor do character.

Lisboa, Abril de 1901.